Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

IAGO DIAS DOS SANTOS

As mudanças socioespaciais nos Portos e Orla central a partir da construção da
Usina Hidrelétrica de Belo Monte

Versão corrigida

São Paulo
2021

IAGO DIAS DOS SANTOS

As mudanças socioespaciais nos Portos e Orla central a partir da construção da
Usina Hidrelétrica de Belo Monte

Versão corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.^aDra. Glória da Anunciação Alves

São Paulo
2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S237m Santos, Iago Dias dos
As mudanças socioespaciais nos Portos e Orla central a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte / Iago Dias dos Santos; orientador Glória da Anunciação Alves - São Paulo, 2021.
202 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Mudanças socioespaciais. 2. Portos. 3. Orla central. 4. Usina Hidrelétrica de Belo Monte. 5. Portos. I. Alves, Glória da Anunciação, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Iago Dias dos Santos

Data da defesa: 14/01/2021

Nome do Prof. (a) orientador (a): Dra. Glória da Anunciação Alves

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 13/03/2021

(Assinatura do (a) orientador (a))

SANTOS, Iago Dias dos. **As mudanças socioespaciais nos Portos e Orla central a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2020.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

À minha mãe guerreira, motivo da minha existência e permanência em todas as fases dos meus estudos e aos meus amigos Thamillys de Araújo Maia (In Memorian), Alessandro Nascimento (In Memorian) e Flávio Jolnny (In Memorian).

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas foram importantes para que este trabalho fosse possível.

Agradeço à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, o Departamento de Geografia e o Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. Sem essa possibilidade oferecida pela Universidade pública, certamente não conseguiria avançar no conhecimento teórico e na melhoria como ser humano.

À minha mãe Lucilene Dias dos Santos, operadora de caixa, que sempre estabeleceu a educação como arma de emancipação de seus filhos. Te amo. E a toda a minha família pelo apoio.

Agradeço imensamente à minha orientadora Prof.^a Dra. Glória da Anunciação Alves, que aceitou essa empreitada, de forma paciente, amiga e acolhedora, onde certamente sem essa orientação não teria aprendido tanto. Na orientação, no nosso grupo de estudos no Laboratório de Geografia Urbana (LABUR) e na monitoria da disciplina Regionalização do Espaço Mundial no Departamento de Geografia. Foram orientações na pesquisa e para a vida. Agradeço.

Às professoras Isabel Aparecida Pinto Alvarez e Silvana Maria Pintaudi, pelas riquíssimas contribuições na banca de qualificação, onde certamente influenciaram nos rumos deste pesquisa.

À professora Amélia Luisa Damiani, por me possibilitar ser seu monitor na disciplina Geografia Urbana I, no Departamento de Geografia. Um semestre de aprendizado em Geografia, do qual não tenho palavras para agradecer.

Aos meus amigos da Universidade Federal do Pará – Campus Universitário de Altamira e membros do grandioso *Feat*. Alessandra, Clelton, Josy (meus amigos desde Altamira e hoje parceiros de USP e que me ajudaram na caminhada desta pesquisa) Romário, Rovaine Ribeiro (professora, orientadora na graduação e amiga) por nos apresentar a possibilidade de fazer pós-graduação na USP. Michelle Sena (professora da graduação) que se tornou grande amiga e parceira de USP, com quem troco relevantes contribuições.

Aos meus amigos de Altamira: Brena, Jaylim, Marcela, Larissa, Mayra, Wanessa, Cássio, Sidney, Naicleia, Vânia, Karol, Flávia (minha irmã), André, Tlalita, Alexandra, Sâmia, Lucimara, Wellinson, Tainara.

Aos meus amigos da USP: Mikael, Marcello, Mariana, Cássia, Rosiete.

Não posso deixar de agradecer aos amigos do CRUSP, em especial, minha irmã Luciana Borges, responsável espiritual, psicologicamente e financeira pela minha permanência no CRUSP após chegar em São Paulo. Sem ela, certamente as coisas seriam infinitamente mais difíceis. Agradeço à Jeová, Carina, Paul, Leonardo, Lucas, Jânio e a minha amiga de todas as horas, Ana Gabryele, responsável por me ajudar em diversas questões da vida, da Universidade, financeiro, rolês e outros. Sou grato.

Agradeço aos amigos de São Paulo: Taj, Welma, e Débora.

À CAPES, agência de fomento que possibilitou o desenvolvimento dessa pesquisa. Viva o investimento público do Estado brasileiro na ciência.

Por último, mas não menos importante, agradeço com todo o coração, aos pescadores, taxistas, feirantes, moradores de Altamira, militantes, professores, que contribuíram ricamente para que este trabalho pudesse ser concluído.

As ruas são um jornal vivo de nossa época.
(Glória da Anunciação Alves)

RESUMO

Na Amazônia, as hidrelétricas foram pensadas como forma de geração de energia e política de “desenvolvimento” para a região. O município de Altamira no sudoeste paraense é o local de uma das principais obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), conhecida como UHE (Usina Hidrelétrica) Belo Monte, e que, desde o início de sua implementação, alterou o espaço urbano da cidade. Dessa forma, o principal objetivo desta pesquisa é analisar as mudanças socioespaciais a partir da construção da UHE Belo Monte, tendo em vista como essa intervenção do Estado está gerando um novo processo de produção do espaço urbano na cidade, desde o espaço planejado pelo Estado e pela iniciativa privada até o espaço vivido. Buscou-se analisar também em que medida este planejamento alterou a forma e os conteúdos dos Portos e a Orla central que desenvolvem relevantes atividades que ligam os sujeitos aos elementos do modo de vida ribeirinho. Altamira é uma cidade que contém características marcantes que se baseiam ainda nas interações e relações de sua população como rio, onde o valor de uso é intenso e necessário à reprodução da vida humana. São nos Portos do Pepino, da Balsa, 6, Funai, Carroceiros ou Geleira e Prainha que diversas atividades são materializados pelos sujeitos que produzem o espaço vivido, por meio de usos e diferentes agentes e suas práticas espaciais diárias são constituídos diferentes territorialidades que formam o conteúdo urbano, pleno de peculiaridades, marcados pela produção do espaço, a partir da articulação das dimensões do concebido, percebido e do vivido, ou seja, da tríade indissociável apontada por Lefebvre.

Palavras-chave: Mudanças socioespaciais; Portos; Orla central; UHE Belo Monte; Altamira;

ABSTRACT

In the Amazon, hydroelectric dams were conceived as a way of generating energy and a “development” policy for the region. The municipality of Altamira in the southwest of Pará is the site of one of the main works of the Growth Acceleration Program (PAC), which is the Belo Monte Hydroelectric Plant (UHE), which has changed the urban space of the city since its implementation. Thus, we seek to analyze the socio-spatial changes from the construction of the Belo Monte HPP, as this State intervention is generating a new process of production of urban space in the city, from the planned space, by the State and private initiative, to the space lived, but more specifically how this plan changed the form and contents of the Ports and the Central Coast that develop relevant activities that link the subjects with elements of the riverside way of life. Altamira is a city with striking characteristics that are still based on the interactions and relationships of its population as a river. It presents spaces with strong experiences of these interactions, where the use value is intense necessary for the reproduction of human life. It is in the Ports of Pepino, Balsa, 6, Funai, Carroceiros or Glacier and Prainha that various activities and uses of the are materialized by these subjects who produce the lived space. Through uses and different agents, through their daily spatial practices that constitute different territorialities that form the urban content, full of peculiarities, marked by the production of space, from the articulation of the dimensions of the conceived, perceived and lived, that is, the inseparable triad pointed out by Lefebvre..

Keywords: Socio-spatial changes; Ports; Central Border; Belo Monte HPP; Altamira;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Índia Tuíra encostando o facão no rosto do engenheiro da Eletronorte.....	18
Figura 2 – Voadeiras no porto da orla	35
Figura 3 – Usina Hidrelétrica de Belo Monte.....	36
Figura 4 – Igreja Catedral em 1922.....	60
Figura 5 – Parte frontal de Altamira no final da década de 1940.....	61
Figura 6 – Vista da parte final da orla entre as décadas de 1950-1960	62
Figura 7 – Construção da Praça Pio XII em 1962.....	62
Figura 8 – Construção da sede da Funai no final da Orla, na Avenida João Pessoa entre 1970-1975.	64
Figura 9 – Praça de alimentação na parte inicial da Orla, recentemente construída pela Prefeitura Municipal de Altamira.	70
Figura 10 – Restaurante na Orla do cais	71
Figura 11 – Complexo da Igreja Católica	72
Figura 12 – Casa e Hotel na parte final da orla.....	73
Figura 13 – Principais intervenções do projeto de requalificação urbana em Altamira	74
Figura 14 – Indígenas em direção as pequenas embarcações que os levam para as aldeias do Xingu.	76
Figura 15 – Imagem aérea da construção do Parque Igarapé Altamira e as mudanças socioespaciais na Orla de Altamira.	77
Figura 16 – Construção do Mercado do Peixe.....	77
Figura 17 – Parte do espaço urbano do município de Altamira em 2005.....	78
Figura 18 – Criação do Parque Igarapé Altamira.....	79
Figura 19 – Serviço de terraplanagem para a construção da Praia Artificial	81
Figura 20 – Praia artificial construída pela Norte Energia onde antes haviam centenas de casas de palafita.	81
Figura 21 – Palafitas no Bairro Boa Esperança, “dentro” do Igarapé Ambé.....	85
Figura 22 – Informativo distribuído em Altamira pela empresa Norte Energia	86
Figura 23 – Manifestantes em frente ao escritório da Norte Energia	87
Figura 24 – Laje infiltrada após forte chuva no ano de 2015	89
Figura 25 – Segurança local impede integrantes do movimento e moradores desalojados a entrarem nas casas	91
Figura 26 – Despejo e demolição de casas de palafitas.....	91

Figura 27 – Casas feitas pela Norte Energia para reassentados. A primeira imagem mostra uma casa em construção e a outra, em 2016, ambas com muitos problemas de infiltração.....	92
Figura 28 – Reassentamento Urbano Coletivo – Laranjeiras	95
Figura 29 – Modelos das casas no Reassentamento Urbano Coletivo Jatobá	96
Figura 30 – Madeira da antiga casa de palafita	97
Figura 31 – Casa de palafita no reassentamento urbano coletivo – São Joaquim.....	97
Figura 32 – Lava Jato ao lado da casa no R. U. C.	98
Figura 33 – Duas casas e duas histórias em uma só	99
Figura 34 – Mato elevado no parque Igarapé Altamira	101
Figura 35 – Quadra de esporte em desuso por causa do matagal que tomou conta do local	102
Figura 36 – Água empossada e o local sem limpeza nem manutenção	103
Figura 37 – Primeira parte da obra, abandonada sem ser entregue à Prefeitura Municipal	105
Figura 38 – Estabelecimentos em palafitas e fluxo de pequenas embarcações	109
Figura 39 – Peixaria a beira-rio no Porto do Pepino	110
Figura 40 – Peixarias no Porto do Pepino antes do processo das reformas	111
Figura 41 – Voadeiras fazendo o transporte de passageiros, e pequenas embarcações com gelo e peixe para destino comercial na cidade chegando no Porto do Pepino	112
Figura 42 – Pequenas embarcações e balsas no Porto do Pepino	113
Figura 43 – Embarcações de passageiros e gelo chegando ao Porto do Pepino	114
Figura 44 – Balsa vira moradia.....	114
Figura 45 – Único comerciante e ponto de apoio para usuários do porto	116
Figura 46 – Estação de água e a rampa que serve de estacionamento para embarcações, local de banho e pesca	121
Figura 47 – Família que mora próximo ao Porto em um dia de sábado de calor	122
Figura 48 – Balsa chegando com carros e passageiros da comunidade Assurini	123
Figura 49 – Carro de linha chegando da comunidade rural Assurini no Porto	124
Figura 50 – Balsas que fazem a extração de areia no Porto	125
Figura 51 – Novo prédio no Porto da Balsa	126
Figura 52 – Porto após a nova obra	126
Figura 53 – Variados tipos de embarcações	128
Figura 54 – Bar que servia como ponto de encontro no Porto 06	130
Figura 55 – Casa de palafita e pequenas embarcações no Porto 06	130

Figura 56 – Casas de palafitas no perímetro no Porto 06	131
Figura 57 – Peixaria na área central da Orla localizado no Porto 06.....	132
Figura 58 – Início do processo de Requalificação Urbana	133
Figura 59 – Antiga empresa de turismo no Porto 6.....	134
Figura 60 – Empresa de embarcações no Porto 06 antes do processo de requalificação.....	134
Figura 61 – Porto depois do processo de requalificação	135
Figura 62 – Balsa que serve como pequeno comércio e casa	136
Figura 63 – Casa-balsa de famílias de pescadores	136
Figura 64 – Antigo porto dos carroceiros na rua da peixaria. Lado da rua	139
Figura 65 – Casas de palafitas no Porto dos carroceiros	139
Figura 66 – Remoções de palafitas no final do ano de 2014/2015.....	140
Figura 67 – Embarcações amontoadas	147
Figura 68 – Porto dos Carroceiros	147
Figura 69 – Vendedores de gelo entregando mercadoria para pescadores.....	148
Figura 70 – Pequena mercearia de uma comerciante	149
Figura 71 – Banheiro utilizado pelos usuários do porto	151
Figura 72 – Estrada de chão que liga a margem do Porto a Rodovia Ernesto Acioly	151
Figura 73 – Estabelecimentos no Porto dos Carroceiros.....	153
Figura 74 – Porto da Prainha	157
Figura 75 – Desmonte da casa da família Silva-Lima.....	159
Figura 76 – Faixa protesto da família Silva-Lima	160
Figura 77 – Afluente Igarapé Altamira desaguando no Rio Xingu	167
Figura 78 – Contraste das pequenas embarcações em relação ao “Novo”	167
Figura 79 – Mercearia, restaurante e bar no Porto	170

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Orla fluvial da cidade de Altamira-PA	58
Mapa 2 – Localização da orla centra de Altamira.....	67
Mapa 3 – Delimitação da parte inicial, central e final da orla.	69
Mapa 4 – Núcleo Urbano de Altamira – Área Diretamente Afetada (ADA)	84
Mapa 5 – Localização dos Portos de Altamira/PA.....	108
Mapa 6 – Distância entre os Portos e os R.U.C's.....	144
Mapa 7 – Antiga e nova moradia da família Silva-Lima.....	161

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais marcos históricos do processo de construção da UHE de Belo Monte	18
---	-----------

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

DPU	Defensoria Pública da União
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
UHE BM	Usina Hidreltrica de Belo Monte
LI	Lica de Instalao
LO	Lica de Operao
LP	Lica Prvia
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MPF	Ministrio Público Federal
PAC	Programa de Acelerao do Crescimento
RIMA	Relatório de Impacto do Meio Ambiente
R.U.C	Reassentamento Urbano Coletivo
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indgena
PMA	Prefeitura Municipal de Altamira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	DA FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE ALTAMIRA AOS IMPACTOS DA UHE DE BELO MONTE.....	40
2.1	ARCABOUÇO TEÓRICO-CONCEITUAL.....	40
2.2	FORMAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DE ALTAMIRA.....	54
3	A ORLA CENTRAL DA CIDADE DE ALTAMIRA-PA: UM OLHAR FRENTE À REQUALIFICAÇÃO URBANA DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE.....	66
3.1	ORLA CENTRAL DO CAIS: REQUALIFICAR PARA “VALORIZAR”.....	67
3.2	“CADÊ AS CASAS QUE ESTAVAM AQUI?”.....	80
3.3	PARQUE IGARAPÉ ALTAMIRA: O QUE ESTÁ NO PBA E O QUE FOI EXECUTADO.....	100
4	PORTOS E A REQUALIFICAÇÃO URBANA.....	106
4.1	PORTO DO PEPINO.....	109
4.2	PORTO DA BALSA OU ASSURINI.....	122
4.3	PORTO 6.....	127
4.4	PORTO DOS CARROCEIROS OU PORTO DAS GELEIRAS.....	138
4.5	PORTO DA PRAINHA.....	156
5	PENSANDO AS CONTRADIÇÕES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO.....	164
6	REFERÊNCIAS.....	176
7	ANEXOS.....	181

1 INTRODUÇÃO

Lamentos Xinguanos

*Quando vi a onça fugindo
O tatu abatido
A paca espantada
O veado humilhado
A cobra esmagada
Chorei!*

*Pasmei!
Ao ver o agricultor expulso
O pescador sem peixe
O caçador sem caça
O homem do campo sem campo
O ribeirão sem beira
O sol sem praia*

*Assustei-me!
Com o rio sem ilha
Com o anzol sem peixe
Com as famílias dispersas
Com árvores tombadas
E as campanhas educativas:
Preserve o meio ambiente!*

*Pranteei ao ver
Máquinas destruindo histórias
Nosso povo como retirantes
Reaprendendo viver em um novo espaço
Onde árvores são pedras
E a terra, solo-asfáltico*

*Ouviram-se gritos de lamúrias
Em peitos retumbantes
A onda de progresso
Ilude nossa natureza
E nos encanta com seu mórbido canto
Adormecemos em pesadelo*

Auxiliador Jairo de Souza

O histórico das transformações socioeconômicas e espaciais da Amazônia está diretamente ligado aos produtos naturais encontrados na região e também às diversas formas de como estes eram explorados. Das drogas do sertão, passando pela borracha e chegando à mineração.

Os ciclos de exploração dos recursos naturais amazônicos imprimiram diferentes marcas no território por meio das mudanças no padrão de circulação viária, que passa a ter nas rodovias um elemento estruturante na gestão do espaço, além da fragmentação e criação de municípios a partir de projetos hidrominerais (TRINDADE JÚNIOR, 2010, p.119).

Referimo-nos aos diversos grandes programas e projetos que foram pensados para a Amazônia em contexto desenvolvimentista no período de 1960 a 1980 durante a ditadura militar, no qual as ações eram executadas pelo Estado, com seus próprios investimentos, mas também com densos aportes financeiros do Banco Mundial ou de empresas, sendo tais ações: Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II; Programa de Integração Nacional; Plano de Metas; Polamazônia; Programa Grande Carajás; Polonoroeste e criação de hidrelétricas, entre outros. (BORGES, 2018, p.73).

Na Amazônia, as hidrelétricas foram pensadas como forma de geração de energia e política de desenvolvimento para a região. Dos anos 70 do século XX até hoje, diversos foram os projetos ligados a essa forma de produção energética, a saber: a Hidrelétrica de Tucuruí no Pará, o início do debate sobre Belo Monte no Xingu, Jirau e Santo Antônio em Rondônia (FEARNSIDE, 2015).

Desde 1975, o debate sobre a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte permaneceu sob ampla resistência estabelecida por ambientalistas, movimentos sociais, representantes e lideranças de populações atingidas pela obra. Iconicamente, durante a exposição de Muniz Lopes, à época Diretor da Eletronorte, sobre a construção da usina Kararaô, a índia Kayapó Tuíra levantou-se da plateia e encostou a lâmina de seu facão no rosto do representante da estatal em um gesto de advertência, expressando sua indignação (FLEURY; ALMEIDA, 2013, p. 143).

FIGURA 1: ÍNDIA TUÍRA ENCOSTANDO O FACÃO NO ROSTO DO ENGENHEIRO DA ELETRONORTE

Fonte: Protásio Nene-Estadão, 2020.

No Quadro 1 logo abaixo são apresentados os principais marcos históricos do processo de construção da UHE Belo Monte. Esses processos são importantes para a contextualização do tema e compreensão da luta dos povos da Transamazônica e Xingu. Essas informações estão baseadas nos documentos do Relatório de Impacto de Meio Ambiente-RIMA da UHE Belo Monte (2009), do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu-PDRSX, e de textos do Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS).

QUADRO 1: PRINCIPAIS MARCOS HISTÓRICOS DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA UHE DE BELO MONTE.

Ano	Marco Histórico	Considerações
1975	A Eletronorte inicia os estudos de inventário para o aproveitamento hidrelétrico da bacia do rio Xingu.	O mapeamento do rio e da localização dos barramentos foi realizado pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores/CNEC, ligado à construtora Camargo Corrêa.
1980	Concluído o estudo do inventário, começam os estudos de viabilidade para a construção do complexo hidrelétrico de	O estudo foi concluído para o aproveitamento integral da bacia do rio Xingu, sendo previstos sete barramentos. A área total

	Altamira/PA, com as usinas de Babaquara e Kararaô.	alagada alcançaria um raio de 18 mil km ² . As usinas atingiriam sete mil índios de 12 terras Indígenas, além dos grupos isolados da região.
1986	Concluído o Plano 2010 – Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010.	Prevista a construção de 165 usinas hidrelétricas até 2010, 40 delas na Amazônia. Destaque pela sua dimensão, o aproveitamento do rio Xingu se constituiria enquanto maior projeto nacional feito até então.
1988	Eletronorte chega a uma solução mais viável: a barragem de Kararaô seria construída pouco antes da boca do rio Bacajá no rio Xingu. Aprovado o relatório do inventário.	Essa solução foi importante, pois seria preservado o rio dos Xicrins, não seria inundada a terra Paquicamba dos Jurunas e diminuiria o impacto sobre a Volta Grande. Com novo formato, o projeto foi aprovado.
1989	Em fevereiro, é realizado o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu na cidade de Altamira-PA, onde os indígenas protestaram contra as hidrelétricas planejadas para o rio Xingu. Conclusão dos primeiros estudos de viabilidade da UHE Belo Monte.	O objetivo do encontro era protestar contra as decisões tomadas na Amazônia sem a participação dos indígenas e contra a construção do Complexo Hidrelétrico do Xingu. O encontro ganhou notoriedade com a presença maciça da imprensa nacional e estrangeira, dos movimentos ambientalistas e sociais. Reuniu cerca de três mil pessoas. O ápice do evento foi quando Tuíra, um indígena Kaiapó, levantou-se da plateia e encostou a lâmina de seu facão no rosto do diretor da Eletronorte, José Antônio Muniz, num gesto de advertência e expressando sua indignação para que as barragens não fossem construídas. O encontro de Altamira-PA foi importante, pois serviu para chamar atenção para a quantidade de barragens que estavam sendo planejadas para o rio Xingu. Após o encontro, a Eletronorte mudou o nome da barragem de Kararaô para Belo Monte.
1990	A Eletronorte envia ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica/DNAEE o relatório final dos Estudos de Viabilidade do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte.	Ao encaminhar o relatório final a Eletronorte solicita a sua aprovação e outorga de concessão.
1994	Revisão dos estudos de viabilidade com diminuição da área inundada e não	Redução da área de inundação de 1.225 km ² para 400 km ² . Nos estudos de engenharia dos anos 80, parte das terras indígenas Paquicamba, Arara da Volta Grande do

	inundação das áreas indígenas. Novo projeto é apresentado ao DNAEE e à Eletrobras.	Xingu e Trincheira Bacajá seriam inundadas. Projeto foi remodelado para se mostrar mais aceitável aos ambientalistas e investidores estrangeiros.
2000	Acordo de Cooperação Técnica é celebrado entre a Eletrobras e a Eletronorte.	O acordo tinha como objetivo realizar os estudos de complementação da viabilidade do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte.
2001	Em maio, o Ministério Público Federal move uma ação civil pública para suspender os Estudos de Impacto Ambiental/EIA. Em setembro ocorreu a aprovação através do Conselho Nacional de Política Energética da Resolução nº 2, que reconheceu Belo Monte como de interesse estratégico no planejamento de expansão de hidreletricidade até 2010.	Através de uma liminar da 4ª Vara Federal de Belém, a justiça bloqueia os estudos de impacto ambiental. A Resolução recomendou que fosse realizada a avaliação do potencial do empreendimento da UHE de Belo Monte. Com o apagão, os projetos energéticos entram na ordem do dia e Belo Monte foi um deles.
2002	Os estudos foram apresentados à ANEEL. O presidente do Supremo Tribunal Federal/STF, ministro Marco Aurélio Mello, negou em novembro pedido da União e manteve suspenso o EIA da UHE de Belo Monte.	O Ministério Público conseguiu, por meio de ação na justiça, paralisar os trabalhos e o EIA não pode ser concluído. Segundo o Ministro, o art. 231 da Constituição Federal prevê que é nulo e extinto todo e qualquer ato que tenha por objeto a ocupação, o domínio e a posse de terras indígenas, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. Embora a União tenha argumentado que a Constituição Federal não cita o EIA, o presidente do STF considerou que a única ressalva do art. 231 é a existência de relevante interesse público da União, segundo o que dispuser Lei complementar e, tal Lei, ainda não existia. A defesa da União de que Belo Monte estaria voltada ao desenvolvimento do potencial energético nacional foi rebatida pelo presidente do STF pela necessidade de se proceder com segurança, visando-se a elucidar os parâmetros que devem nortear o almejado progresso e princípios constitucionais respeitados.
2005	Em julho, o Projeto de Decreto Legislativo/PDC nº 1.785/05, que autorizava a implantação UHE de Belo Monte foi aprovado pela Câmara. Ainda em julho, o Senado também aprova o Projeto, agora denominado	Comunidades que seriam atingidas não foram ouvidas, conforme determina a Constituição Federal, que afirma que o aproveitamento dos recursos hídricos em Terras Indígenas só pode ser efetivado com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas.

	<p>PDS nº 343/05, que autorizava implantação da UHE de Belo Monte. Em julho por meio do Decreto Legislativo nº. 788/2005 o Congresso Nacional autorizou a Eletrobrás a concluir o EIA. Em agosto, a Eletrobras e as construtoras Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Norberto Odebrecht assinaram o Acordo de Cooperação Técnica para a conclusão dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Socioambiental da UHE de Belo Monte. Ainda em agosto, a Procuradoria Geral da República ingressa com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF contra o Decreto que autorizou a implantação da UHE de Belo Monte e a realização do EIA sobre a obra.</p>	<p>O EIA foi concluído sem que tenham sido ouvidos os nove povos indígenas que poderiam ser atingidos seriamente por Belo Monte. O Procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, pede o deferimento de medida liminar para suspender os efeitos do Decreto. O STF julga inapropriada a Ação Direta de Inconstitucionalidade para questionar a constitucionalidade do Decreto Legislativo nº 788/2005, que autorizou a implantação de Belo Monte.</p>
2006	<p>Em janeiro, a Eletrobrás solicitou ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA a abertura do processo para o licenciamento ambiental prévio. Em 2 de fevereiro foi realizada a abertura do processo para a construção da UHE de Belo Monte. Em março, o IBAMA realizou a primeira vistoria técnica na área do projeto. Ainda em março, no dia 28, o processo de licenciamento ambiental da UHE de Belo Monte é suspenso por liminar da Justiça Federal de Altamira-PA.</p>	<p>Técnicos do IBAMA realizam vistoria <i>in loco</i> na área do projeto da UHE de Belo Monte. A liminar impede que o EIA da UHE de Belo Monte prossigam antes que os povos indígenas que seriam afetados pelo empreendimento sejam ouvidos pelo Congresso Nacional.</p>
2007	<p>Um ano após a Justiça Federal de Altamira-PA paralisar liminarmente o licenciamento ambiental da usina, ela mesma volta atrás e julga improcedente o pedido do Ministério Público Federal/MPF de anular o licenciamento ambiental. Nos dias 28 e 29 de agosto foram realizadas vistorias técnicas e reuniões públicas nos municípios de Altamira-PA e Vitória do Xingu-PA para discutir o Termo de Referência para a elaboração do EIA. Em 5 de dezembro de 2007, o IBAMA emitiu o Termo de Referência para a elaboração do EIA.</p>	<p>A decisão abre precedente negativo ao afirmar que o Congresso Nacional pode autorizar a implantação de usinas hidrelétricas em Terras Indígenas sem necessidade de Lei específica e tampouco de consulta aos povos afetados.</p>

2008	<p>Após 19 anos do I Encontro de Povos Indígenas em Altamira-PA, foi realizado o Encontro Xingu Vivo para Sempre. Em julho o Conselho Nacional de Política Energética define que o único potencial hidrelétrico a ser explorado no rio Xingu seria a UHE de Belo Monte.</p> <p>Em novembro de 2008 o IBAMA realizou nova vistoria técnica na área do projeto.</p>	<p>O Encontro Xingu Vivo reuniu representantes de populações indígenas e ribeirinhas, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, pesquisadores e especialistas, para debater impactos de projetos de hidrelétricas na bacia do rio Xingu e a construção da UHE de Belo Monte. Durante o Encontro os índios entraram em confronto com o responsável pelos estudos ambientais da UHE de Belo Monte e, no meio da confusão, o funcionário da Eletrobrás e coordenador do estudo de inventário da usina, Paulo Fernando Rezende, foi ferido com um corte no braço.</p> <p>A ANEEL aprovou a atualização do inventário com apenas a UHE de Belo Monte na bacia do rio Xingu. Os estudos de inventário da década de 1980 preconizavam a construção de outros aproveitamentos no rio Xingu. A definição de construir apenas uma UHE no rio Xingu foi uma vitória para os indígenas e ribeirinhos.</p>
2009	<p>Em fevereiro, a Eletrobrás entregou a versão preliminar do EIA e do RIMA. Em abril, o IBAMA realizou nova vistoria técnica na área do projeto. No dia 20 de maio ocorreu o recebimento por parte do IBAMA do EIA e do RIMA. No dia 26 de agosto o IBAMA publicou o edital de convocação para as audiências públicas. No período de 10 a 15 de setembro foram realizadas audiências públicas. O Ministério Público Federal/MPF apresenta recomendação ao IBAMA para realização de pelo menos mais treze audiências, de forma a incluir mais regiões que serão atingidas.</p> <p>Em 25 novembro, foi realizado o pedido de complementações ao Estudo de Impacto Ambiental/EIA e do Relatório de Impacto ao Meio Ambiente/RIMA.</p>	<p>Os técnicos do IBAMA responsáveis pela elaboração do parecer técnico referente ao EIA-RIMA concluíram pela viabilidade da UHE de Belo Monte, desde que cumpridos os 14 planos, 52 programas e 62 projetos propostos.</p> <p>Além dessas condicionantes, o EIA determinou algumas mudanças no projeto de engenharia da UHE Belo Monte para diminuir os efeitos negativos sobre o meio ambiente, dentre elas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A construção de um canal ao lado da barragem principal para passagem de peixes, em vez de uma escada de peixes; • Construção de um mecanismo próximo à barragem principal para fazer com que os barcos possam passar de um lado para o outro do rio Xingu; • A definição de um hidrograma ecológico para o trecho do rio Xingu entre a barragem principal e a casa de força, garantindo a navegação e a sobrevivência de espécies de peixes e plantas. <p>O objetivo das audiências públicas foi apresentar os resultados dos estudos de impacto ambiental e ouvir as populações que seriam afetadas direta e indiretamente pela UHE de Belo Monte.</p> <p>As audiências foram realizadas nos municípios de Brasil Novo-PA com a</p>

		<p>participação de 1.100 participantes; Vitória do Xingu-PA com a participação de 1.500 participantes; Altamira-PA mais de 5.000 participantes; e, por fim, Belém-PA com 586 participantes.</p> <p>Revelando as fragilidades dos estudos e diversas lacunas no processo de licenciamento, o EIA completo só é disponibilizado dois dias antes da primeira audiência, sem tempo para uma análise qualificada pelas comunidades atingidas.</p> <p>A Justiça Federal suspende o licenciamento e determina novas audiências para a UHE de Belo Monte, acatando pedido do Ministério Público para que as comunidades atingidas sejam, de fato, ouvidas. Um dia depois, a liminar foi derrubada.</p>
2010	<p>No dia 1º de fevereiro, foi emitida a Licença Prévia/LP da UHE de Belo Monte. Em 24 abril, a ANEEL realiza o leilão de concessão de Belo Monte, vencido pelo Consórcio Norte Energia.</p> <p>No dia 21 de setembro, os dois Planos Básicos Ambientais/PBAs foram entregues, juntamente com os requerimentos da Licença de Instalação/LI para os canteiros de obra.</p> <p>Em novembro, o Parecer Técnico do IBAMA não foi disponibilizado na internet. Em dezembro, foi realizada a análise do Plano Básico Ambiental/PBA para o empreendimento completo.</p>	<p>Após análise e aprovação do EIA de Belo Monte foi concedida pelo IBAMA, a LP nº. 342/2010, nela estavam previstas quarenta condicionantes que deveriam ser cumpridas pelo Poder Público.</p> <p>O Ministério do Meio Ambiente concedeu a LP para construção da UHE de Belo Monte, apesar de reconhecer que questões centrais para avaliar o impacto da obra ainda não estavam esclarecidas.</p> <p>O Parecer Técnico do IBAMA de novembro denunciava a pressão política da Presidência da República para liberação da obra e indicava que os estudos, superficiais, não conseguiam prever o que aconteceria com os peixes num trecho de mais de 100 km de rio, e consequentemente com as pessoas que deles sobrevivem, sobretudo as comunidades indígenas e ribeirinhas.</p>
2011	<p>O Consórcio Norte Energia enfrentou grandes dificuldades para cumprir as condicionantes impostas pela LP.</p> <p>No dia 26 de janeiro, foi emitida a Licença Parcial de Instalação.</p> <p>Em 25 de fevereiro, esta licença foi cassada pela Justiça Federal do Pará. Em junho de 2011, o IBAMA concedeu a Norte Energia a Licença de Instalação/LI para o início das obras. Em 27 de outubro, movimentos sociais e indígenas realizaram um novo encontro em Altamira-PA e promoveram a ocupação de um dia</p>	<p>As medidas de mitigação de impactos previstas na LP, em tese, sanariam as lacunas detectadas pelo EIA. A segunda licença ambiental concedida para viabilizar a construção da UHE Belo Monte foi a LI nº. 770/2011, autorizando a instalação dos canteiros de obras da usina.</p> <p>A LI estava condicionada ao cumprimento de condicionantes específicas, que estabeleciam a implantação de programas socioambientais e programas de monitoramento socioeconômicos, referentes aos cuidados com a saúde, educação e saneamento para as comunidades afetadas.</p> <p>O MPF do Pará ingressou com ação civil pública requerendo a declaração de nulidade da LI nº. 770/2011, emitida pelo IBAMA para</p>

	do maior canteiro de obras da usina, o Sítio Belo Monte.	<p>a remoção da vegetação e a instalação dos canteiros de obras da usina. O MPF argumentou que esta licença não poderia ter sido emitida sem o cumprimento das condicionantes impostas na concessão da LP nº 342/2010.</p> <p>Além disso, sustentava que não existia a figura do licenciamento parcial no ordenamento jurídico brasileiro, artifício que já havia sido usado nas obras da hidrelétrica de Jirau, em Rondônia. A licença foi cassada, pois prevaleceu o entendimento de que a licença era ilegal por não ter cumprido as pré-condições estabelecidas pelo IBAMA. Passados alguns meses, no entanto, o IBAMA concedeu a terceira licença ambiental, a LI nº 795/2011, que autorizava ao consórcio vencedor dar início à construção da usina.</p> <p>Um grupo de índios, pescadores e moradores da região de Belo Monte ocupou por um dia o maior canteiro de obras exigindo a paralisação da obra. Por liminar judicial, o grupo foi retirado do local. Com a emissão da licença de instalação, o governo anunciou uma série de medidas para reduzir os impactos ambientais da construção de Belo Monte. Para tanto, foram investidos quinhentos milhões de reais no PDRSX.</p>
2013	Em outubro, há a paralisação das obras da UHE de Belo Monte por ordem judicial.	O Tribunal Regional Federal da 1ª região, em Brasília, ordenou que as obras da UHE de Belo Monte, no Pará, fossem interrompidas por ilegalidade no licenciamento. Porém dois dias depois, a decisão foi suspensa por liminar.
2015	Em julho, tornou-se obrigatório o uso do Sistema de Transposição de Embarcações. Em outubro, o Consórcio Norte Energia (Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Norberto Odebrecht) informou que o início de operação da UHE de Belo Monte não ocorreria em novembro daquele ano.	Foram realizadas reclamações por parte dos ribeirinhos e pescadores, pois tiveram problemas em suas embarcações decorrentes do sistema de transposição. O atraso teria ocorrido devido à falta da LO.
2016	Em fevereiro, entrou em operação a primeira turbina da usina, em caráter de teste. No dia 20 de abril, a UHE de Belo Monte começou a funcionar. Em 5 de maio de 2016, a UHE de Belo Monte passou a operar comercialmente, sendo inaugurada pela Presidenta Dilma Rousseff em Altamira.	Mesmo com as condicionantes parcialmente cumpridas, a UHE de Belo Monte entrou em operação. Os pescadores e indígenas continuam as suas reivindicações para que as condicionantes previstas nos PBA's sejam cumpridas em sua totalidade.

Fonte: RIMA da UHE Belo Monte (2009) e Xingu Vivo (2016).

Esses elementos históricos são fundamentais para que possamos compreender a complexidade da implantação dessas grandes obras e quais os processos a respeito das resistências desde Kararô até a UHE de Belo Monte.

O sistema elétrico brasileiro tornou-se integrado ao passo que o seu comando político e técnico separam-se dos lugares aptos para a produção, de acordo com as suas virtualidades físicas. Com essa separação entre os espaços de produção e de consumo, torna-se possível atender as demandas energéticas do centro-sul do país e, ao mesmo tempo, suprir a necessidade dos grandes empreendimentos intensivos na Amazônia.

Essa mudança de padrão de organização segundo Trindade Júnior (2011) repercute numa maior complexidade das formas e conteúdo, corroborando assim a ideia de que ocorre um processo diferenciado de produção do espaço que se atribui uma nova maneira de organização. A história da ocupação da Amazônia está ligada não só ao contexto brasileiro como também ao contexto mundial.

Para a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, objeto de estudo desta pesquisa, uma série de programas ambientais foram propostos no EIA, no intuito de mitigar e compensar os impactos inerentes à realização das obras sobre os meios físico, biótico e antrópico. Esses programas compõem o Projeto Básico Ambiental – PBA, contemplando o detalhamento de ações e procedimentos que deveriam ser observados nas fases de pré-implantação, implantação e/ou operação do empreendimento através de licenças ambientais.

As licenças ambientais, conforme definido pela Resolução CONAMA nº 237/1997, são o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental (PNLA, 2020).

De forma geral, as modalidades de licenciamento ambiental¹ que foram expedidas para a construção da UHE de Belo Monte foram:

- Licença Prévia (LP): aprovou a localização e concepção do empreendimento, atividade ou obra que se encontra na fase preliminar do planejamento atestando a sua viabilidade ambiental, estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implantação, bem como suprindo o requerente com parâmetros para lançamento de efluentes líquidos e gasosos, resíduos sólidos, emissões sonoras, além de exigir a apresentação de propostas de medidas de controle ambiental em função dos possíveis impactos ambientais a serem gerados.
- Licença de Instalação (LI): autorizou a instalação do empreendimento, atividade ou obra de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, fixando cronograma para execução das medidas mitigadoras e da implantação dos sistemas de controle ambiental.
- Licença de Operação (LO): autorizou a operação da atividade, obra ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento das medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas nas licenças anteriores.

As licenças prévia, de instalação e operação foram emitidas sequencialmente ao longo das etapas ou fases do empreendimento. Essas e outras modalidades de regularização podem receber diferentes conceitos e aplicações de estado para estado, podendo depender de parâmetros como impacto ambiental, porte, potencial poluidor, localização, e tempo de duração da atividade. Outros instrumentos normativos são o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto do Meio Ambiente (PNLA,2020).

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto de Meio Ambiente (RIMA) da implantação da Hidrelétrica de Belo Monte, pelo menos no papel, buscou atender as determinações contidas na legislação vigente, com ênfase ao estabelecido na Política Nacional do Meio Ambiente e, principalmente, a Constituição

¹ Em Anexos.

Brasileira, que diz: cabe ao Poder Público “exigir na forma da Lei, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade” (art. 225 parágrafo 1º, IV).

Com relação aos impactos identificados e avaliados no EIA, complementados ainda por aqueles apontados pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) quando da elaboração de seus pareceres técnicos e estabelecimento de condicionantes atreladas à Licença Prévia (LP) concedida para a UHE Belo Monte, tal conjunto de aspectos e impactos foi o fator gerador dos 14 Planos propostos no EIA, subdivididos em 50 Programas e 86 Projetos, adicionando ainda mais 12 estudos/programas/projetos, derivados dos pareceres e condicionantes supracitados, dentre eles o Plano de Gestão Ambiental (PBA, 2011, p.94).

Dentro do Plano de Gestão Ambiental, tem-se como objetivos específicos:

O respeito ao modo de vida e ao patrimônio imaterial das populações que habitam, em especial, a Área Diretamente Afetada (ADA) e a Área de Influência Direta (AID) do empreendimento, com ênfase especial para as comunidades tradicionais e indígenas;

A área de abrangência do PGA é toda aquela delimitada no EIA e ratificada pela LP concedida pelo IBAMA, como área de influência da UHE Belo Monte. Especial ênfase deve ser dada para a Área Diretamente Afetada (ADA) e para a Área de Influência Direta (AID) do empreendimento, sob as óticas física, biótica, socioeconômica e cultural e etnoecológica, dado que seria nesses espaços onde ocorreram a grande maioria dos impactos previstos em decorrência do aproveitamento hidrelétrico (PBA, 2011, p.103).

O PGA da Hidrelétrica de Belo Monte define o processo gerencial a ser adotado para execução de um conjunto de ações destinadas, basicamente, a potencializar, evitar ou mitigar os impactos provocados pela implantação das obras de apoio e daquelas que compõem o arranjo das estruturas principais do empreendimento e, posteriormente, da sua operação, dentre elas o Plano de Requalificação Urbana (PBA, 2011, p.98).

As interferências propostas no âmbito do Programa de Intervenção em Altamira interferiram em significativa parcela do espaço urbano. O novo Plano Diretor do

município previu, por exemplo, as intervenções nos igarapés e na orla² do rio. Nesse sentido, o Plano de Requalificação Urbana concebido no âmbito das ações propostas para mitigação dos impactos decorrentes da implantação da Hidrelétrica de Belo Monte sobre a cidade de Altamira ainda está em vigência e é inspirado em diversos modelos de intervenções urbanas que foram executados em metrópoles ou grandes cidades do mundo inteiro.

A requalificação dos espaços remanescentes do processo de remoção da população que ocupava as várzeas e áreas de preservação permanente dos igarapés está baseada na configuração de parques lineares definidos ao longo dos igarapés Altamira, Panelas e Ambé. Isto significa que o sistema hídrico do sítio urbano reassumiria o papel de elemento estruturador do meio físico, com a função de drenagem recuperada; e do tecido urbano, com a função de prover espaços verdes abertos. (PBA, 2011, p.28).

A requalificação da orla fluvial urbana de Altamira não valorizou a marca histórica do lugar na gênese da cidade. Assim, a proposta de criação do “Parque Linear da Orla do Rio Xingu partiria da urbanização existente para estruturar, como um grande *boulevard* arborizado toda a orla da cidade, por meio da ligação entre os futuros parques dos igarapés Altamira e Ambé (ao norte) e Panelas (ao sul), criando assim uma área pública de aproximadamente 10 há”. (PBA, 2011, p.29) Este é um projeto que nunca saiu do papel.

2 O termo Orla central ou Orla do cais é utilizado neste trabalho em razão da identificação da população local de Altamira e dos atingidos pela UHE Belo Monte. A orla, tomada como referência nesta pesquisa, evidencia o contato entre a terra e a água. Trindade Júnior (2002, 2013) elaborou diversas conceituações a respeito do conceito orla fluvial. O autor trabalha com três conceituações de Orla: 1) aquelas que guardam fortes raízes com identidades tradicionalmente reconhecidas como regionais, a 2) cujas identidades mostram-se mais fluidas – uma vez que a interação com o rio se apresenta a partir de relações mais frágeis e restritas a algumas relações que vinculam a cidade ao rio e 3) cujos vínculos regionais tendem a ser sobrepostos por padrões espaciais e modos de vida estandardizados, sendo muitas vezes cidades preparadas para ser contempladas apenas em detrimento do seu potencial de uso cotidiano. Lima (2013) utiliza-se do termo *ribeira* como sinônimo de orla, que também remete à faixa imediata de maior contato e interação entre a terra e a água da cidade de Marabá. Geralmente associado aos espaços de frentes fluviais das pequenas e médias cidades amazônicas, ele designa espaços onde se desenvolvem usos e práticas socioespaciais cotidianas que estão ligados ao tempo lento do rio e da floresta, de forma múltipla (econômica, funcional e simbólico-cultural) e em diferentes escalas.

De acordo com Vasconcellos e Mello (2003), as terminologias que remetem à intervenção urbana têm origem nas profundas modificações aplicadas em cidades francesas a partir do século XVIII, sobretudo com o objetivo de impedir o avanço de epidemias e disseminar os procedimentos de vigilância, de registro e de controle do espaço. Ao longo dos séculos, termos como “renovação”, “reabilitação urbana”, “revitalização”, “requalificação” ou “reestruturação urbanística” passam a ser empregados cada qual com sua especificidade.

Houve diversas experiências de espaços que sofreram grandes transformações por meio de Planos de Requalificação Urbana no Brasil e no mundo. Experiências de intervenção urbana na Europa mostraram, durante os anos de 1960, programas de renovação urbana de grandes áreas com o objetivo de equacionar os problemas de áreas degradadas. Em relação a esse processo na cidade de Lisboa, LOPES (1999:73), diz que a renovação:

elimina a memória da Cidade, mata o espírito dos lugares e cria vazios, construções desenraizadas. Expulsa os antigos habitantes para as periferias, implantando no seu lugar o reino do terciário que dá a essas zonas o caráter de cidade-de-dia e deserto à noite, onde, mais uma vez, se vão instalar novas formas de marginalidade.

De acordo com Villaça e Guerra (1994, p.83), esse “tipo de intervenção urbanística que traduz a demolição do antigo e a construção do novo sobre os escombros do primeiro” é pautada em investimentos de larga escala que priorizam, de modo geral, intervenções de caráter físico em detrimento dos conteúdos sociais anteriores ao lugar.

No Brasil, grandes capitais brasileiras sofreram processos de políticas de requalificação urbana, como a metrópole de São Paulo, cidade esta que apresenta centralidade nacional e internacional no que se refere à cultura, prestação de serviços, indústrias, grandes redes de lojas, supermercados o que propicia uma atração de investimentos de capital. Alves (2008, p.3) aborda as transformações em determinadas áreas da metrópole paulista, onde espaços centrais passaram por um processo em setor privado e o poder público executaram obras de revalorização de patrimônios já construídos por meio de estratégias que envolvem as “renovações culturais, dirigidas e aliadas ao desenvolvimento econômico e urbanístico”.

Nessas áreas onde passam a atrair novos investimentos, exacerba-se a especulação imobiliária e, com isso, o preço do solo urbano, quando se tem, por consequência, o aumento do preço de imóveis e aluguéis, atraindo um novo perfil de moradores desses “novos centros”, ou fortalecendo a desigualdade socioespacial já existente nesses espaços anteriores a esses projetos. São exemplos dessas obras de Requalificação Urbana desde os anos de 1980, as transformações no Vale do Anhangabaú, Praça da Sé e Praça da República, Operação Urbana da Nova Luz e outros (ALVES, 2008, p.8).

Com outros agentes e formas de execução, porém seguindo um fio condutor de políticas urbanas que visam adequar novos espaços e novas lógicas econômicas e de uso que compreendem especificidades da região Norte, na capital Belém, essas políticas ocorreram também com os projetos Orla de Belém³, Portal da Amazônia⁴ e Feliz Luzitânia⁵.

Abordando apenas um exemplo dessas ações, na parte da área central na zona portuária, a criação da Estação das Docas no ano de 2000 buscava vender uma imagem de uma “nova Belém”, mais moderna com criação de novos espaços como restaurantes, cervejarias, lojas de artesanatos, sorveterias com sabores regionais, tendo como objetivo atrair turistas e, em razão dos serviços e produtos ofertados, um consumidor com um padrão de renda mais elevado e de caráter menos “popular” (ALVES, 2016, p.368).

Ainda sobre as políticas de requalificação de espaços em Belém, Dantas (2019) aborda que esses modelos de intervenção em áreas potencializam a transformação da utilização do espaço e da celebração da vida cotidiana em formas radicalmente associadas ao consumo de mercadorias. Além disso, sua implementação não contou com qualquer tipo de envolvimento da população local, reforçando outra tendência do urbanismo contemporâneo que é a de consagrar as intervenções de autoria (de arquitetos) conferindo marcas (“grifes”) às iniciativas (VAINER et al, 2005).

3 Consistiu na construção de uma orla de 6 km de extensão com o objetivo a criação de um novo polo turístico.

4 Consistiu na canalização e saneamento de esgoto, e elaboração de área sob os dutos da canalização para pistas de corrida de pedestres e equipamentos coletivos de ginástica.

5 Foi um projeto também na área central que buscava a manutenção/transformação de vários patrimônios históricos.

Essas políticas são base também quando se tratam de impactos de grandes projetos na Amazônia, a exemplo de usinas hidrelétricas. A construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (1984), e mais recentemente a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, adotaram políticas de requalificação urbana nos espaços que foram atingidos pela formação do lago. As políticas criadas por essas empresas referem-se às políticas habitação ou de remoção de ruas, bairros, famílias e outros; criação de infraestruturas, como também de espaços ditos “modernos” pelos doutores do espaço em detrimento do espaço “atrasado” e doente anterior à chegada de seus “salvadores”.

É interessante perceber que em escala local, regional e nacional são reproduzidos modelos de requalificação/revalorização/produção de espaços a partir de experiências e projetos realizados em metrópoles do mundo, que seguem receituários internacionais tanto de cidades europeias quanto americanas, fenômeno que ocorre não somente no Brasil mas também em outros países da América Latina.

Com o grande empreendimento hidrelétrico, no entanto, as intervenções urbanas relativas às experiências que ocorreram no Brasil e no mundo começam a produzir redefinições profundas na paisagem e ajudam a reforçar a ideia de que esses projetos surgem para trazer qualidade de vida aos habitantes locais. No caso de Altamira, em até pouco tempo atrás, não se evidenciavam políticas efetivas capazes de alterar profundamente as condições de vida no espaço urbano.

Nesse sentido, os modelos de requalificação urbana que permeiam os Projetos Norte Energia são inspirados nessas experiências de cidades como Barcelona, Lisboa, São Paulo, Belém e que executaram intervenções urbanas. Isso ocorre através de uma clara tendência de circulação de ideias e de modelos de políticas urbanas que conferem pouca importância à história e à identidade do lugar e da região a pretexto de uma padronização das formas espaciais e conteúdos sociais, criando, como diria Lefebvre (1999,p.81), “um espaço global homogêneo e quantitativo obrigando o ‘vivido’ a encerrar-se em caixas, gaiolas, ou máquinas de habitar”.

Dessa forma, o presente trabalho, abordando a problemática evidenciada, tem por objetivo geral compreender o processo de produção do espaço urbano em Altamira a partir do processo de requalificação urbana produzido com a implementação da Hidrelétrica de Belo Monte no município de Altamira-PA.

Esse objetivo geral se subdivide em outros três específicos, que são:

- Analisar o papel da requalificação urbana em Altamira na produção de uma nova forma-conteúdo dos Portos localizados na orla fluvial;
- Entender o processo das mudanças na forma e conteúdo da Orla central de Altamira;
- Compreender por meio do Plano de Requalificação Urbana as contradições na produção do espaço, em especial dos agentes que constituem elementos do modo de vida ribeirinho em Altamira;

As transformações socioespaciais executadas pelo Plano de Requalificação Urbana desaparecem com as palafitas, casas modestas e que na visão dos que planejaram a reprodução do espaço, remetem ao velho, ultrapassado e “desvalorizam a paisagem”. O desaparecimento dessas moradias eram essencial para a “valorização” do espaço a partir da criação da orla e do Parque Igarapé Altamira, que ganham denominações que são estranhas aos moradores locais como: “píer”, “mirante”, “boulevard”, “parquelinear.” Faz parte dessa estratégia de produção do espaço o apagamento das referências cotidianas dos diversos agentes como: “trapiche”, “cais”, “doca”. As antigas denominações, muito comuns na linguagem regional, traduzem também vivências e experiências cotidianas associadas a esses equipamentos que estabelecem o contato direto da orla fluvial com o rio. (TRINDADE JÚNIOR, 2013, p.507).

No entanto, apesar dos questionamentos crescentes acerca da magnitude dos impactos de grandes centrais hidrelétricas na região Amazônica, o "lobby hidrelétrico" e os interesses das grandes empreiteiras associadas ainda não permitiram uma ruptura do modelo de grandes barragens no Brasil e, assim, a matriz energética do país continua apoiada na modalidade "limpa" do recurso água. Grandes usinas datam dos anos 1970 e 1980, como: Paulo Afonso, Itaipu, Programa Grande Carajás (PGC) e a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na região do Xingu⁶. Foi neste período que o Brasil fez sua escolha com relação à composição de sua matriz energética. A escolha está pautada na necessidade de investimento em novas fontes de energia e nas

⁶ Região localizada no sudoeste paraense que compreende onze municípios. São estes: Gurupá, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, Altamira, Anapu, Pacajá, Brasil Novo, Medicilândia e Uruará.

características físicas e naturais do território, assim como por questões tecnológicas e de custo-benefício (ELETROBRÁS, 2006).

O RECORTE TEMÁTICO

O município de Altamira é o local de uma das principais obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), conhecida como UHE Belo Monte, e que desde o início de sua implementação alterou o espaço urbano da cidade. Dessa forma, torna-se urgente analisar por meio do Plano de Requalificação Urbana, como essa intervenção do Estado está gerando um novo processo de produção do espaço urbano na cidade, a partir de suas diversas dimensões, a saber, a do concebido, do percebido e do vivido, além de, mais especificamente, discutir como este plano alterou a forma e os conteúdos dos Portos e a Orla central.

A partir de 2010, inicia-se o processo de instalação da UHE Belo Monte no rio Xingu, que caminha para ser a maior usina hidrelétrica inteiramente brasileira e a terceira maior hidrelétrica do mundo, com potência instalada de 11.233 MW. O lago abrange uma área de 516 km² e inunda áreas municipais de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo (MIRANDA NETO, 2016).

Com o empreendimento hidrelétrico, a cidade de Altamira passa por um processo de requalificação urbana relacionado a áreas localizadas às margens dos igarapés, criação de novos loteamentos para fins de reassentamento urbano e alterações estruturais relevantes.

É importante considerar o papel da Norte Energia e dos agentes públicos no processo de reassentamento e requalificação urbana, a fim de se entender as interferências diretas do empreendimento nas relações socioespaciais que se processam na cidade e na região, as quais possuem a capacidade de determinar o nível de renda necessário para se ocupar determinados pontos e, ao mesmo tempo, forçar o deslocamento da população para áreas ainda mais periféricas reforçando a segregação socioespacial (MIRANDA NETO, 2016).

A cidade de Altamira expõe em seus Portos e sua Orla as vivências que são construídas no e pelo cotidiano e reproduzidas por elementos do modo de vida ribeirinho. Esses espaços de vivências podem ser compreendidos como lugares onde há a possibilidade da reprodução da diferença. Além disso, evidenciam o urbano e suas práticas, por meio do uso em detrimento da mercantilização dos espaços.

Apesar de passar por mudanças em suas formas e conteúdos em razão da construção da UHE de Belo Monte, os Portos que se localizam na porção da Orla fluvial da cidade desenvolvem relevantes atividades que ligam os sujeitos com o modo de vida ribeirinho. A cidade ribeirinha⁷ é marcada pela interação com o rio e não apenas pela sua localização geográfica. Por se tratar de uma cidade amazônica, contém características marcantes que se baseiam nas relações estabelecidas de sua população com o rio, onde o valor de uso é intenso, no qual fomenta e incide sobre a dinâmica da vida cotidiana.

São nos Portos⁸ que diversas atividades e usos são materializados por esses sujeitos que produzem o espaço vivido. Na entrega de peixes dos pescadores na beira, no transporte de pessoas para comunidades ribeirinhas nas voadeiras⁹ (Ver foto em Anexos) e pequenas embarcações. Dentre os agentes produtores desse espaço, encontramos barqueiros, taxistas, carroceiros, pescadores, locatários de balsas flutuantes, vendedores ambulantes, entregadores de gelo, e pessoas que vão apenas para conversar.

Essas práticas espaciais diárias constituem diferentes territorialidades que formam o conteúdo urbano e que definem a produção do espaço vivido, que é representado primordialmente pela espontaneidade, pela ‘diferença’ e não necessariamente pelo valor de troca, aspectos que foram ameaçados pelo Plano de Requalificação Urbana.

7 Nem toda cidade é ribeirinha mesmo que seja margeada por um rio. A cidade ribeirinha tem seus traçados de ruas ligados ao rio, pois vão ao encontro ou terminam nele, como também toda a dinâmica da cidade está ligada ao movimento das marés, ao tempo da natureza. Seu padrão de ocupação foi rio/várzea/floresta. A cidade beira-rio desenvolveu-se de costas para o rio, como a cidade de Belém, e sua dinâmica está ligada a fatores externos, às rodovias e à terra firme, com o padrão de ocupação rodovia/subsolo/terra firme. As cidades ribeirinhas têm ligações de identidades com o lugar, demonstradas em seu modo de vida, como a interação de seus habitantes com os cursos fluviais em vários sentidos: uso doméstico, fonte de recurso material, uso para o lazer e representação simbólica (TRINDADE JÚNIOR, 2008).

8 Na cidade de Altamira existem seis Portos principais. Esses Portos em realidade são locais de embarque e desembarque de diversos tipos de embarcações e possuem pouca ou quase nenhuma infraestrutura portuária para operação dos serviços e cada um deles atende prioritariamente a uma atividade específica (NORTE ENERGIA, 2011).

9 São barcos de alumínio com motor de popa, responsáveis por realizar as viagens denominadas “linhas”, rotas preestabelecidas entre alguma localidade determinada e a cidade de Altamira. É a principal forma de transporte da população que depende do rio para se deslocar. As dimensões das voadeiras variam entre 6,0 e 12,0 m de comprimento; a largura entre 1,30 a 1,55 m; e a capacidade de passageiros varia de 04 até 16 pessoas (NORTE ENERGIA, 2011).

FIGURA 2: VOADEIRAS NO PORTO DA ORLA

Fonte: Autor, 2016.

Podemos observar que, a partir da história de políticas de integração da Amazônia ou mesmo de políticas de desenvolvimento para a região, as demandas locais e regionais foram, no mais das vezes, desconsideradas. Por consequência, é perceptível o desrespeito ao simbolismo dos sujeitos ao lugar, às práticas culturais, aos costumes dos habitantes que ali estavam, imposto sobretudo pelos agentes hegemônicos que também podem ser chamados, segundo Santos (2008, p.54), de “macroatores”. Ainda conforme o autor, esses sujeitos eram “àqueles que de fora da área determinam as modalidades internas de ação” ou, fazendo uma analogia, são os “macrotratores”, aqueles que de dentro da área, destroem espaços, histórias e vidas. (SANTOS, 2008, p. 54)

É nesse sentido que a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE de Belo Monte) é pensada por agentes e demandas exógenas as dos habitantes da região, que atende às necessidades de produção direcionadas para as novas demandas de mercado, conforme evidenciada em outros processos de “grandes objetos” na Amazônia (TRINDADE JÚNIOR, 2010).

É deste modo que o processo de acumulação representado pelos avanços das “grandes” obras, especialmente as hidrelétricas na Amazônia, colidem diretamente com as formas produtivas locais e forjam a reconfiguração da divisão territorial do trabalho, este aspecto último que formatou e estabeleceu uma lógica de “planejamento” para o espaço urbano, tendo como fator prevalecente as necessidades dos empreendedores, sobretudo da Norte Energia.

A empresa Norte Energia, que constrói a UHE Belo Monte, faz parte das empresas que integram o conjunto de obras de infraestrutura energética do PAC na Amazônia, a exemplo da UHE Belo Monte, e representa um dos maiores embates ambientais em termos de conflitos socioespaciais e questionamentos acerca dos impactos causados no meio ambiente.

FIGURA 3: USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE

Fonte: Eureka Brasil, 2018.

Na proposta de construção da UHE Belo Monte é enfatizado o discurso da sustentabilidade e da responsabilidade social da obra em relação às exigências dos órgãos ambientais. O paradigma da sustentabilidade prevalece nos discursos das empresas que constroem e administram as usinas hidrelétricas, sobretudo estando pautado e legitimado na necessidade que os consórcios possuem de cumprirem a lei

para que seja permitida a construção das barragens e a operação para geração e comercialização de energia elétrica. (BORGES, 2018, p. 204).

Um primeiro momento da política estatal durante a ditadura militar que propiciou o surgimento de diversos municípios, ou consolidação do espaço urbano de municípios mais antigos, como Altamira, deve-se ao projeto da abertura da Rodovia Transamazônica (BR-230).

O projeto de construção da rodovia Transamazônica, apesar de ter sido preparado de forma a atender uma decisão presidencial não precedida de estudos técnicos, fez parte de uma certa concepção de integração nacional, no qual um dos principais objetivos era garantir a soberania territorial brasileira, embasado no discurso do “vazio demográfico”.

Um segundo momento foco dessa pesquisa institui-se a partir de 2010 com o início da construção da UHE Belo Monte, com a chegada de milhares de trabalhadores de diversas partes do país e até de países vizinhos, instalações de grandes empresas, o “boom” imobiliário com aumento do preço de aluguéis e terrenos, dentre outros aspectos que vão marcar uma nova dinâmica do urbano.

Nesse sentido, o espaço da Transamazônica e Xingu historicamente foi marcado por atividades de expansão da fronteira capitalista, ações que ignoraram as construções simbólicas e relações históricas, o que promoveu muitos conflitos.

Para a escrita da dissertação fizemos pesquisa bibliográfica e documental, trabalhos de campo, bem como entrevistas com os diversos agentes produtores do espaço. Para a realização deste estudo, as fontes são diversas, já que são úteis os estudos de documentos oficiais, o depoimento de pessoas (comunidades, empresas e instituições), a observação da vida cotidiana, a identificação das atividades econômicas, etc. Para isto, seguiremos os seguintes procedimentos metodológicos:

Pesquisa bibliográfica e documental

I) Defensoria Pública da União (DPU) – no ano de 2015, instala-se oficialmente no município com o objetivo de auxiliar juridicamente a população que estava sendo atingida pela UHE Belo Monte e que sofreria realocação. Durante os anos que esteve

em Altamira, a DPU elaborou uma série de relatórios ao qual tivemos acesso via internet, que nos ajudou a entender os impactos no espaço urbano em função da obra.

II) Instituto Sócioambiental (ISA): uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, que propõe soluções para questões sociais e ambientais e, em Altamira, esteve desde o primeiro momento das discussões acerca da implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em

2008. Já elaboraram e publicaram diversos artigos e dossiê denunciando os impactos quase que irreversíveis que a obra deixou no espaço urbano e no espaço agrário.

III) Prefeitura Municipal de Altamira (PMA): uma das principais instituições e agentes dentro do contexto da obra. Foi a PMA responsável pelo “novo” Plano Diretor, através da Secretaria de Planejamento que acompanhou e acompanha todos os processos que envolvem a Requalificação Urbana no município.

IV) IBAMA: no site deste instituto, foram pesquisados os relatórios de consolidação do PBA da UHE Belo Monte, elaborados pela empresa Norte Energia, desde 2012, além de outros documentos, como as Notas Técnicas elaboradas pelo Ibama para cada um dos referidos relatórios da empresa. Nesses relatórios, foram privilegiadas as partes que envolvem as intervenções diretas no espaço urbano do município.

V) Movimento Xingu Vivo Para Sempre: no site do Movimento, foi possível ter acesso a centenas de reportagens jornalísticas, fotos, matérias, denúncias, acerca das primeiras ações no espaço urbano realizadas pela empresa Norte Energia em Altamira. Sempre em caráter de denúncia, o movimento atuou e atua diariamente na luta pela garantia dos atingidos.

VI) Movimento dos Atingidos por Barragens: no site do Movimento, foi possível ter acesso a centenas de reportagens jornalísticas, fotos, matérias, denúncias, acerca das primeiras ações no espaço urbano realizadas pela empresa Norte Energia em Altamira. Sempre em caráter de denúncia, o movimento atuou e atua diariamente na luta pela garantia dos atingidos pela UHE Belo Monte.

Pesquisa de campo

Em campo, foram realizadas coletas de dados, cujos objetivos foram identificar estudos sobre o tema da pesquisa. A coleta de dados foi realizada por meio das seguintes técnicas:

- I) Realização de entrevistas semi-estruturadas e estruturadas com agentes que fizeram parte das remoções realizados pela Norte Energia e estão morando nos reassentamentos urbanos coletivos, outras áreas da cidade ou outros municípios da região.
- II) Realização de entrevistas semi-estruturadas e estruturadas com agentes que faziam ou ainda fazem parte dos Portos e da Orla central.
- III) Elaboração de cartografias para identificar onde estavam e para onde foram as famílias atingidas pelo empreendimento.

A partir de todo o levantamento e análise, apresentamos a seguir a disposição dos capítulos:

No capítulo 1 intitulado *Introdução*, abordamos os aspectos históricos acerca do debate e implantação da UHE Belo Monte no Xingu, destacando os conflitos ambientais em torno da construção dessa grande obra que culminou em propostas de ações elaboradas em documentos oficiais construídas pelo Estado brasileiro por meio do EIA-RIMA e do PBA que mitigaria os impactos negativos da obra em Altamira. Discorreremos ainda em que medida o Plano de Requalificação Urbana, que visaria garantir o menor impacto na vida dos atingidos, serviu, ao contrário, para reforçar a desigualdade socioespacial através de intervenções urbanas que desconsideraram os sujeitos construtores do espaço anterior à obra. Para nos apoiar na reflexão deste capítulo, utilizamos as seguintes referências: Trindade Júnior (2010), Borges (2008), Fearnside (2015), Fleury e Almeida (2013), RIMA (2009), Trindade Júnior (2011), PNLA (2020), PBA (2011), Vasconcellos e Mello (2003), Lopes (1999), Villaça e Guerra (1994), Alves (2008), Alves (2016), Vainer (2005), Lefebvre (1999), Trindade Júnior (2013), Eletrobrás (2006), Miranda Neto (2016), Trindade Júnior (2008), Santos (2008).

Em *Da formação do espaço urbano de Altamira aos impactos da UHE de Belo Monte*, o capítulo 2, discorreremos a respeito da gênese urbana do município de

Altamira, tomando como ponto de partida a orla fluvial do município e a Igreja Católica, que era o principal agente produtor desse espaço até 1960. Para nos ajudar na reflexão acerca deste capítulo, utilizamos destas referências: Trindade Júnior (2002), Corrêa (2006); Coudreau (1897); Umbuzeiro (2012); Prelazia do Xingu (2010), Carlos (1999) e Rosendahl (2012).

No capítulo 3 intitulado *A orla central da cidade de Altamira-PA: um olhar frente à Requalificação Urbana da UHE de Belo Monte, debruçamo-nos sobre* como o Plano de Requalificação Urbana alterou formas e conteúdos da Orla central, retirou moradores e pequenos empreendimentos de áreas próximas ao centro da cidade e leito de igarapés desde 1980 empurrando-os para os Reassentamentos Urbanos Coletivos e quais os conflitos dos moradores atingidos com a empresa Norte Energia.

Destaca-se ainda as obras de infraestrutura realizada pela empresa Norte Energia como o Parque Igarapé Altamira, Mercado do Peixe, prédios institucionais e outros. Para nos ajudar na reflexão utilizamos as seguintes referências: Costa (2012), Dias (2008), Harvey (2005), Limonad (2008), Trindade Júnior e Trindade (2012), Maheiro; Silva (2005), Carlos (2007), Miranda Neto, (2017), Aranha e Barros (2005), Technum (2010), Carlos (1999), Miranda neto (2016), Norte Energia (2014), Lefebvre (1999) e PBA (2011).

Em *Portos e a Requalificação Urbana*, capítulo 4, abordamos as transformações na forma e conteúdo em razão da construção da UHE Belo Monte e como os sujeitos, através de práticas cotidianas, lutam para que os conteúdos específicos do lugar não sejam absorvidos por uma política urbana que tenta homogeneizar todos os espaços. Para embasar o capítulo, as referências listadas foram importantes: Lima (2017), Maricato (2015), Alves (2010), Trindade Júnior (2013), Liberato (2007), Borges e Silva (2011), Costa (2012), e PMA (2012).

No último capítulo chamado *Pensando as contradições do espaço em Altamira*, discutimos os resultados finais da dissertação. Refletimos sobre como uma nova dinâmica intervém direta e indiretamente na produção do espaço dos Portos e Orla central, a partir da implantação da UHE Belo Monte, por meio das dimensões do percebido (práticas espaciais), do concebido (representações do espaço) e do vivido (espaços de representação). Ademais, essas dimensões ajudam-nos a repensar a realidade e mesmo outras possibilidades de viver o urbano e compreender a especificidade e a

espacialidade ribeirinha em Altamira. Para nos ajudar na reflexão acerca deste capítulo, utilizamos destas referências: Lefèbvre (1974, 2006), Martins (2008), Lima (2013), Silva; Malheiro (2005), Wirth (1973), Malheiro e Silva (2005), Lima; Nunes (2011), Melo (2013), Vainer (2002), Sánchez (2003), Carlos (2009) e Silva (2008).

2 DA FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE ALTAMIRA AOS IMPACTOS DA UHE DE BELO MONTE

Xingu

*Não apenas um rio
Mas um eterno protetor
De um filho que um dia
Foi o teu desbravador*

*Quantas vidas em teu leito
Quantas vidas em tuas margens
Que te carregam no peito
Contemplando tuas paisagens*

*Tu és um puro encanto
Simboliza a natureza
É por isso que te canto
Descrevendo tua beleza*

*Tuas águas a correr
Tuas praias, tuas areias,
A mansidão que tu tens
Transforma-se em cachoeira*

*Tu és eterno és Xingu
Que banhas várias cidades
És poesia, és canção
És minha felicidade*

Francisco das Chagas Cândido de Sousa

2.1 Arcabouço teórico-conceitual

Grandes projetos na Amazônia não constituem uma novidade em si. Desde a década de 1950, com a abertura da Belém-Brasília, o governo federal dedicou-se a articular a Amazônia à economia nacional. Durante a ditadura militar (1964-1988), vultosos investimentos foram feitos de modo a criar condições gerais para atrair capitais nacionais e internacionais de setores produtivos diversos.

Junto com a implantação de infraestruturas de transportes e energia implementaram-se políticas de colonização e de atração de mão de obra. Nesse contexto, um exemplo é a implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí que constituiu um marco não só para viabilizar o pólo minerometalúrgico no sudeste paraense, mas para “garantir o suprimento de energia elétrica aos pólos emergentes do desenvolvimento (Belém, Marabá e São Luís), bem como fazer a interligação elétrica com a região Nordeste” (ELETROBRÁS, 1992, p.31). Além de, como no discurso de incorporação da região à economia nacional, havia o desejo de alterar a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho.

A perspectiva era o país converter-se em uma alternativa barata de fornecimento de energia para fazer frente a crise do petróleo e, conseqüentemente, tornar-se mais um fornecedor de matéria-prima para a indústria do alumínio que começava a deslocar-se das regiões tradicionalmente produtoras para outros países com condições mais privilegiadas, como àquelas existentes no Brasil (GARCIA; LIMONAD, 2008, p. 9).

Representante desses grandes projetos, o Brasil já construiu uma série de grandes barragens na sua região amazônica nas últimas décadas: Coaracy-Nunes (1975), Curuá-Una (1977), Tucuruí (1984), Balbina (1987), Manso (1987), Samuel (1988), Lajeado (1999), Peixe Angelical (2006), São Salvador (2008), Dardanelos (2011), Rondon II (2011), Estreito (2012), Santo Antônio [rio Madeira] (2011), Jirau (2013), Santo Antônio [rio Jari] (2014), Teles Pires (2014), Belo Monte (2015), São Manoel (2017) e Sinop (2019) (Figura 1). Os planos para construção de futuras hidrelétricas são muitos, embora os números apresentados por vários relatos oficiais e não oficiais variem muito a reboque de um discurso de “desenvolvimento” para as regiões e para o Brasil (FEARNSIDE, 2019, p. 70).

Porém, de que desenvolvimento se está falando? Permanece em aberto essa questão levantada por Becker (2004, p 89.) de “como conseguir compatibilizar a expansão da infraestrutura com o uso sustentável dos recursos naturais e o bem-estar das populações regionais, superando o conflito entre as demandas nacionais e o direito da população à sua região”.

A Amazônia concentra o maior potencial de geração de energia hidrelétrica do país com previsão de construção de novos projetos. Na região, o discurso do desenvolvimento e do progresso constituiu e constitui, ainda hoje, em uma bandeira de legitimação para a implantação. Sem dúvida, a geração e o abastecimento de energia são elementos cruciais para a inserção competitiva internacional. Entretanto, permanece a questão: quem se beneficia com a implantação?

Os benefícios econômicos do potencial energético da Amazônia superam, no jogo político e na tomada de decisões, os custos sociais e ambientais. Assim os grandes projetos, ao mesmo tempo em que contribuem para o avanço e reprodução de diversos capitais, degradam os que lutam pelo meio ambiente e impactam direta ou indiretamente a população da região. Nesse sentido, Lemos (2004, p.112) assinala que a abundância de recursos hidroenergéticos na Amazônia converteu-se em “uma ‘maldição’ para sua população, já que a exploração destes recursos em nome do progresso vem, ao longo dos anos, transformando-se em geradora e reprodutora da pobreza”.

Rocha e Gomes (2002), por sua vez, destacam os conflitos decorrentes das diferenças entre os padrões estabelecidos nas áreas de implantação de grandes projetos e aqueles das áreas que sofrem a sua influência, uma vez que a melhoria de serviços e infraestruturas fica restrita apenas às localidades que são alvo do empreendimento. Ressaltam ainda a reduzida incorporação regional dos benefícios gerados e a formação de enclaves, apesar desses empreendimentos “apresentarem-se originalmente como projetos de múltiplos propósitos e/ou associados a um conjunto de outros empreendimentos cujo fim seria o desenvolvimento regional”.

Fenzl (2000), em seu estudo sobre a evolução do setor energético e o desenvolvimento socioeconômico na região Norte, ressalta que os investimentos que resultaram em um aumento de 30% na geração de energia não trouxeram o desenvolvimento econômico e social esperado, posto que a maior parte do aumento de geração

de energia foi absorvida pelas indústrias de mineração e que o aumento do PIB não reflete o crescimento do número de empregos e a melhoria na qualidade de vida da população. Conclui então que: “de um modo geral a evolução do setor energético e o aumento significativo do consumo de energia elétrica na Amazônia não conseguiram trazer um desenvolvimento socioeconômico para esta região” que seja justamente “compatível com o enorme volume de recursos investidos na eletrificação da Amazônia” (FENZL, 2000, p.263-264).

O planejamento nacional, por meio dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, Planos Plurianuais e outros instrumentos, esteve sempre direcionado para o desenvolvimento nacional e não para o desenvolvimento regional, apesar de, em geral, o discurso estar focado na região. O que se pretendia primordialmente para a Amazônia era a integração deste espaço à economia nacional, aumentando as possibilidades de internacionalização da economia do país.

Diante de um novo ciclo de incremento econômico e social no Brasil, o governo federal lançou, em 2007, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), para suprir três eixos de desenvolvimento no País: Infraestrutura Logística (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, entre outros); Infraestrutura Energética (geração e transmissão de energia hidrelétrica, petróleo, gás natural e combustível renovável), e Infraestrutura Social e Urbana (habitação, saneamento, recursos hídricos e metrô).

Em pesquisa realizada sobre o licenciamento ambiental de usinas hidrelétricas em Minas Gerais, entre os anos de 2002 e 2006, com foco nos conflitos desencadeados pela sua construção, evidenciou-se que os projetos são licenciados apesar dos estudos que os embasam serem insuficientes, havendo a ocorrência de restrições legais e de manifestada resistência pelas populações atingidas durante a implantação do empreendimento. Se, de um lado, observamos populações ribeirinhas que consideram a terra como um patrimônio da família e da comunidade, com regras para o compartilhamento dos recursos, de outro, há o setor elétrico, nas figuras do Estado e dos empreendedores públicos e privados, os quais, dentro da lógica de mercado, entendem o território como propriedade, qual seja, uma mercadoria de valorização monetária (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007).

Para Zhouri e Oliveira (2007), as ações políticas sob a ótica econômica tendem a resolver os problemas de degradação ambiental por meio de medidas mitigadoras

e compensatórias, conforme o denominado pelas duas autoras como modelo dominante de “paradigma da adequação ambiental” em oposição a um “paradigma da sustentabilidade”. Por esse padrão, o ambiente é visto como externalidade, qual seja, a “paisagem que deve ser modificada e adaptada aos objetivos do projeto técnico” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007)

Ainda segundo Zhouri e Oliveria (2007), as populações ribeirinhas acabam por se tornarem invisíveis enquanto sujeitos sociais e atores políticos dotados de desejos e direitos, o que induz ao aumento da violência e dos conflitos, caracterizando-se, assim, um desenvolvimento desigual e excludente nesses territórios. O mesmo estudo aponta para os países exportadores de insumos ou produtos intermediários de alto consumo energético e baixo valor agregado, cuja instalação no Brasil intensifica a utilização de áreas economicamente marginais. Dessa forma, observa-se a expansão da fronteira econômica do mercado em territórios historicamente ocupados por agricultores familiares e minorias étnicas. A partir dessa dinâmica, instauram-se áreas de conflito social, com a consequente desapropriação das populações locais.

Harvey (1993) destaca que a espacialidade tradicional do capitalismo é aquela das concentrações do capital e do trabalho, dos desequilíbrios regionais, das migrações desterritorializantes, da degradação socioambiental, das periferias das cidades, do urbanismo que segrega, da involução das pequenas cidades, da modernização predatória do campo. Nessa espacialidade, assenta-se a reprodução desse sistema (HARVEY, 1993).

De acordo com Schaeffer (1986), além do impacto gerado pelo barramento do rio, há mudanças advindas de seu planejamento, construção, operação e manutenção, mediante a modificação da estrutura socioeconômica e cultural regional. A consequência são desequilíbrios no mercado de trabalho, na infraestrutura e na organização geral da comunidade, ocasionados pelo fluxo migratório de pessoas à procura de emprego, pela especulação imobiliária, pela elevação dos preços, além de outros problemas (SCHAEFFER, 1986).

Outro grave distúrbio apontado em estudos sobre os impactos gerados pelas hidrelétricas é o deslocamento compulsório de populações. A realocação de povos que deixam seus locais de origem tem como consequências fortes alterações nos seus modos de vida. Vale destacar que a maior parte das famílias afetadas por esses

empreendimentos pertence às áreas rurais: são ribeirinhos, posseiros, pequenos proprietários; uma menor parte, mas não menos importante, pertence aos núcleos urbanos (BESSA et al, 2011).

A expansão do sistema de geração de energia e consequentemente, das redes de transmissão de energia na Amazônia visa atender mais às demandas do grande capital do que as necessidades regionais, tendo em vista o histórico de implantação destes projetos – UHE Tucuruí e Interligação Norte/Nordeste – planejados para atendimento das indústrias eletrointensivas. Hoje, pode-se observar que o planejamento ainda contempla empreendimentos periféricos que objetiva principalmente a exportação de energia para as outras regiões do país.

Diversidade do Urbano na Amazônia

Analisar o processo de povoamento na Amazônia é uma tarefa difícil, pois demanda atenção quanto às diversidades existentes em uma região que manifesta um quadro de complexidade em suas questões naturais e humanas (PORTO-GONÇALVES, 2005). Nesse sentido, Trindade Júnior et al. (2011) alertam para o processo de urbanização na Amazônia, intensificado na região sobretudo a partir da década de 1960 com a abertura e o avanço da fronteira econômica para esse espaço.

A variedade dos tempos históricos e culturais no espaço implicou em formas de apropriação desiguais do território. Tempos que incluem a compreensão da gênese das cidades, a configuração de diferentes agentes sociais e culturais e as articulações com os processos econômicos gerais.

Neste caso, é possível admitir uma transformação nos processos gerais, que não necessariamente expressa uma alteração na configuração imediata da formação das cidades. São, portanto, tempos culturalmente diversos, que exigem o conhecimento da formação das cidades por meio de uma diferenciação de períodos, combinando variáveis endógenas ou exógenas para a compreensão final em termos de uma formação social (VICENTINI, 2004, p.14).

As contribuições de Becker (1990, 1998), Oliveira (2000), Oliveira e Schor (2001, 2008), Porto-Gonçalves (2005) e Trindade Júnior et al. (2011) são estudos que

revelam a complexidade e a diversidade do espaço regional amazônico, buscando compreender às suas realidades e diversidades.

A discussão refere-se às abordagens até aqui apresentadas, em que a apreensão do processo de urbanização em um sistema mundializado de expansão e de peculiaridades do modo de produção capitalista parece ser insuficiente para o exame da especificidade e diversidade das cidades da Amazônia Brasileira (VICENTINI, 2004, p. 19).

Com base nesses tipos de urbanização, são identificados perfis de cidades e de conteúdos urbanos na Amazônia. Há uma diferença da urbanização na Amazônia brasileira como resultado das ações de múltiplos agentes em diversas sub-regiões desse espaço, onde em cada uma predomina a atuação de um determinado agente (TRINDADE JÚNIOR, 2013a; TRINDADE JÚNIOR et al., 2011).

Entre os estudos citados por Trindade Júnior (2010b) e Trindade Júnior et al. (2011) para se compreender a diversidade de urbanização na Amazônia, encontra-se a contribuição de Porto-Gonçalves (2005) que destaca as diversidades naturais, sociais, econômicas, culturais e políticas existentes na região amazônica, bem como as contradições dos conflitos e das possibilidades dos povos da floresta, índios, quilombolas, seringueiros, ribeirinhos, parteiras, garimpeiros, beiradeiros, pequenos agricultores e outros agentes que resistem à homogeneização dos espaços imposto pela sociedade capitalista.

Quanto à produção do espaço amazônico, Porto-Gonçalves (2005) destaca que ela ocorreu seguindo dois grandes padrões: o padrão rio-várzea-floresta, predominante na região até a década de 1960; e o padrão estrada-terra firme-subsolo, comum na região principalmente após a referida década até os dias atuais. Esses dois padrões concretizaram-se na região amazônica pelo ciclo da borracha e por projetos de integração nacional, como a Zona Franca de Manaus, o Avança Brasil, entre outros, materializando um desenvolvimento excludente e predatório da diversidade sociocultural e ambiental da Amazônia brasileira, além de engendrar uma geografia de contradições e conflitos nessa região.

A diversidade sociocultural e ambiental da Amazônia deve ser contemplada na elaboração de novos cenários para o planejamento de políticas públicas, isto é, políticas que incluam a presença dos sujeitos lugares, para que possam direcionar com

autonomia os interesses dos que constroem e lutam por suas existências, pensando em políticas que incluam os povos amazônicos e suas diversas formas de existência na região. (PORTO-GONÇALVES, 2005).

Trindade Júnior (2010b), pontua que o estudo da diversidade urbana deve levar em consideração a pluralidade de espaços e tempos que, por sua vez, traduzem-se em conteúdos plurais de urbanização e que as definem pequenas cidades com elementos peculiares da vida urbana atual, bem como cidades que revelam características urbano-rurais em sua configuração socioespacial.

É deste modo, que Trindade Júnior (2010b) propõe a noção de urbanodiversidade, uma premissa de reflexão e de ação voltada à construção de teorias e agendas urbanas que suplante o simples pensamento abstrato e contribua na tarefa de compreender a diversidade territorial e urbana que marcam a realidade brasileira. Trindade Júnior (2013b) ressalta que, no caso de uma região complexa como a Amazônia, a ideia de urbanodiversidade:

[...] é revelada não somente por diversas formas de cidades e pela existência de múltiplos tipos de urbanização que decorrem normalmente de processos originados externamente à região, mas também por formas complexas de espaços que indicam a hibridização de relações definidas por contatos e resistências em face desses movimentos de diferentes naturezas que chegam à região (TRINDADE JÚNIOR, 2013b, p. 18).

A contribuição de Trindade Júnior (2010b, 2013b) abre possibilidades à compreensão de outras formas de manifestação do fenômeno urbano na Amazônia, assim como da atuação de outros agentes que, por meio de suas práticas espaciais particulares, conferem aspectos diferenciados às cidades dessa região. Dessa maneira, permite-nos não só pensar em uma pluralidade de agentes produtores do espaço urbano, como também a conferir visibilidade às experiências de vidas urbanas e práticas socioespaciais dos sujeitos, que não são considerados na elaboração das políticas públicas de planejamento e desenvolvimento urbano e regional.

É necessário um esforço na elaboração de teorias mais abrangentes que busquem entender as regularidades, as continuidades, as estruturas e as singularidades do fenômeno urbano na Amazônia, sobretudo transformações socioespaciais no espaço urbano em cidades impactadas por grandes projetos, a exemplo de Hidrelétricas

(CASTRO, 2008, p. 13). Ou seja, “buscar entender espaços resultantes dos processos combinados de urbanização e globalização, em várias escalas.

A cidade de Altamira e a especificidade do urbano

Ao longo do tempo, distintos elementos e agentes produtores do espaço foram responsáveis pela formação do espaço da Transamazônica e Xingu, com cidades marcando suas formas e seus conteúdos. Esses diversos projetos no espaço amazônico produziram, em diferentes períodos, múltiplos padrões de urbanização e delinearão as cidades distintamente, como percebemos no caso de cidade de Altamira.

Nesse sentido, a cidade e a realidade urbana seriam o lugar, por excelência, onde se realizam os ciclos de reprodução mais amplos e complexos. A reprodução das relações (capitalistas) de produção, em particular, implica tanto na divisão do trabalho quanto nas separações no interior desta divisão, principalmente entre a técnica (nas unidades de produção) e a social (no mercado), o que se aplica para a Divisão Territorial do Trabalho e o lugar da Amazônia.

A partir do momento em que o espaço passa a ter um valor econômico, ele é transformado em mercadoria e passa a ser definido, como afirma Carlos (2001, p.22), pela “a égide da propriedade privada”, tornando-se uma raridade. Dessa maneira, a propriedade privada da terra transforma o espaço em um objeto político de suma importância para a reprodução do capital global.

Utilizar o conceito de espaço como produto social ajuda-nos a pensar sobre a produção do espaço inserida em um modo capitalista de produção, visto que o espaço terá um valor econômico e político no processo de reprodução do capital onde está sendo articulado. Essa ideia pode ser complementada com a afirmação de Carlos de que:

O espaço como produto do trabalho do homem nos leva a refletir sobre o processo de produção social, o tipo de trabalho e o seu desenvolvimento, o modo como determinado produto é produzido. A questão é como se dá a

configuração específica do processo de produção espacial através das relações capitalistas de produção. Em seu conjunto o capital aparece como uma relação social fundamentada nas lutas e contradições de classe, o que nos obriga a entender esse processo em seu dinamismo, isto é, no de suas contradições imanentes (CARLOS, 1994, p.23).

Lefebvre (2001) demonstra como as forças produtivas, apesar dos obstáculos oferecidos pelas relações de produção capitalista, atingiram uma grande potência quanto a produção do espaço em escala mundial, criando uma contradição principal: o espaço produzido globalmente e suas fragmentações, pulverizações, despedaçamentos, resultante das relações de produção capitalistas.

O urbano para Lefebvre (2002) é um cumulativo de todos os conteúdos resultantes dos meios de produção, das técnicas, das riquezas e das obras da cultura, que se complementam e se negam, criando assim diversas maneiras de viver que definem modulações ou rupturas no cotidiano. É por excelência o lugar da simultaneidade das relações dos sujeitos. Hoje o espaço inteiro entra na produção como produto por meio da compra, da venda, da troca de parcelas do espaço (LEFEBVRE, 1999,p.142).

O capitalismo parece esgotar-se. Ele encontrou um novo alento na conquista do espaço na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e na venda do espaço. E isso em uma escala mundial. Este é o caminho da socialização das forças produtivas e da própria produção do espaço (LEFEBVRE, 1999, p.143).

A “produção social do espaço” (Lefebvre, 1976) de Altamira, uma cidade localizada no sudoeste do Pará, está intimamente ligada à criação de novos núcleos urbanos, vilas, municípios influenciados pelo “boom” da borracha que vai de 1850-1920 (CORRÊA, 2006)¹⁰. É inegável a importância do rio Xingu por possibilitar o início da circulação de mercadorias, produtos (caucho, borracha), informações e pessoas que foram fundamentais para o início do espaço urbano da cidade.

10 Roberto Lobato Corrêa foi quem primeiro construiu uma obra de referência sobre a Periodização da Rede Urbana na Amazônia, publicada em 1986, relançada em 2006, sendo usado nesse trabalho apenas para evidenciar o processo de surgimento das cidades.

Com o empreendimento hidrelétrico, a cidade de Altamira passou por um processo de requalificação urbana relacionado a áreas localizadas às margens dos igarapés, criação de novos loteamentos para fins de reassentamento urbano e alterações estruturais importantes.

A cidade de Altamira expõe, em seus Portos e sua Orla, vivências que são construídas no e pelo cotidiano e reproduzidas pelo modo de vida ribeirinho. Esses espaços de vivências podem ser compreendidos como lugares onde há a possibilidade da reprodução da diferença. Ademais, evidenciam o urbano e suas práticas por meio do uso em detrimento da mercantilização dos espaços.

O modo de vida ribeirinho, que consiste na acentuação cumulativa e complexa de características e de elementos que dão corpo e distinguem os principais conteúdos sociais de um grupo (WIRTH, 1973), perpetua-se tanto por meio da existência de uma morfologia material (espaço que conta com diversos barcos, canoas e rabetas, além de formas como os trapiches, rampas, portos e estruturas de madeira que democratizam e possibilitam o acesso pleno aos rios) quanto de uma morfologia social pautada em diversos usos e práticas cotidianas realizadas nos portos e orla central, através do rio.

Destas últimas, destacamos:

- a) atividades ligadas à pesca, que é desenvolvida tanto para complementar, quanto como única fonte de renda e de subsistência;
- b) o uso doméstico da água dos rios em direção as praias do Rio Xingu;
- c) o uso do transporte fluvial em pequena escala por meio de canos e voadeiras, também de forma a complementar ou como única fonte de renda/subsistência;
- d) a busca por liberdade para desenvolver atividades (caça, pesca, cultivo de verduras, frutas, legumes etc.) de acordo com o seu próprio tempo, que está associado aos rios e a dinâmica da floresta;
- e) a importância da tranquilidade de morar nesse espaço, um dos maiores referenciais de qualidade de vida para os agentes/grupos ligados às águas;
- f) a importância simbólica dos rios e da floresta e a identificação com o tempo lento da natureza;

g) o desenvolvimento de relações de sobrevivência nos portos e orla e de solidariedades mais diretas e aproximativas, permeadas por laços de parentesco e amizade;

h) a luta nas águas e contra às águas nos períodos de enchentes; estas que reafirmam, através de diversas dimensões (da destruição e da perda, da fertilidade, do renascimento e de preservação do modo de vida ribeirinho).

Os espaços de vivência e de identidade ribeirinha, categoria analítica utilizada por Malheiro e Silva (2005) para interpretar as faces ribeirinhas da cidade de Belém do Pará através de sua orla fluvial, são aqueles que:

a) estão localizados à beira-rio, muito embora essa condição não defina mecanicamente o seu conteúdo socioespacial;

b) mantém uma ligação com a dinâmica da natureza (rio e a floresta), pois o regime de cheias dos rios é muito importante para as atividades de cultivo, de extração e de pesca;

c) se configuram por meio de um arranjo de objetos espaciais/geográficos que se remetem ao “mundo das águas” (pequenos e pouco modernos portos, trapiches, barcos, canoas, rabetas etc.);

d) são marcados por atividades cotidianas que conformam um referencial de vida e, por conta disso, acabam compreendendo uma dimensão simbólica; e) apresentam uma economia pouco dinâmica, menos capitalizada, mas de muita interação social;

f) são permeados pelo desenvolvimento de interações com diversos grupos e por sobrevivências (LIMA, 2013).

Apesar de passar por mudanças em suas formas e conteúdos em razão da construção da Hidrelétrica de Belo Monte, nos Portos, que se localizam na porção da Orla fluvial da cidade, são desenvolvidas atividades que ligam os sujeitos com elementos do modo de vida ribeirinho e que deveriam estar asseguradas no Plano Básico Ambiental da UHE Belo Monte com o objetivo de mitigar os impactos negativos da obra.

No Plano Básico Ambiental (PBA) seguem uma série de medidas (condicionantes)¹¹ que objetivam requalificar o espaço urbano da cidade, em razão do enchimento do reservatório da Usina que envolve cerca de 388 Hectares de Áreas Diretamente Afetada (ADA)¹², bem como a construção e reconstrução de portos, remoção de famílias de áreas alagadiças, construção de parques, saneamento básico. De acordo com o Plano Básico Ambiental (2011), a requalificação urbana realizada pela Norte Energia¹³ tem por objetivos:

Alteração na Infraestrutura Urbana de Altamira	<p>Reordenamento urbano e a readequação da infraestrutura na área atingida de Altamira, compreendendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • integração das áreas atingidas pelo reservatório ao espaço urbano de Altamira; • recuperação ambiental das bacias dos igarapés urbanos (Altamira, Ambé e Panelas) e respectivas APPs; • solução dos problemas resultantes das inundações periódicas; • recuperação e valorização da orla do Xingu; • solução dos problemas de drenagem na região atingida pelo reservatório e entorno; e estudos para avaliação da interferência do efeito de remanso na BR-230 (Transamazônica).
--	--

Fonte: Norte Energia 2011.

Neste trabalho, analisar-se-á o Plano de Requalificação Urbana realizado pela Norte Energia no município e conceitos utilizados nas áreas do Planejamento, da Arquitetura e de outras ciências, como “renovação”, “revitalização”, “reabilitação”, “requalificação”, “regeneração”, “reciclagem” e “recuperação”.

O tema da requalificação urbana sugere um modo de pensar tecnicamente a cidade, enquanto prática socioespacial. Em primeiro lugar, há a intervenção nos

11As condicionantes são uma série de compromissos que o empreendedor e o Governo Federal assumiram com o órgão federal ambiental (IBAMA), para obter e manter a autorização do empreendimento, garantindo a sustentabilidade ambiental do empreendimento. ISA, 2014.

12Áreas que serão diretamente afetados pelo lago da UHE Belo Monte. Norte Energia, 2011.

13Empresa responsável pela construção da UHE de Belo Monte.

diversos lugares ao longo dos Portos e da Orla central, em função da construção da UHE Belo Monte, o que aponta uma relação complexa entre o Estado e o espaço, na medida que o poder político tem a possibilidade de intervir, permitir ou coordenar as intervenções. Em segundo lugar, podemos dizer que também se trata de uma ação que se realiza produzindo contradições significativas.

As diversas obras espalhadas pela cidade fazem parte da requalificação urbana da Norte Energia, empresa responsável pela construção da UHE Belo Monte.

Para Alves (2015, p.143),

As ações de transformação aparecem com as mais diferentes denominações que, ao mesmo tempo que justificam suas necessidades, contribuem para a ocultação dos conflitos que se estabelecem em torno da apropriação do espaço. Assim, expressões como revitalização, requalificação, revalorização, refuncionalização são utilizadas para justificar ações de transformação em áreas tidas como seu contraponto necessário: degradadas, esvaziadas, desindustrializadas, abandonadas e perigosas.

Portanto, não se trata de tecer críticas ao que Norte Energia se propôs a fazer como “melhorias” no espaço urbano Altamirense. Ao contrário, o objetivo aqui é compreender o que mudou na forma e conteúdo dos Portos e Orla central a partir do Plano de Requalificação Urbana, analisando as contradições e as estratégias dos agentes hegemônicos e não hegemônicos na concepção e produção do espaço.

É importante destacar que diversos processos de requalificação urbana ocorreram em centros urbanos e metrópoles através de obras chamadas PPP (parcerias público-privada) com o objetivo de adequar e adaptar os centros de decisões, primordialmente, às lógicas do capital financeiro e imobiliário.

A requalificação urbana que se deu no município de Altamira-PA, aparentemente, pouco tem a ver com as lógicas dos grandes centros. A excepcionalidade do município decorre do projeto de construção da UHE Belo Monte na região do Xingu, e que, desde 2010 com o início das obras, vem alterando drasticamente o espaço urbano altamirense. A obra foi pensada ainda na década de 1970 e implementada nos governos Lula e Dilma por meio do (PAC), evidenciando o papel importante do Estado enquanto agente produtor do espaço.

Os projetos que estão incluídos na requalificação urbana envolvem uma série de ações que invadem a vida cotidiana recriando novos signos e comportamentos, enquanto destroem símbolos anteriores, transformam os modos de uso do espaço e mudam as relações entre os cidadãos e a cidade.

O projeto de Requalificação Urbana em Altamira, ainda em realização pela Norte Energia, não levou em consideração as vivências que ali eram e são cultivadas, já que a dimensão do cotidiano vivido pela população não faz parte da lógica de produção estadista capitalista.

A requalificação dos lugares presentes nos Portos e na Orla oculta e/ou dificulta a reprodução social no lugar, ao menos se tomarmos por agentes os moradores locais. Porém, reconhecemos que ainda persiste as relações socioespaciais dos moradores/usadores que se especializam em parte específica do espaço urbano de Altamira e representam o espaço da festa, do lazer, da espontaneidade, dos sujeitos que cotidianamente buscam viver o lugar.

Carlos (2007) aponta que “esse poder político do Estado que se exerce por meio do espaço enquanto dominação política” com a construção, implementação e modificação do plano diretor de Altamira para atender as necessidades da obra e os subsídios para investimentos privados do setor imobiliário contribuiu para o aumento dos preços do solo urbano e está alterando de forma significativa o espaço urbano. Nesse caso, o Estado tem papel fundamental para mediar ou ser o protagonista do processo que vai fortalecendo as desigualdades socioespaciais no município de Altamira.

2.2 Formação histórico-geográfica de Altamira

Pensar o espaço a partir de sua diversidade histórica e da coexistência de temporalidades permite-nos compreender a diversidade e a heterogeneidade característica de nosso objeto de estudo. Nesse sentido, reconhecer o espaço dessa maneira é perceber as relações entre a cidade e o rio a partir de vários tempos contraditórios que permeiam esta relação e se materializam no urbano.

A partir da historicidade, compreendemos as mudanças e permanências dos elementos do modo de vida ribeirinho como parte da constituição do espaço urbano

da cidade de Altamira, uma vez que acreditamos no processo histórico capitalista como produtor de espacialidades contraditórias, o que não nos permite ver as cidades como essências tradicionais ou realidades imutáveis, ou ainda enquanto espaços totalmente transformados pelo capital.

A compreensão da problemática espacial sugere que as relações entre a cidade e o rio em Altamira ocorrem a partir de vários tempos contraditórios, resultado de um acúmulo de soma e síntese, que tanto perfazem as formas de interação com os cursos fluviais e se materializam nos diferentes fragmentos do urbano, a exemplo da sua Orla e de seus Portos, quanto se apresentam nas transformações da paisagem pela sociedade através da espacialidade ao longo da História.

A constituição dos primeiros núcleos urbanos na Amazônia surgiu ao redor dos rios em função do papel estratégico desempenhavam na defesa do território, para a circulação de pessoas e mercadorias. Desta feita, o povoamento da Amazônia com a exploração das drogas do sertão e, posteriormente, o ciclo da borracha foram expressões socioeconômicas importantes na constituição de vilas e cidades. Entender o papel da hidrografia é fundamental para a constituição do urbano e das cidades, a exemplo de Altamira, que apresenta uma relação intrínseca e interação funcional e simbólica com a floresta e com os rios (TRINDADE JÚNIOR, 2002, p.139).

O processo de “produção social do espaço” (LEFEBVRE, 1976) altamirense está intimamente ligado à criação de novos núcleos urbanos, vilas, municípios influenciados pelo “boom” da borracha entre 1850-1920 (CORRÊA, 2006)¹⁴ No entanto, é inegável a importância do rio Xingu por possibilitar o início da circulação de mercadorias, produtos (caucho, borracha), informações e pessoas que foram fundamentais para a formação socioespacial da cidade.

O processo de ocupação na Amazônia, por meio das missões religiosas e exploração da borracha na região do Xingu, foram primordiais para a formação social do espaço de Altamira. De acordo com Umbuzeiro (2012 p.157):

¹⁴ Roberto Lobato Corrêa foi quem primeiro construiu uma obra de referência sobre a Periodização da Rede Urbana na Amazônia, publicada em 1986, relançada em 2006, sendo usado nesse trabalho apenas para evidenciar o processo de surgimento das cidades e não na perspectiva de organização do espaço.

O fundador da cidade de Altamira foi Raymundo José de Sousa Gayoso, conhecido como coronel Gayoso (piauiense, dono de escravos em produtor rural nos estados do Maranhão e Piauí), na data de 2 de abril de 1883. A data de 2 de abril, tem como referência o dia do término da construção da estrada de Gayoso, quando o desbravador chegou ao igarapé Ambé e aqui se instalou. Gayoso denominou o local de Fortaleza (que depois se passou a ser chamado de Forte Ambé) e seus escravos foram alojados rio acima, onde se formou posteriormente o núcleo urbano de Altamira.

Coudreau (1897, p.108) afirma:

Altamira, vilarejo em formação na saída da estrada Pública do Tucurí-Ambé (estrada hoje de Altamira à Vitória do Xingu), consta apenas de três casas, na margem ocidental (esquerda) do Xingu, rodeadas por extensos terrenos cultivados, que a cada ano mais se espalham para o interior. Altamira e seus roças são uma criação de Gayoso, que aí mantinha boa parte de seus escravos, senão mesmo a maioria. A excelência do seu clima, devido a posição da cidade em ângulo meridional da Volta – o que lhe propicia uma ventilação permanente, tanto em razão dos ventos que sopram de montante, quanto dos que sopram a jusante – somam-se as vantagens decorrentes de sua posição geográfica, fazendo com que Altamira, terminal da Estrada Pública, vá pouco a pouco se transformando em um entreposto do alto Xingu. Por tudo isso, o povoado já pode contar na época em que se envia a borracha para a capital e de lá chegam as mercadorias, com uma permanência de cerca de duzentas pessoas, que se instalam, antes mal do que bem nas casas e plantações da nascente e “futura” povoação.

É importante salientar que o início da formação do povoado ocorreu devido a um aumento vagaroso da população formada principalmente por seringueiros e caucheiros vindos do Acre, Roraima e Rondônia, religiosos, comerciantes da borracha, como Coronel Gayoso e seus escravos. Em 1892, diversas pessoas, entre elas o Coronel Raymundo de Paula Marques e o Major Pedro Lemos com suas famílias, já residiam no povoado de Altamira. Há abaixo outras informações que relatam o crescimento da cidade:

A chegada de Gayosos e seus homens em 1883 mudaria todo o cenário da Volta Grande, e 13 anos depois, em 1896, quando Henri Coudreau passou pelo Vale do Xingu, Altamira tinha 3 barracões de palha na Orla fluvial da cidade e em torno de 200 moradores, porém em apenas um ano, em 1897, já possuía mais de 20 casas. Altamira não parou de crescer, tornando-se Vila logo no início do século. Em 1909 a cientista Emilia Snethlage do Museu Emílio Goeldi de Belém em viagem ao Rio Iriri a descreveu como um florescente povoado, neste ano a cidadezinha já possuía mais de 100 casas,

cemitério, cadeia, escola, coletoria, correio, comércio e autoridades legais Em 1937, segundo o Padre Eurico Krautler, a cidade já tinha em torno de 1.500 pessoas, e em 1940, Altamira tinha 366 casas e os dados do Censo em setembro de 1940 mostravam uma população de 1.442 moradores na zona urbana e 471 na zona suburbana num total de 1813 habitantes e seu principal edifício era a igreja matriz (UMBUZEIRO, 2012, p.168).

Todas as instalações ligadas as atividades da borracha, como barracões e entrepostos comerciais, comércios, casas e, especialmente, os prédios religiosos que fazem parte da Prelazia do Xingu¹⁵ desde o século XVIII e XIX instalaram-se, a priori, na porção da Orla fluvial da cidade quando se deu o “*start*” do núcleo e do espaço urbano da cidade de Altamira, o que ressalta o papel de centralidade de Altamira na Região do Xingu.

¹⁵ Atualmente a Diocese do Xingu é uma circunscrição eclesiástica da Igreja Católica no Brasil, pertencente ao Regional Norte II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O Papa Pio XI criou aos 16 de agosto de 1934 através da Bula “Animarum Bonum Postulat” a Prelazia do Xingu no interior da Amazônia e confiou a nova circunscrição eclesiástica à Província Teutônica da Congregação dos Missionários do Preciosíssimo Sangue (CPPS) que a partir de então assumiu sua missão num vasto território de 368.678,67 km². Este território foi desmembrado da Arquidiocese de Belém do Pará, da então Prelazia de Santarém e da Prelazia de Santíssima Conceição do Araguaia. Na época da criação desta Igreja, a densidade demográfica nessa região foi mínima e os missionários conseguiram atender a população ribeirinha e indígena. Atualmente em função da abrangência do território de atuação, em novembro de 2019 com a reestruturação eclesiástica do Regional Norte 2, o Papa Francisco elevou a Prelazia do Xingu à categoria de Diocese do Xingu com sede em Altamira, evidenciando novamente a sua centralidade na região.

MAPA 1: ORLA FLUVIAL DA CIDADE DE ALTAMIRA-PA

Fonte: Wellington Pinho de Alvarez, 2017.

Por outro lado, apresenta-se para atender a complexidade do município apenas atribuir a Altamira a característica de um espaço que apresenta elementos do modo de vida ribeirinho. Para compreender sua produção do espaço urbano, tomando como objeto de estudo a Orla Fluvial, faz-se necessário ressaltar o papel da Igreja Católica no final do século XIX até a segunda metade do século XX.

A Produção do espaço pela Prelazia do Xingu entre os séculos XIX e XX na Orla fluvial de Altamira segue abaixo:

Ano	Marco Histórico
1911	Construção da primeira igreja na Orla (onde se encontra a Igreja Matriz, localizada na primeira rua de Altamira)
1922	Primeira Igreja (onde hoje é a catedral em frente à Praça Pio XII – “Praça do Mattias”)
1939	Construção da Igreja Catedral
1940-1950	Construção da Casa dos Padres – Domus Marie (na rua Coronel José Porfírio, primeira rua de Altamira)
1953	Criação do Instituto Maria de Mattias (escola da Igreja Católica, comandado por irmãs da Prelazia do Xingu)
1960	.Criação do Cine João XXIII na rua 1º de janeiro (uma das primeiras ruas de Altamira);
1962	Construção da Praça Pio XII (localizada na Orla Fluvial, e rua Coronel José Porfírio)

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em UMBUZEIRO (2012).

A construção da primeira igreja (sem registros fotográficos) foi uma das primeiras ações modelou o espaço urbano de Altamira e da Orla, onde hoje se localiza

a Rua Senador José Porfírio, uma das primeiras ruas da cidade. Logo em seguida, foi construída a Igreja Catedral e a Praça Pio XII (em frente à Igreja Catedral ainda na mesma rua, sinalizando a consolidação de uma paisagem religiosa pela Igreja Católica (PRELAZIA DO XINGU, 2010).

FIGURA 4: IGREJA CATEDRAL EM 1922.

Fonte: biblioteca.ibge.gov.br

A religião católica pode ser caracterizada pela consolidação de influência de poder político e ordem territorial ao longo da História. Porém, o catolicismo, apresenta outra característica, se o circunscrevê-lo à região em estudo: é produtor de um conjunto de arranjos espaciais peculiares capazes de identificá-lo como uma das manifestações culturais predominantes da parte final da Orla e todo o complexo de prédios da Prelazia do Xingu.

A espacialidade dá sentidos a aspectos específicos no território que compõe o espaço vivido por meio dos símbolos, festas comemorativas, das organizações sociais de grupos litúrgicos locais, procissões e percursos ritualísticos. As práticas espaciais religiosas têm por finalidade organizar a vida dos indivíduos e lhes dar uma noção de

pertencimento no âmago da comunidade de crentes de que participa (ROSENDAHL, 2012, p.29).

É importante destacar que a Igreja foi o principal agente produtor do espaço urbano de Altamira e na Orla fluvial até meados de 1965, ao realizar obras que foram constituindo a paisagem urbana. Segundo Carlos (1999, p.40), “Da observação da paisagem urbana depreendem-se dois elementos fundamentais: o primeiro diz respeito ao ‘espaço construído’, imobilizado nas construções; e o segundo diz respeito ao movimento da vida”. Assim, a articulação entre a morfologia das construções e a dinâmica da vida apresenta-se como essencial para a composição da paisagem urbana perceptível sob as multiplicidades dos tempos históricos.

FIGURA 5: PARTE FRONTAL DE ALTAMIRA NO FINAL DA DÉCADA DE 1940

FONTE: BIBLIOTECA.GOV.BR

FIGURA 6: VISTA DA PARTE FINAL DA ORLA ENTRE AS DÉCADAS DE 1950-1960

Fonte: biblioteca.ibge.gov.br

FIGURA 7: CONSTRUÇÃO DA PRAÇA PIO XII EM 1962.

Fonte: biblioteca.ibge.gov.br

Nesse sentido, as formas que compõem a paisagem urbana também podem revelar diferentes momentos da história, posto que foram produzidas sob diferentes conjunturas históricas e que, por conseguinte, acabam por determinar os tipos de

construções em sua historicidade. Porém, ainda há mais: as formas podem determinar e serem determinadas, dialeticamente, pela dinâmica da vida cotidiana que se estabelece na produção da paisagem urbana.

Portanto, enquanto produto do trabalho, a paisagem urbana aparece como concreta e materializa-se por meio das formas¹⁶ que representam os diferentes momentos da produção espacial ao longo da História. Por isso, podemos afirmar que a paisagem urbana não é apenas o construído, mas também quem a constrói, ou seja, o homem e a dinâmica de suas ações.

Utilizando as palavras de Carlos pode-se dizer que:

A paisagem de hoje guarda momentos diversos do processo de produção espacial, os quais fornecem elementos para uma discussão de sua evolução da produção espacial, e do modo pelo qual foi produzida. (...) O aspecto fenomênico coloca-se como elemento visível, como a dimensão do real que cabe intuir, enquanto representação de relações sociais reais que a sociedade cria em cada momento do seu processo de desenvolvimento. Consequentemente, essa forma apresentar-se-á como histórica, especificamente determinada, logo concreta. (CARLOS, 1999, p.36).

O tempo possui uma relação intrínseca com a paisagem, que se descortina como a expressão da temporalidade da vida cotidiana, concretizada nas formas e realizada na dinâmica da vida, produzida por meio do trabalho e sob influências das diferentes condições políticas, econômicas ao longo da formação social do espaço de Altamira, o que nos ajuda a entender e repensar o presente na localidade.

De acordo com as ações dos indivíduos e suas relações na sociedade, como afirmamos acima, a paisagem possui elementos diversos que foram produzidos espacialmente ao longo do tempo, onde alguns permaneceram, outros foram transformados e novos foram elaborados. Tal coexistência produzida espacialmente e nas ações dos sujeitos formam uma combinação que determina a paisagem..

Deixando de lado a primeira impressão de que parece ser estática, a paisagem urbana está em movimento, em transformação. Ela é dinâmica e carrega consigo diversas contradições; é também produzida pelo homem através do trabalho, e

¹⁶A forma é a aparência, é o mundo da manifestação do fenômeno. Permite a constatação da existência do fenômeno, ao mesmo tempo que é a representação das relações sociais reais. Não é, apenas e tão somente, produto da história, na medida em que a aparência produz a história. (CARLOS, 1999,p.24).

transformada, a partir dos conflitos e das relações sociais em cada momento da história.

No período que compreende os anos de 1970-1975 e já com as políticas territoriais para a Amazônia iniciadas a partir de 1960, muitas obras foram financiadas pelo Governo Federal para infraestrutura urbana da Orla. Foram elas: construções do prédio da FUNAI (Figura 8) na Avenida João Pessoa, prédios governamentais e o maior hospital da cidade. O reflexo imediato era a construção de uma outra paisagem urbana, antes produzida pela Igreja Católica e que a partir de agora passaria para as mãos do Estado. (UMBUZEIRO, 2012).

Diante do exposto, entendemos que a análise da paisagem Altamira nos dias de hoje apresenta-se enquanto um aspecto importante para a compreensão da produção do espaço da cidade, porque, ao observarmos o Plano de Requalificação Urbana realizado pela Norte Energia, percebemos o quanto os Portos e a Orla central tiveram suas forma e conteúdos alterados/transformados depois da construção da Hidrelétrica de Belo Monte.

FIGURA 8: CONSTRUÇÃO DA SEDE DA FUNAI NO FINAL DA ORLA, NA AVENIDA JOÃO PESSOA ENTRE 1970-1975.

Fonte: biblioteca.gov.br

Com os projetos de requalificação urbana, as áreas situadas aos arredores dos igarapés e próximas à orla do rio foram dominadas pela nova paisagem moderna que foi pensada e articulada, não podemos esquecer, do ponto de vista do empreendedor. Portanto, a paisagem tradicional torna-se, a um só tempo, menos presente e mais residual na composição do espaço geográfico,

A dinâmica interna da cidade reforça que o rio e os aspectos do modo de vida ribeirinho são muito importantes para o desenvolvimento dos processos de mudanças e permanências socioespaciais que conformaram o município Altamirense, principalmente para os sujeitos que cotidianamente desenvolvem práticas ribeirinhas nos portos da cidade, como a utilização dos rios para a aquisição de peixe que movimenta o comércio pesqueiro da cidade e meio de circulação (transporte fluvial), lazer e turismo, pesquisas científicas e outros.

3 A ORLA CENTRAL DA CIDADE DE ALTAMIRA-PA: UM OLHAR FRENTE À REQUALIFICAÇÃO URBANA DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE

Minha Velha Altamira

*Minha velha Altamira
Era calma muito calma
Minha cidade pacata
Minha vida, minha alma.*

*Tinha um rio Belo e Manso
Que banhava a região
Belas praias naturais
Para a nossa diversão*

*Hoje já não te conheço
Pela tua “evolução”
Ruas cheias e agitadas
Tudo agora é confusão*

*A vida aqui está agitada
Tudo aqui se transformou
A nossa paz e o sossego
O forasteiro levou...*

*Essa tal de Belo Monte
Veio para te transformar
Porque depois dessa obra
Nada do que foi será!!!!*

Francisco das Chagas Cândido de Souza

MAPA 2: LOCALIZAÇÃO DA ORLA CENTRAL DE ALTAMIRA

Fonte: Autor, 2020.

3.1 Orla central do cais: requalificar para “valorizar”

Nas cidades da Amazônia, especificamente em Altamira, a modernização do espaço em razão da construção da UHE Belo Monte e de seu Plano de Requalificação Urbana impôs padrões de circulação que determinaram aparecimento de novas atividades, assim como o desaparecimento de outras. Além disso, a partir da desarticulação das atividades, estabeleceu impactos que incidiram consequentemente nos modos de vida.

Na requalificação, valores, comportamentos e estilos de uma sociedade urbana marcada pela satisfação das necessidades socialmente são difundidos através da

noção de modernidade, no qual colide fortemente com as necessidades básicas referentes à reprodução da vida. A imposição deste modo de vida urbano em Altamira pela inserção de uma grande construção escapa à história e à cultura local e ainda a faz refém de uma lógica que está distante da vida cotidiana de seus moradores. Neste sentido, podemos afirmar que são temporalidades e espacialidades exógenas, projetadas para atender a interesses de uma elite empresarial brasileira alinhada à lógica do capital internacional.

Evidentemente que a configuração espacial é dinamizada por um sistema de ações que atribuem significados e funcionalidades aos objetos geográficos distribuídos na paisagem. Por isso, devem ser consideradas as interações e modos de vida que são estabelecidos entre os cidadãos e o rio, assumindo que este último possui um caráter funcional de subsistência material, lúdico e simbólico e cultural (COSTA, 2012, p. 46).

Ao longo do processo histórico, a cidade ganha importância e significado à medida que as formas de uso do tempo e do espaço são modificadas. Dessa forma, a cidade, que originalmente era caracterizada como o espaço do poder, da festa, das trocas, das manifestações culturais e religiosas, da concentração de leis, instituições e serviços de apoio à vida cotidiana, passa a sofrer transformações radicais após a inserção da UHE Belo Monte. Fragmentos do espaço, do qual destacamos as orlas fluviais, correspondem às frações do urbano de contato imediato com o rio, identificadas a partir de diversas denominações – frente da cidade, a beira-rio, o porto, a orla, o cais –, que expressa muito do significado da cidade e representa suas particularidades e faces relevantes de seus conteúdos (DIAS, 2008).

MAPA 3: DELIMITAÇÃO DA PARTE INICIAL, CENTRAL E FINAL DA ORLA.

Fonte: Autor, 2020.

Em 2017, a parte inicial da Orla (Figura 9) foi marcada por uma intervenção da Prefeitura Municipal de Altamira pela construção de uma praça de alimentação¹⁷ com quiosques e que objetivava impulsionar as atividades econômicas.

17 De acordo com Collaço (2004) a partir da década de 1980, sobretudo nas grandes capitais e metrópoles brasileiras, ocorreu um aumento na presença de shopping centers, que trouxe consigo a semente do que, mais tarde, se tornaria um elemento importante para esses centros comerciais: as praças de alimentação. Lugares pautados nos fast-foods, de caráter totalmente individualizado e condicionado às ofertas comerciais de grandes conglomerados, afetando e influenciando o poder de decisão dos consumidores. No nosso entendimento, na cidade de Altamira interior da Amazônia, apesar de não possuir shopping Center, o discurso do “moderno” associado à lógica global aparece por meio da obra executada pela Prefeitura Municipal de Altamira ao colocar o nome na placa de Praça de Alimentação, com o objetivo de adequar o “novo” espaço as suas “novas funções” em razão da requalificação urbana que o município vem passando.

FIGURA 9: PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO NA PARTE INICIAL DA ORLA, RECENTEMENTE CONSTRUÍDA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA.

Fonte: Autor, 2017.

Em toda parte central, encontramos bares e restaurantes com estruturas mais consolidadas (Figura 10) que abrigam fluxos de pessoas e mercadorias e onde se localizam também o Porto 6 já requalificado. Os estabelecimentos construídos a partir dos anos 2000 integram o que se imaginava ser a área mais nobre da cidade conhecida como Orla do Cais.

Os estabelecimentos são abertos apenas no período da noite, quando o fluxo é constante, e prestam serviços relacionados a comidas regionais, cantores que fazem música ao vivo em voz e violão, justamente atendendo a um público mais familiar e jovem.

A orla é um espaço de centralidade a população de Altamira, porque serve como espaço para confraternizações nos diversos estabelecimentos ao longo da sua extensão, realizações de práticas esportivas nas quadras do município ao ar livre, manifestações culturais (saraus, shows, danças, intervenções, parada LGBTIA+), e por fim, também é local de concentração de atos públicos realizados pela sociedade civil, movimentos sociais, no período de eleições, jogos de copa do mundo e outros.

FIGURA 10: RESTAURANTE NA ORLA DO CAIS

Fonte: Autor, 2017.

A parte final da orla é a parte mais antiga. Nela estão presentes antigos casarões, a estrutura da Igreja Católica (Figura 11) e prédios mais novos que demarcam os tempos históricos diferenciados que moldaram o espaço urbano da cidade.

Dito anteriormente, a Igreja Católica foi o principal agente produtor do espaço urbano no município de Altamira até meados de 1960. Ainda hoje mantém uma considerada área na parte final da Orla, do que podemos ver logo abaixo. Na seta verde, fica localizada a Casa dos Padres de Altamira que serve de apoio para padres de outras regiões e seminaristas. Na seta vermelha, é uma Escola Municipal chamada de Instituto Maria de Matias, conveniada com a PMA. Na seta laranja, visualizamos a Igreja Catedral construída em 1911, representando a forte influência que a Igreja Católica tem na cidade e na seta azul o prédio da Diocese do Xingu, responsável por alocar bispos da região e todo o administrativo das igrejas católicas da região da Transamazônica e Xingu.

FIGURA 11: COMPLEXO DA IGREJA CATÓLICA

Fonte: Prefeitura Municipal de Altamira, 2015.

Ainda na parte final da orla, percebemos a contraposição de tempos através da presença de arquitetura pretérita datada de 1920 de uma casa (Figura 12), que sinaliza o reflexo do período histórico da consolidação do espaço urbano do município. Em justaposição ou contraposição ao lado desta casa, observamos o Hotel Vale do Xingu, de 3 estrelas, o que para a região já é considerado luxuoso. O empreendimento surge no bojo dos investimentos regionais em Altamira, especialmente no auge da construção da Hidrelétrica de Belo Monte, no espectro de 2010 a 2017.

Portanto, na Orla de Altamira percebemos formas de apropriação diferenciada do espaço e conflito. A primeira e mais antiga é de origem ribeirinha; a segunda, conectada ao período da década de 1970 que marcou as políticas de integração da Amazônia na ditadura militar; e, por fim, a terceira e mais recente ligada ao processo de apropriação capitalista do espaço das cidades a partir construção da UHE Belo Monte.

FIGURA 12: CASA E HOTEL NA PARTE FINAL DA ORLA

Fonte: Autor, 2020.

Os acúmulos de tempos e conteúdos na Orla apresentam-nos um tecido social heterogêneo e um espaço social múltiplo e desigual, cujos sujeitos persistem (LIMONAD, 2008) e reexistem a partir de crenças e formas próprias de existência, de vida, maneiras de produzir, modos de sentir, de agir e de pensar, produzindo uma coexistência de temporalidades distintas.

A Orla central de Altamira foi uma das áreas que mais passou por modificações no período de construção da UHE. No Plano de Requalificação Urbana, como dito anteriormente estão sendo realizadas diversas construções como: a Casa Regional de Memória, o mercado do peixe, o atracadouro, a sede regional da FUNAI, bem como a realização do projeto denominado de Parques e Orlas. As instalações fazem parte da intervenção urbana realizada pela Norte Energia e que alterou a paisagem tradicional que corresponde a formação mais antiga da Orla do município, removeu famílias e concebeu outros espaços (Figura 12).

Trindade Júnior e Trindade (2012, p.42) diz que:

A orla é apenas uma das frações, talvez a mais expressiva, do espaço urbano onde tais vivências se manifestam, por meio de trocas de experiências, de encontros, de espontaneidades, de amizades e, ao mesmo tempo, ela é também o lugar de trabalho, de onde se retira o sustento da família.

Caracteriza-se, sobretudo, como espaço que contribui para a reprodução da 'diferença' através de práticas 'residuais' que não se igualam às demais relações, responsáveis por difundir a sociedade urbana marcada, segundo Lefebvre (2002), pela regulação econômica e pela padronização de valores socioculturais.

Partindo das reflexões acima e baseado na observação sistemática da paisagem em trabalho de campo, foi possível identificar diversos usos, agentes e processos socioespaciais que caracterizam a especificidade da Orla para se compreender o urbano. Os usos estão voltados, notadamente, para os serviços e para a residência, reforçando acúmulos de tempos, diversos símbolos e práticas espaciais do modo de vida ribeirinho na sua relação significativa com o rio (MALHEIRO; SILVA, 2005).

FIGURA 13: PRINCIPAIS INTERVENÇÕES DO PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA EM ALTAMIRA

Fonte: MIRANDA NETO, 2016.

Os usos referentes aos serviços e comércio são perceptíveis em toda a extensão da Orla, mas apenas se adensam na sua parte central. São bares e restaurantes, peixarias, casas de comidas típicas, casas de jogos para crianças e algumas estruturas pertencentes ao município (quadras de esportes, palcos para atrações culturais dentre outros) que possibilitam a circulação de mercadorias e pessoas.

O principal agente produtor do espaço foi a Prefeitura Municipal de Altamira e a empresa Norte Energia ao realizar intervenções que objetivavam atender as novas transformações espaciais em alguns espaços à beira-rio. Segundo Corrêa (1993), a atuação do Estado pode se dar de forma direta, por meio de obras públicas, por exemplo, ou indireta, por meio dos incentivos à iniciativa privada. É, por isso, uma ação complexa e variável tanto no tempo quanto no espaço, desvelando a dinâmica e os interesses de classe e dos grupos sociais.

A produção do espaço pelos sujeitos excluídos pode ser percebida na paisagem através dos antigos moradores das palafitas, pequenos empresários, pescadores, ribeirinhos ou indígenas, apesar das transformações na forma e no uso na parte final da orla do cais. Esses sujeitos lutam e persistem na utilização do lugar enquanto reprodução social da vida.

Como ilustração do que foi proposto, podemos observar uma obra (Figura 14) que deveria ser inaugurada, entregue pela empresa Norte Energia aos indígenas e se tornar o novo porto localizado na parte sul da Orla central. Mesmo com a obra acabada, os indígenas continuaram a se apropriar do espaço antigo usando suas pequenas embarcações que afluíam em direção às aldeias, o que nos mostra que o tempo da intervenção realizada pelo Estado não é o mesmo tempo dos indígenas.

FIGURA 14: INDÍGENAS EM DIREÇÃO AS PEQUENAS EMBARCAÇÕES QUE OS LEVAM PARA AS ALDEIAS DO XINGU.

Fonte: Autor, 2017.

O “porto” improvisado, chamado Porto da FUNAI, deveria contar com uma melhor infraestrutura para estacionamento de embarcações e sinalização e ser discutidos bilateralmente entre os povos indígenas e a Norte Energia. O porto serve para levar os indígenas e funcionários da FUNAI às comunidades rurais e aldeias, onde muitos moram e trabalham. Nesse perímetro, foi construída a Casa do Índio, que tem como objetivo receber os indígenas que saem das aldeias e chegam à cidade para tratamento médico, compras e outros. A obra integra as ações que visariam mitigar impactos negativos na vida dos indígenas do Rio Xingu.

Ainda como parte das transformações socioespaciais na parte sul da Orla fluvial, estão envolvidas, como nas Figuras 15 e 16, a criação de um complexo de obras que fazem parte das condicionantes de Belo Monte inclusas no Plano Básico Ambiental. São elas: a criação da Casa Regional de Memória, o Complexo do Mercado de Peixe e o Parque Igarapé Altamira, que se localiza onde antes haviam centenas de casas em torno do igarapé denominado Altamira. Todas as famílias que ali residiam foram realocadas para os Reassentamentos Urbanos Coletivos criados pela Norte Energia.

FIGURA 15: IMAGEM AÉREA DA CONSTRUÇÃO DO PARQUE IGARAPÉ ALTAMIRA E AS MUDANÇAS SOCIOESPACIAIS NA ORLA DE ALTAMIRA.

Fonte: Autor, 2017

FIGURA 16: CONSTRUÇÃO DO MERCADO DO PEIXE

Fonte: Norte Energia, 2016.

A Figura 17 é bastante reveladora quanto a produção do espaço Altamirense antes do empreendimento, no ano de 2005. Notamos na linha fina mais escura o Igarapé Ambé com algumas áreas antes ocupadas por habitações do tipo palafita e povoadas por populações de baixa renda; nos dias de hoje, as moradias praticamente deixaram de existir e os espaços remanescentes tornam-se áreas de intervenções paisagísticas. É importante destacar que as três grandes obras do programa (Parque do Igarapé Altamira, Parque do Igarapé Ambé e orla da cidade) integram-se à área central da cidade e coincidem, justamente, com os espaços que haviam sido classificados como aglomerados subnormais no levantamento do Censo de 2010 (MIRANDA NETO, 2016).

FIGURA 17: PARTE DO ESPAÇO URBANO DO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA EM 2005

Fonte: Igor Renan Araújo Oliveira, 2018.

Já na Figura 18, percebe-se a produção do espaço urbano pela Norte Energia e pelo poder público na construção do Projeto Parques e Orla, associados à noção de requalificação urbana. Após a remoção das famílias, foram alterados alguns aspectos da cidade (próximos à área central histórica) e colocados como pauta a introdução de novas formas-conteúdos. Em contrapartida, há a ação de alguns sujeitos excluídos

que produzem ocupações informais ao longo da cidade, a fim de atender as necessidades de reprodução social quando novos agentes associados ao mercado imobiliário e novas relações passam a ser hegemônicas. Não se pode negar o caráter temporário de algumas transformações, porém é notório que os eventos desencadeados após a instalação da UHE alteraram permanentemente as relações socioespaciais de algumas áreas da cidade, especialmente, na parte final da Orla.

A produção do espaço pela sociedade será aqui entendida como momento necessário à sua reprodução (social), pressupondo a análise da realidade enquanto humana, portanto, social e que está em movimento de constituição, portanto, histórica em seu movimento de reprodução (CARLOS, 2007, p.49). Nesse sentido, é precípua que os indígenas, moradores e ex-moradores busquem reconstruir seu espaço e suas práticas na Orla. E isto exige uma compreensão da produção do espaço representada na indissociabilidade do sujeito produtor, realizando-se de forma concreta no espaço.

FIGURA 18: CRIAÇÃO DO PARQUE IGARAPÉ ALTAMIRA

Fonte: Igor Renan Araújo Oliveira, 2018.

3.2 “Cadê as casas que estavam aqui?”

Uma das principais estratégias utilizadas pelo Estado para transformar uma determinada área é elaborar planos de estruturação e requalificação urbana. Os planos são instrumentos operacionais de gestão e também instrumentos políticos e estratégicos, que normatizam espaços e favorecem os objetivos dos empreendedores. Na cidade capitalista, onde reprodução e acumulação de capitais é um objetivo, os Planos são percebidos enquanto instrumento de valorização do espaço para a venda, consumo e higienização da cidade e não somente como uma ferramenta visando a melhoria da sociedade. Há, de certo modo, uma tentativa de valorização do espaço econômico em detrimento do social.

Por sofrer os efeitos diretos da inundação da barragem, uma extensa e densamente habitada área urbana de 387 hectares foi modificada pela Norte Energia nas proximidades dos igarapés Altamira, Ambé e Panelas entre 2014 e 2015. No Plano Básico Ambiental do Projeto Hidrelétrico (PBA), as áreas em questão são denominadas de Áreas Diretamente Afetadas Urbanas (ADA Urbana), as quais são classificadas de acordo com o igarapé ao qual se relacionam (MIRANDA NETO, 2017).

Uma das maiores mudanças em relação à paisagem local, marcada pelo enchimento do reservatório do lago de Belo Monte, foi a remoção de diversas casas, comércios e peixarias que se localizavam na Orla há mais de 30 anos. Muitas dessas famílias foram realocadas nos Reassentamentos Urbanos Coletivos (R.U.C's), espaços que eram em geral distantes do centro. Alguns empresários e microempresários foram indenizados e outros tantos, em função do baixo valor da indenização, não puderam permanecer no mesmo lugar ou no entorno.

A partir de 2015, a empresa Construtora Lorenzoni foi contratada pela Norte Energia para realizar o serviço de terraplanagem em parte da Orla central (Figura 19). A Construtora começou as obras do que seria conhecida, já em 2016, como praia artificial. Muitas moradias, peixarias, cabarés, bares e etc. foram suplantadas (Figura 20) com o objetivo de incentivar o lazer local, por meio da política de “embelezamento” do espaço.

FIGURA 19: SERVIÇO DE TERRAPLANAGEM PARA A CONSTRUÇÃO DA PRAIA ARTIFICIAL

Fonte: Construtora Lorenzoni, 2015.

FIGURA 20: PRAIA ARTIFICIAL CONSTRUÍDA PELA NORTE ENERGIA ONDE ANTES HAVIAM CENTENAS DE CASAS DE PALAFITA.

Fonte: Autor, 2017.

De acordo com Norte Energia (2018) é:

[...] uma excelente opção de lazer para quem deseja conhecer as belezas de Altamira é reservar um fim de semana para desfrutar de suas praias fluviais. Elas somam três áreas cuidadosamente estruturadas pela Norte Energia na margem do Rio Xingu e atraem, além de banhistas, pessoas que aproveitam esses espaços para praticar esportes. As Praias da Orla, do Massanori e do Assurini são resultado de uma Pesquisa de Caracterização de Praias Fluviais, elaborada pela empresa, que identificou praias antes e depois do centro de Altamira, levando em consideração o fluxo do rio Xingu. O levantamento serviu de base para o Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer, que definiu que três delas deveriam ser recompostas e teriam caráter permanente – e não temporário, como as anteriores. A Praia da Orla, com mais de 10 mil metros quadrados de área, é a mais badalada da cidade. Fica na Avenida João Pessoa, conhecida como Rua do Cais, no bairro Catedral, a poucos metros do centro. O acesso é fácil, seja a pé, de transporte coletivo ou de carro. Por isso, é o trecho escolhido por moradores e visitantes para a prática de atividades esportivas [...]

Em observação de campo realizado em Junho de 2018, constatamos que na praia na Orla, denominação propagandeada pela Norte Energia, havia pouca ou quase nenhuma iluminação pública; faltava segurança por parte dos órgãos institucionais; e por fim, faltava o Corpo de Bombeiros na praia, como se estabelecia na legislação. Os problemas apresentados, então, refletiu na prática no pouco uso da população local e dos “turistas”. Observamos também, toques de recolher¹⁸ em alguns lugares a partir das 18 horas em função dos altos índices de assaltos no perímetro. A partir do exposto, podemos concluir que o que a empresa “propagandeia” como sendo uma ótima opção de lazer e turismo tonara-se, na verdade, um lugar inóspito, com vários assaltos e até mesmo local de mortes como já relatados em vários canais de TV do município.

Das diversas famílias que moravam em palafitas e foram removidas, muitas viviam desde o final da década de 1980 no entorno ou praticamente “dentro” do Igarapé Altamira. Apesar de tudo, a área era próxima ou dos locais de trabalho dos moradores como no Porto 6 ou das atividades relacionadas à pesca e ao rio no

¹⁸ É importante destacar que esses “toques de recolher” não fazem parte de uma política institucional do poder público municipal ou da empresa Norte Energia, e sim da consciência coletiva dos moradores em razão dos índices de assaltos, falta de iluminação e segurança, aqui sim de responsabilidade da PMA.

entorno, o que configurava toda uma rede de relações socioespaciais de laços e vizinhanças. De acordo com Aranha e Barros (2005):

A área do Igarapé Altamira está inserida em um contexto histórico do desenvolvimento econômico da região da Transamazônica, que na década de 1970 contou com a abertura da BR 232 (Transamazônica). Desde então, o Igarapé Altamira vem passando por transformações causadas pela ocupação desordenada em suas margens. Apesar das ocupações terem acontecido em áreas alagadiças, que são inadequadas para habitações humanas, desde o início da década de 1970 o Igarapé Altamira e seus arredores vêm enfrentando as construções de pontes, aterros, microdrenagem e outros.

Ainda nos anos 90, por falta de investimentos públicos, a cidade enfrentou um período de estagnação. Em contrapartida, observa-se nesse período a consolidação do processo de ocupação da população de baixa renda nas margens do Igarapé Altamira e o começo de um processo de periferização que se estende até o ano de 2002 (Technum, 2010).

É importante também observar que a ocupação do espaço urbano decorre de alguns fatores que impulsionam ou determinam a vida dos moradores como a necessidade de habitar. Carlos (1999, p.45) afirma que “o modo de ocupação de determinado lugar na cidade se dá a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver”.

A ocupação do espaço urbano, principalmente no que se refere à habitação, não acontece de forma homogênea. O que se percebe é que os sujeitos procuram estabelecer suas moradias próximas às pessoas que possuam características semelhantes e em comum, o que, na maioria dos casos, resulta em um agrupamento de pessoas de mesmo nível social e econômico. Além disso, possibilita ainda mais a ordenação espacial determinada por classes em determinada área. Carlos (1999, p.23) ainda afirma que “o uso diferenciado da cidade demonstra que esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória. A desigualdade espacial é produto da desigualdade social”.

No Mapa 4, percebemos que o município de Altamira é “cortado” por três igarapés, o que corresponde a Área Diretamente Afetada pelo empreendimento. São

estes os igarapés: Ambé, Altamira e o Panelas. No entorno e praticamente “dentro” dessas áreas moravam centenas de famílias em palafitas desde o início de 1970.

MAPA 4: NÚCLEO URBANO DE ALTAMIRA – ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (ADA)

Fonte: MIRANDA NETO, 2014.

De um modo geral, as intervenções de requalificação urbana estão transformando as áreas até então menos valorizadas da cidade, o que contribuiu decisivamente para o aumento do preço da terra em algumas localidades, notadamente nas imediações dos igarapés Altamira e Ambé (MIRANDA NETO, 2016). No processo de remoção das famílias, a empresa Norte Energia colocava a disposição duas opções: 1) avaliar as pequenas casas de madeira e dar-lhes indenização em dinheiro de acordo com o valor do imóvel, ou 2) realocá-las para alguma casa em um Reassentamento Urbano Coletivo próximo.

FIGURA 21: PALAFITAS NO BAIRRO BOA ESPERANÇA, “DENTRO” DO IGARAPÉ AMBÉ.

Fonte: VEJA, 2011.

O processo de “requalificação dos lugares” realizados pela Norte Energia e Prefeitura Municipal de Altamira retirou dezenas de famílias que moravam em palafitas; fechou diversas peixarias, colônia de pescadores e pequenas empresas de turismo no entorno do Porto 6. Com o possível enchimento do reservatório da Hidrelétrica, uma das primeiras ações para “ordenar” o local foi a remoção dos moradores das casas de palafita. O processo não se deu de forma pacífica e sem contradições, justo porque as indenizações sugeridas pela empresa aos moradores e pequenos microempresários não eram suficientes para que estes pudessem comprar um local ainda no perímetro da Orla, o que, consequentemente, afetou suas atividades comerciais.

Já os problemas com as casas oferecidas aos atingidos por Belo Monte começaram antes mesmo da construção. Em 2012, a Norte Energia distribuiu milhares de folhetos em Altamira em que prometia três tipos de casas (Figura 22) com tamanhos diferentes (60 m^2 , 69 m^2 e 78 m^2) de acordo com a quantidade de membros familiares que fossem deslocados. No entanto, em abril de 2013, sem discussão com a população atingida, outro folheto foi distribuído em que a empresa avisava que todas as casas seriam do mesmo tamanho: 63 m^2 . O folheto trazia ainda a informação de que as

casas seriam feitas em concreto pré-moldado em vez de alvenaria como havia sido anunciado.

FIGURA 22: INFORMATIVO DISTRIBUÍDO EM ALTAMIRA PELA EMPRESA NORTE ENERGIA

Fonte: Prefeitura Municipal de Altamira, 2015.

Outro elemento fundamental, como mostra o panfleto acima, dar-se-á em razão de que nas antigas casas em palafitas o núcleo familiar não era composto apenas por marido e mulher e um casal de filhos ou mesmo uma mãe com um filho. As famílias dessas localidades contavam com núcleo familiar de até 4 filhos já adultos por casa, incluindo filhos adultos já com famílias, crianças, netos ou sobrinhos. No processo de indenização, a empresa divulgou que as casas variariam de acordo com o tamanho da família, o que, de fato, não resolveria o problema. Em medida unilateral, a Norte Energia modificou os aspectos que já tinham sido acordados nas condicionantes pelo IBAMA, estabelecendo um modelo único.

Em 6 de janeiro de 2015, moradores de bairros que foram afetados com a construção da UHE de Belo Monte fizeram uma manifestação em frente ao escritório da Norte Energia. Cerca de 150 moradores cobraram agilidade no pagamento de indenizações e também prioridade na entrega das novas casas para as pessoas que foram retiradas das áreas de risco. Durante o protesto (Figura 23), os moradores relataram supostos erros durante a avaliação dos imóveis para estipular o valor da indenização.

FIGURA 23: MANIFESTANTES EM FRENTE AO ESCRITÓRIO DA NORTE ENERGIA

Fonte: Movimento Xingu vivo para sempre, 2015.

Nesse sentido, elaboraram uma carta de reivindicações que foi entregue a empresa que diz o seguinte:

Nós os moradores de Altamira nos bairros Baixão do Tufi, Açaizal, Olaria, Ferro Velho, Sudam I e II, que estamos sendo desalojados ou (expropriados) das nossas casas estamos aqui para dizer o seguinte: Vivemos nesses bairros construídos pelas nossas famílias há muitos anos junto ao centro da cidade, com livre acesso a todos os serviços essenciais, escolas, hospitais, comércio, farmácias, bancos, igrejas, delegacias, correios, lazer, transportes e não tivemos escolha ao sermos retirados de nossas casas para locais desertos sem infraestruturas de serviços essenciais e muito distantes. Além de nunca ter tido as nossas opiniões levadas em consideração pela Norte Energia e pelo Governo do Brasil, que decidiram fazer a obra da Usina Hidrelétrica Belo Monte, estamos sendo diariamente desrespeitados no processo de reassentamento e de indenização. Estamos aqui denunciando a forma desrespeitosa como a empresa Diagonal (contratada pela Norte

Energia para assumir o processo de cadastramento, reassentamento e indenização iniciado pela empresa Elabore) está tratando a nossa população. O processo de negociação não é justo nem equilibrado, a empresa é representada por um corpo técnico formado por advogados, psicólogos, assistentes sociais, engenheiros e outros profissionais enquanto nós não temos ninguém ao nosso lado! Não temos direito a defesa Jurídica, isto se constitui um crime! Idosos, analfabetos, trabalhadores de baixa escolaridade e mulheres são tratados com preconceito e são muito pressionados para assinarem o termo de concordância e entrega dos seus imóveis. Não concordamos com os valores das indenizações que não condizem com o mercado imobiliário de Altamira. O direito de manutenção da vizinhança não é respeitado, fazendo com que pessoas que construíram relações durante anos sejam reassentados para diferentes bairros. Nossas casas são construídas para comportarem mais de um agregado familiar, e isso é ignorado por essas empresas que negam o direito a uma casa para cada família. O PBA (Plano Básico Ambiental) é descumprido e alterado quando é conveniente para Norte Energia, e nunca para atender as nossas demandas os nossos direitos.

Assim sendo, exigimos o total respeito e a efetivação dos nossos direitos:

- DIREITO À MORADIA DIGNA, com toda infraestrutura nos bairros (projeto original)

- RESPEITO AO HISTÓRICO DA VIZINHANÇA
- UMA CASA PARA CADA FAMÍLIA
- INDENIZAÇÃO JUSTA QUE PERMITA ADQUIRIR OUTRO IMÓVEL DE MELHOR QUALIDADE DO QUE O QUE A PESSOA FOI OBRIGADA SAIR
- REVISÃO DO CADERNO DE PREÇOS COM A PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS PROPRIETÁRIAS DOS IMOVEIS.
- EXIGIMOS QUE PARE BELO MONTE enquanto não efetivarem o cumprimento dos nossos DIREITOS!

Em outra ação de conflitos entre os atingidos e a empresa, os movimentos sociais da região, em especial o Movimento Xingu Vivo Para Sempre e já cansados da falta de respostas, resolveram no dia 17 de janeiro de 2015 fazer uma intervenção. Entraram no local que estavam sendo construídos as casas e as fotografaram, constatando graves problemas de nível estrutural no canteiro de obras, antes da entrega dessas casas. Antônia Melo, coordenadora do movimento, disse:

“É assustador. Diferente do que vem falando a empresa, e do que saiu em uma matéria do Jornal Nacional no sábado, as casas não são de alvenaria coisa nenhuma. O teto é feito de lajes com fendas onde entra água (Figura 23), há rachaduras nas paredes, muitas delas são escoradas com paus pra não desabarem, e, segundo nos contaram, tudo é mascarado com massa e tinta pra enganar os moradores quando são remanejados”, (MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE, 2015).

São rachaduras, lajes descoladas e com infiltração, estruturas escoradas com madeira para evitar desmoronamentos: este é o estado das casas que abrigaram as

famílias despejadas pela Norte Energia. No ano de 2015, a empresa promoveu os primeiros remanejamentos de moradores despejados das áreas denominadas Olaria e Peixaria, para o loteamento Jatobá, que fica a cerca de 5 km das antigas moradias.

FIGURA 24: LAJE INFILTRADA APÓS FORTE CHUVA NO ANO DE 2015

Fonte: Mayra Galha, 2015.

De acordo com operários que trabalharam na construção, o tempo médio de levantamento de uma casa era de um dia. As paredes foram feitas de telas e

preenchidas com concreto, com espessura média de 8 cm. Em outro relato, Antônio Melo, ativista conhecida e premiada internacionalmente em defesa da Amazônia e luta contra as barragens, diz que “Nos falaram que o material é o mais vagabundo possível, e as famílias não têm permissão de entrar no loteamento antes da pintura da casa, pra não ver o que está por baixo” (MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE, 2015).

No dia 20 de janeiro de 2015, depois de uma chuva torrencial na cidade, a equipe do Xingu Vivo e famílias despejadas voltaram ao loteamento para ver as casas, mas o grupo foi impedido por seguranças armados de entrar no local. À época, a coordenadora do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, disse:

um segurança recebeu a gente com a mão no revólver. Imagina que construção de casa agora tem capanga armado pra ninguém ver como estão sendo feitas. Aí vem a TV Globo e fala que tudo é uma maravilha, realização de um sonho. Queria ver o repórter morar lá por um mês com a sua família, nesse cubículo de 63 m2 malfeito, cheio de infiltração, longe de tudo, de escola, posto médico, do comércio”, desabafa a coordenadora do movimento.

Nos bairros onde foram efetivados os despejos, logo após a retirada dos moradores, as casas desocupadas foram demolidas para, segundo a empresa, evitar novas ocupações. De acordo com a equipe do Movimento, o procedimento reverberou em graves problemas para remanescentes quanto à segurança de suas moradias em palafitas, justo porque elas apoiavam-se estruturalmente umas nas outras. (Figura 26). Um jornalista que integrava o movimento e acompanhou as demolições explicava:

Tirando uma, a outra, que estava escorada nela, pode cair a qualquer momento. Muitas famílias estão com medo que sua casa caia. Outro problema é que as telhas de eternit das casas demolidas são despedaçadas, jogadas lá mesmo, e tem um monte de criança, trabalhadores, respirando esse pó de amianto tóxico.

FIGURA 25: SEGURANÇA LOCAL IMPEDE INTEGRANTES DO MOVIMENTO E MORADORES DESALOJADOS A ENTRAREM NAS CASAS

Fonte|: Mayra Galha, 2015.

FIGURA 26: DESPEJO E DEMOLIÇÃO DE CASAS DE PALAFITAS

Fonte: Movimento Xingu vivo para sempre, 2015.

Um outro problema observado pela visita, segundo Antônio Melo, era o pequeno tamanho das novas casas no reassentamento. Segundo a ativista, “Uma moradora disse que, chegando na casa nova, metade de seus pertences não cabiam. Quando foi reclamar, o pessoal da Norte Energia disse: ‘se não cabe, joga fora essa metade que resolve o problema’”. O principal objetivo da visita do Movimento foi de colher material fotográfico para conversarem com os moradores que seriam remanejados para os novos reassentamentos. Segundo Antônio Melo, a ideia seria de que as famílias pudessem monitorar o processo, “afinal é a vida deles que está em risco se uma casa desabar, principalmente nessa época, quando começam as chuvas fortes” (MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE, 2015).

FIGURA 27: CASAS FEITAS PELA NORTE ENERGIA PARA REASSENTADOS: A PRIMEIRA IMAGEM MOSTRA UMA CASA EM CONSTRUÇÃO, E A OUTRA, EM 2016, AMBAS COM MUITOS PROBLEMAS DE INFILTRAÇÃO

Fonte: Movimento Xingu vivo para sempre, 2015.

Um outro momento de luta das famílias que reivindicavam as entregas de casas nos Reassentamentos Urbanos Coletivos pela garantia à dignidade ocorreu em 13 de junho de 2015. Na ocasião, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), em Brasília ordenou a suspensão da licença de instalação da Usina de Belo Monte. Com a referida liminar, todas as obras da UHE foram paralisadas até aquele momento.

A ordem foi consequência de uma decisão da 5ª Turma Ampliada do Tribunal e a licença permaneceu suspensa, enquanto a empresa Norte Energia não readequasse os projetos destinados ao reassentamento urbano coletivo.¹⁹ No processo que trata das casas dos atingidos por Belo Monte, em julgamento ocorrido em 31 de maio de 2015, por dois votos a um, a 5ª Turma ordenou: a suspensão da licença de instalação da usina; a adequação do projeto destinado ao reassentamento aos padrões mínimos definidos em lei e nas normas técnicas; e a readequação do cronograma estipulado para o cumprimento da condicionante.

A licença de Belo Monte também previa distância máxima de dois quilômetros entre o local de reassentamento e as moradias originais dos atingidos, o que o próprio Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) reconheceu que não tinha sido respeitado. Como consequência, os remanejados ficaram excessivamente distantes de locais de trabalho e estudo e sem opções para se locomover, já que a cidade de Altamira até 2015, na ocasião da querela judicial, não possuía transporte público, situação que se arrasta até 2020. Muitas famílias venderam as casas por causa dessa condição. Outras decidiram sair por causa da fragilidade das construções feitas em concreto pré-moldado.

Nas casas construídas pela Norte Energia, os moradores não podiam instalar redes de dormir, um hábito arraigado em toda a população amazônica. Em visita a um dos locais de reassentamento em maio de 2015, o procurador Felício Pontes Jr., que atua no caso no TRF1, constatou rachaduras e buracos nas casas, alguns provocados pelo simples ato de tentar pendurar, com uma furadeira, uma escápula para uma rede.

Ao investigar as mudanças, o MPF descobriu que, além da frustração da expectativa dos remanejados, as casas propostas pela Norte Energia violavam o Código de Obras do município de Altamira. No entanto, em vez de exigir a solução dos problemas, a PMA enviou e a Câmara de Vereadores aprovou a alteração do Código para adequá-lo aos projetos da Norte Energia. Para o MPF, a mudança operada com rapidez pela prefeitura e vereadores é inconstitucional.

19A Turma Ampliada (com cinco desembargadores em vez dos três da turma recursal normal) é uma instância adicional de decisão criada pelo Código de Processo Civil em vigor, que prevê a confirmação de uma decisão toda vez que ela não for unânime.

Entre as contrariedades ao Código de Obras do Município de Altamira, em sua redação original, constam, a título de ilustração, a irregular espessura da parede interna, a altura do revestimento da cozinha e a indevida comunicação direta com as instalações sanitárias, e, ainda, as dimensões mínimas de cômodos das casas em construção. As irregularidades foram reconhecidas pela própria Secretaria de Obras de Altamira em ofício ao MPF. Já o MPF, em documento enviado aos desembargadores do TRF1 que julgaram o caso, assinado pelos procuradores regionais da República Marcus da Penha Souza Lima e Felício Pontes Jr., diz que:

O legislador não pode, em se tratando de direito fundamental, como é a moradia, retroceder em direitos já garantidos. Nesse rumo, a alteração do código de obras, que reduziu o tamanho dos cômodos e afrouxou exigências de conforto, não pode prevalecer.

Questionado pelo MPF durante as investigações do caso, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), responsável pelo licenciamento da usina de Belo Monte, esquivou-se quanto à cobrança do cumprimento das normas técnicas e de conforto previstas para as moradias em Altamira. Afirmou ainda não ter responsabilidade quanto à fiscalização da regularidade das obras das casas, o que foi propriamente refutado pelos procuradores:

É evidente que possui. E não se trata apenas de descumprimento da legislação municipal. O descumprimento das condicionantes impõe sua atuação por meio da suspensão ou cancelamento das licenças, previstas em normas ambientais e norma específica da Licença de Instalação..

De acordo com a decisão da 5ª Turma, confirmada no julgamento daquele processo, o IBAMA deveria suspender a licença e rever todos os problemas do reassentamento dos atingidos. Já a Norte Energia precisaria readequar o cronograma de cumprimento da condicionante imposta pela licença. Até cumprir as medidas determinadas, a UHE de Belo Monte ficaria impedida de prosseguir com as obras. No entanto, a decisão apenas durou poucos dias até a empresa Norte Energia entrar com recurso e reverter o processo em seu favor.

Pela decisão, os atingidos tinham o direito de acessar condições de moradia superiores às que dispunham antes do empreendimento. Para o MPF, o reassentamento dos atingidos não é uma relação de consumo, nem um ato de benemerência do empreendedor, mas uma recomposição de danos provocados pela construção da hidrelétrica.

A residência padrão das casas dos R.U.C's possuem 63 m², com dois quartos, uma suíte, banheiro social, sala de TV, sala de Jantar, cozinha americana, área de serviço e garagem (Figura 28), apresentando uma forma padronizada de moradia para famílias tão diversas em sua composição familiar. As residências possuíam garantia de cinco anos e, nesse tempo, não podiam ser vendidas ou disponibilizadas em forma de aluguel. Na frente de cada um dos reassentamentos foi afixada uma placa da Norte Energia que alerta: “os imóveis desse reassentamento coletivo possuem restrições à venda e à cessão.

FIGURA 28: REASSENTAMENTO URBANO COLETIVO – LARANJEIRAS

Fonte: Lilo Clareto, 2019.

Em função dos danos nas casas pela baixa qualidade do material utilizado pela Norte Energia, os remanejados buscaram múltiplas estratégias para que pudessem reproduzir-se nos seus novos bairros de moradia. Uma das saídas encontradas foi a

de construir novas edificações no próprio terreno da nova casa ou readequá-las no espaço físico, como podemos observar na Figura 29. A seta vermelha mostra que a família construiu um “puxadinho” para que pudesse estender roupa e usar uma pia maior para lavagem de louças e roupas. Na seta amarela, no mesmo terreno, construíram uma pequena horta para autoconsumo. Na seta em azul, o vizinho ao lado também fez uma edificação de madeira para ampliar o uso da família em função da casa que é pequena. Mais ao lado na seta verde, o outro vizinho também ampliou sua casa, fazendo uma pequena edificação em madeira. Essas construções nos quintais das residências dos RUC’s geralmente são produzidas com o material obtido pelo desmonte da residência antiga (Figura 30) e, em alguns casos, até reproduz a moradia em palafita (Figura 31). Esse fenômeno estende-se para os demais loteamentos e altera o espaço geométrico e árido imposto pela empresa construtora.

FIGURA 29: MODELOS DAS CASAS NO REASSENTAMENTO URBANO COLETIVO JATOBÁ

Fonte: AMAZÔNIA REAL, 2015.

FIGURA 30: MADEIRA DA ANTIGA CASA DE PALAFITA

Fonte: MAB, 2014.

FIGURA 31: CASA DE PALAFITA NO REASSENTAMENTO URBANO COLETIVO – SÃO JOAQUIM

Fonte: MIRANDA NETO, 2016.

A Figura 31 apresenta uma construção da casa em palafita suspensa em terra firme corrói o discurso de que os reassentamentos seriam uma via de “requalificação” da moradia das famílias que viviam em torno dos igarapés e de ribeirinhos. A empresa unilateralmente queria representar uma perspectiva desenvolvimentista ao

categorizar os atingidos enquanto populações estritamente pobres e, portanto, carentes de novas “estruturas socioculturais”. Neste ponto, nem em termos arquitetônicos e quantitativos e tampouco em qualidade de vida os R.U.C’s corresponderam às reais necessidades da população.

Após o remanejamento para os R.U.C’s, as famílias perceberam que a distância do centro da cidade ou de atividades econômicas básicas e essenciais tornar-se-iam um possível impeditivo para retomarem a vida cotidiana anterior ao início das obras. Aos poucos, os novos moradores realizaram modificações em suas casas e as transformaram em bares, armarinhos, pequenos mercados, salões, restaurantes e etc; ou construíram pontos de comércio para atender a população do bairro, como se vê na Figura 32.

FIGURA 32: LAVA JATO AO LADO DA CASA NO R.U.C.

Fonte: Autor, 2020.

Nem todas as famílias que estão nos Reassentamentos hoje são antigos moradores que foram removidos das áreas diretamente afetadas pela UHE Belo Monte. Todavia, é perceptível a necessidade criar atividades econômicas que sejam base para a sustentação das famílias, como este do Lava Jato.

A família (Figura 33) residente no Reassentamento Urbano Coletivo – Jatobá adaptou a moradia e construiu um “anexo”. Após a remoção e o consequente

estabelecimento no R.U.C., a família, composta por uma mulher, marido e 3 filhos, logo percebeu que não seria possível alojar a si próprios e mais os imóveis na pequena casa que receberam de indenização. Neste “anexo”, a família remanejada fez mais um quarto, uma cozinha e uma pequena área pra lavar louças e roupas.

Essa foi a realidade de muitas outras famílias que precisaram aumentar suas casas, construir outros cômodos, muros, cercas, área de horta, quintal e outros. As antigas casas dos moradores nas áreas de palafitas não eram pequenas. Em geral, poderiam ser readaptadas de acordo com a dinâmica familiar, que se adequava aos números de membros residentes na casa. Como relatado acima, grande parte das madeiras são das antigas casas desmontadas, carregadas de histórias, representadas por tábuas e que foram “remontadas” no novo espaço.

FIGURA 33: DUAS CASAS E DUAS HISTÓRIAS EM UMA SÓ

Fonte: Autor, 2020.

Saltam aos olhos os diversos conflitos oriundos da elaboração, execução e entrega das casas nos diversos Reassentamentos Urbanos Coletivos. Ao que parece, a empresa Norte Energia desconsiderou as especificidades culturais dos sujeitos atingidos pelas obras nas áreas do empreendimento.

Nessa querela judicial, o IBAMA recorria de um lado para tentar garantir o cumprimento das condicionantes; o MPF entrava com ação contra a empresa; a DPU buscava garantir o direito ao reassentamento das famílias atingidas; os movimentos sociais de Altamira faziam as intervenções periódicas para denunciar a violação de direitos humanos com o apoio da imprensa em diversos níveis nacionais e internacionais; e, por fim, havia também a lógica do Estado capitalista que resguardava a empresa Norte Energia que, de um modo ou de outro, sempre saía “vencedora” das ações.

3.3 Parque Igarapé Altamira: o que está no PBA e o que foi executado

De acordo com o PBA (2011) a requalificação do igarapé Altamira deveria atingir uma área de 123 ha e também se comprometer em transformá-la em espaços verdes abertos, de uso coletivo, destinados a cumprir funções socioambientais vitais, que elevariam, significativamente, os índices de áreas verdes e espaços de lazer para a população, como se percebe nos números abaixo.

PARQUE IGARAPÉ ALTAMIRA	Área (ha)
Reservatório	22,2
APP	25,5
Revegetação	34,4
Esporte e Lazer	24,4
Sistema Viário	16,5
TOTAL	123,0

A vida social das famílias que residiam em torno dos igarapés compunham há mais de 30 anos a paisagem no espaço urbano de Altamira. A arquitetura espontânea e a forma como moldaram o espaço local foi confrontada com os projetos de produção do espaço feita pelos especialistas que objetivavam favorecer no “novo” espaço as atividades econômicas e serviços que revelassem o predomínio do Estado Capitalista gerindo o espaço urbano e transformando-o em mercadoria. De acordo com Lefebvre (1999,p. 79), “os homens de Estado têm uma concepção política ideologicamente justificada do espaço (ou uma ausência de concepção que deixa o campo livre aos que propõem suas imagens particulares do tempo e do espaço”. De fato, os múltiplos sujeitos resistiram às forças da homogeneização ao passo que os seus espaços eram

redefinidos ou parte desapareciam no contexto na cidade de Altamira. Portanto, a estratégia seletiva do planejamento seguiu um processo onde as diferenças são excluídas.

No projeto, o que era para ser um belo cartão-postal da cidade, localizado às margens do rio Xingu, tornou-se na realidade uma preocupação para a população local. A obra do Parque Igarapé Altamira, que cobria parte da orla da cidade e integrava o conjunto de medidas compensatórias em decorrência da construção da UHE Belo Monte na região do Xingu, foi abandonada ao longo dos anos e, atualmente, notamos a presença de um “matagal”, acúmulo de lixo e água parada; as quadras e equipamentos de esportes encontram-se também em situação de abandono, como se vê nas Figuras 34 e 35 abaixo.

FIGURA 34: MATO ELEVADO NO PARQUE IGARAPÉ ALTAMIRA

Fonte: Autor, 2020.

FIGURA 35: QUADRA DE ESPORTE EM DESUSO POR CAUSA DO MATAGAL QUE TOMOU CONTA DO LOCAL

Fonte: Autor, 2020

As Figuras 36 e 37 evidenciam que o parque está inacabado, permanece, geralmente, vazio e com as obras de responsabilidade da empresa Norte Energia paralisadas. No caso dos moradores do entorno do Igarapé Altamira, estes foram reassentados no R.U.C São Joaquim.

No PBA (2011), a empresa alegaria construir um espaço de:

modo a criar uma forma melhor definida dentro do parque urbano, bem como evitar áreas de empocamento ou de baixa circulação de águas que podem propiciar a proliferação de vetores, propõe-se para este braço do reservatório Xingu (bem como para os demais), o aprofundamento da calha central visando garantir condições de navegação de pequenas embarcações, e o aterramento das margens, configurando assim uma linha de borda mais orgânica e definida. O desenho exato deverá ser definido com base em levantamento planialtimétrico em escala adequada, juntamente com os perfis topobatimétricos deste trecho do reservatório e os estudos de remanso

As contradições entre o planejado através do Plano Básico Ambiental com o objetivo de “desenvolver a região” e o implementado pela empresa Norte Energia para melhorar a vida dos moradores de Altamira são expressivas.

No projeto, a Norte Energia criaria um parque que se tornaria espaço de “uso coletivo da população e contam com equipamentos para a prática esportiva recreacional (quadras poliesportivas, futebol society, etc.) e ambientes externos para

descanso e contemplação com quiosques, parques infantis, etc.” e contaria “com áreas para bares e restaurantes no sentido de caracterizar este amplo espaço como ponto de encontro e referência turística da cidade” (PBA, 2011, p.117).

FIGURA 36: ÁGUA EMPOSSADA E O LOCAL SEM LIMPEZA NEM MANUTENÇÃO

Fonte: Autor, 2020.

Após a obra ser finalizada, a Norte Energia, segundo consta no Termo de Co-operação com a PMA, a obra do Parque deveria ter sido entregue com a estrutura acabada, como se lê no projeto. Porém, depois de concluído apenas uma parte, a saber, o calçamento e as gramas, não se definiu qualquer plano de manutenção mensal entre a empresa e a prefeitura, o que também destoa também do projeto inicial justo porque a construção tinha por objetivo beneficiar a população. Como consequência, a gestão municipal não aceitou receber o Parque Igapés Altamira institucionalmente por alegar que a Norte Energia elaborou e executou o projeto e o está implementando sem os devidos planejamentos quanto os custos de manutenção, segurança e outros. Para a PMA, os encargos não eram de sua alçada.

Em nota, a Norte Energia diz que as obras nessa parte da orla de Altamira estão em andamento e em seu site a empresa complementa:

É na fase de planejamento deste conjunto de ações que compõe o PBA que são detalhadas as medidas mitigadoras e compensatórias - que são

analisadas e validadas pelo IBAMA, além de outros reguladores e instituições federais - e propiciam a emissão da Licença de Instalação (LI). O PBA da Usina de Belo Monte é composto por 117 programas e projetos executados ao longo da implantação do empreendimento. Muitos deles continuam em andamento, como monitoramentos de fauna aquática, qualidade da água e aspectos socioeconômicos. Um deles, o Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu prossegue até cinco anos depois da entrada em operação da última unidade geradora. Já as condicionantes são ações complementares exigidas pelo órgão ambiental que não estavam previstas inicialmente no PBA. A Licença de Operação (LO) de Belo Monte, por exemplo, conta com 34 condicionantes específicas – sendo que seis já foram atendidas, 10 encontram-se parcialmente atendidas e 18 estão em atendimento.

A empresa Norte Energia, tanto na elaboração do Plano Básico Ambiental quanto nas as políticas de implementação dos seus projetos que visavam mitigar as desigualdades socioespaciais já existente e que foram reforçadas com a implantação da UHE Belo Monte, contradiz-se em seus planos e relatórios oficiais. A materialidade do projeto no espaço desrespeita os sujeitos que ali viviam, posto que o Parque (Figura 37) deveria ser um lugar de acesso, lazer, ócio para a população de Altamira. Ora, é no plano do cotidiano que a análise permite captar as contradições e os conflitos que se materializam no espaço.

FIGURA 37: PRIMEIRA PARTE DA OBRA, ABANDONADA SEM SER ENTREGUE À PREFEITURA MUNICIPAL

Fonte: Wilson Soares, 2019

É nessa perspectiva que se reconhece nesse tipo de planejamento urbano o conflito entre o Estado e empresa Norte Energia que gerencia privadamente o espaço, viabilizando os projetos de requalificação considerados “essenciais para a valorização da Orla e bem-estar da população de Altamira” com uma racionalidade pretensiosa de melhoria “urbanística”. A tendência que, em geral, motiva esse tipo de intervenção urbana desconsidera vivências e espacialidades cotidianas e se quer fornece o que estava escrito no próprio PBA: a entrega completa do parque para uso e benefício da população. Na realidade, o que se vê é a tentativa de um projeto que já deveria ter sido concedido à Prefeitura Municipal de Altamira com toda a infraestrutura garantida no papel, mas que na prática, passados mais de 5 anos do processo de remoção das famílias que viviam no entorno do Igarapé Altamira, ainda não se concretizou.

4 PORTOS E A REQUALIFICAÇÃO URBANA

*“Água boa do Xingu ela não pode morrer
é a nascente de vida para o povo
sobreviver é a fonte de riqueza que faz o país crescer.
O Xingu é o pai adotivo que milhares de filhos já criou,
dando o pão de cada dia
para todos se alimentar
e se matarem o Xingu todos os filhos vão chorar.*

*Nós temos um espelho em nossa frente a barragem de Tucuruí
que eles não tiveram pena
daqueles que ficaram ali
e que hoje estão pobre miserável sem saber pra onde ir.*

*E se nós somos pobre e miserável não é da conta de ninguém,
vivemos em nossa propriedade trabalhando muito bem,
e vocês é que querem acabar com a riqueza que nós tem.*

*Eletronorte e Eletrobrás são famílias de Lião transformando as hidrelétricas em forma de um
Dragão
para destrui a natureza e devorar nossa população.
Belo Monte é uma doença que vai leva o povo para o túmulo
e a Primeira maior do Brasil e a segunda maior do mundo,
e se rebentar o paredão vai matar centenas de pessoas dentro de poucos segundos.*

*Vamos tomar remédio controlado,
pra essa doença defender o Hospital e a Fundação, o Doutor e a União,
e quem dá o resultado do exame é a doutora caneta e como é o nome da doença belo Monte?
Chama-se hepatite preta!
Faça a chuva ou faça sol, nós temos que enfrentar essas cobras venenosa
querendo nos atacar dando o bote bem rasteiro querendo nos devorar.”*

José Alves

O Portos e Orla de Altamira são encontrados e vinculados, a um só tempo, ao rio, onde apresentam relações que produzem o espaço urbano através de uma lógica de reprodução social que destoa do modo capitalista de modelação do espaço. Das relações que se materializam nos Portos, espaços que são socialmente produzidos e permeados por uma morfologia material e social ²⁰, percebemos a obtenção do peixe que é utilizado como alimento ou comercializado nos mercados, nas feiras e nos trapiches; nos bares e peixarias, de onde, por meio da circulação fluvial de menor porte, dos improvisados portos e do amontoado de pequenas embarcações (barcos, canoas, rabetas²¹ etc.), interagem ribeirinhos das ilhas e os cidadãos; no passeio turístico pelas águas realizadas por pequenas empresas em direção a praias; da construção naval de pequeno porte; do lazer associado ao consumo improdutivo nos banhos da população local; e da identificação com o tempo lento da natureza. Os diversos conteúdos persistem e são reproduzidos cotidianamente pelos sujeitos que mantêm suas sociabilidades ribeirinhas e temporalidades de forma bastante marcada no espaço urbano. (LIMA, 2017).

Os Portos de Altamira possuem dois tipos de relações que demonstram a importância dos valores atribuídos em cada parte da cidade: as uso e de troca, O uso evidencia as práticas materiais e simbólicas que constituem o espaço vivido através das relações desenvolvidas nos Portos (Mapa 5) e que consolidam em uma identidade ribeirinha. Já as relações de troca atribuem ao espaço o interesse pelo comércio local e regional das empresas, restaurantes de luxo e várias outras formas de comércio e também do capital como a UHE Belo Monte.

Apesar de passar por mudanças em suas formas por consequência da construção da UHE Belo Monte, os Portos que se localizam na porção da orla fluvial da cidade desenvolvem relevantes atividades que conectam os sujeitos ao modo de vida ribeirinho. Por esta razão, identificamos Altamira com um tipo de cidade da Amazônia, porque ela contém características que se baseiam ainda nas interações e relações de sua população como rio. Além disso, apresenta espaços onde o valor de

²⁰ Nesta diferenciação, existem dois conceitos importantes, o de morfologia material (cidade) e de morfologia social (urbano), ambos servem para abarcar teoricamente esse processo de urbanização, funcionando como uma totalidade onde os termos estão indissociados (não existe sociedade sem produção do/no espaço), (Lefebvre, 1999).

²¹ Ver foto em Anexos.

uso do recurso é intenso. São, sobretudo, espaços situados na sua orla fluvial, cujas relações ali vivenciadas não são tecidas apenas pela sua natureza econômica.

Desse modo, ao reiterar o papel do Estado na produção do espaço urbano, sinalizamos que é dele o controle do fundo público para investimentos e que cabe a ele também, sob forma de poder local, a regulamentação e o controle no uso e ocupação. O Estado é o principal intermediador na produção do espaço articulado com projetos nacionais e globais (MARICATO, 2015).

MAPA 5: LOCALIZAÇÃO DOS PORTOS DE ALTAMIRA/PA

Fonte: Autor, 2020.

4.1 Porto do Pepino

Antes da construção da Hidrelétrica de Belo Monte, o Porto do Pepino abrigava diversas casas, peixarias de alto nível²², mercados e geleiras²³ que constituíam os conteúdos do lugar. Na Figura 38 de 2011, ou seja, antes do projeto de qualificação, percebemos a significativa presença de pequenas embarcações e de estabelecimentos em palafita, que possuíam contato com a Av. Coronel José Porfírio e para onde os “fundos” dos estabelecimentos apontavam para o rio, o que fazia com que os serviços oferecidos fossem um dos mais caros do município em função da localização. Nada mais seria do que o pagamento pela localização e uso do espaço.

FIGURA 38: ESTABELECIMENTOS EM PALAFITAS E FLUXO DE PEQUENAS EMBARCAÇÕES

Fonte: Norte Energia, 2011.

22 Na maioria das regiões do Pará, peixarias se referem a estabelecimentos que são restaurantes, e vendem pratos relacionados a pescados e outros tipos de carne: peixe cozido, peixe-frito, caldeirada, carne de sol, petiscos e outros. No Porto do Pepino diferentemente dos outros portos no município de Altamira, estão localizadas as peixarias que denominamos como de alto nível e são aquelas construídas em alvenaria com infraestrutura “moderna”, lugar para guardar Jet Sky dos possíveis usuários do estabelecimento, possuem valores elevados em seus produtos, como cervejas e pratos típicos, realizam pequenos shows e cobram preço para a entrada dos clientes.

23 Pequenas fábricas que fazem e comercializam gelo dos mais variados tipos.

FIGURA 39: PEIXARIA A BEIRA-RIO NO PORTO DO PEPINO

Fonte: Prefeitura Municipal de Altamira, 2011.

A partir de 2014, inicia-se o processo de remoção das casas e estabelecimentos presentes no Porto do Pepino. Com a remoção das famílias em razão de estarem dentro da Cota 100²⁴, os múltiplos sujeitos produtores do Porto precisaram ser deslocados do espaço.

Parte das famílias foram indenizadas quanto às casas e estabelecimentos comerciais; já outras foram para os Reassentamentos Urbanos Coletivos (R.U.C.'s) criados pela Norte Energia²⁵; e alguns empresários donos das peixarias de alto nível, pelos altos valores de indenização, conseguiram manter seus negócios ainda pelo entorno.

Neste processo, percebemos que houve uma quebra na dinâmica econômica e social que constituía o cotidiano do lugar. Antes, diversos pescadores que moravam na beira podiam ver suas embarcações da porta de suas casas, vender gelo e peixe no Porto. Com a remoção, foram bastante prejudicados. Antes da requalificação, este era o espaço da vida e, como aponta Alves (2010:20):

²⁴Área diretamente afetada pelo lago da Hidrelétrica

²⁵Empresa responsável pela construção do empreendimento

Estamos falando do valor dado ao lugar pelas possibilidades de uso que proporciona a reprodução da vida em todas as suas dimensões. É a tomada do espaço para a satisfação das necessidades mais profundas, que ultrapassam as necessidades específicas ligadas à reprodução biológica. É a apropriação dos lugares para a satisfação dos desejos ligados ao estar com os outros. É a brincadeira, a conversa com os amigos nos lugares públicos. É a comemoração nas ruas os resultados de jogos, fazendo as festas, religiosas ou não. É o sentimento de cidadania, aquele que se apropria, que usa a cidade simplesmente por ela existir.

FIGURA 40: PEIXARIAS NO PORTO DO PEPINO ANTES DO PROCESSO DAS REFORMAS

Fonte: Autor, 2014.

As setas vermelha e verde na Figura 40 demonstram os estabelecimentos à beira-rio, chamados neste trabalho de peixarias de alto padrão. Em razão da localização de beira-rio, haviam variados pratos de comida e cardápio de bebidas e estacionamento para Jet Sky. Esses estabelecimentos eram frequentados, principalmente, pela classe média e alta do município, servindo de encontro para empresários, políticos da região e do Estado.

A partir de 2016 com o Porto já “requalificado” pela Norte Energia, observamos que, apesar de o Porto do Pepino ter quase desaparecido em razão das remoções,

os moradores que permaneceram próximos à região resistem e buscam manter o vínculo com o lugar e suas atividades de uso e de troca.

Ademais, a requalificação do espaço não impossibilitou que alguns moradores criassem novas dinâmicas a fim de assegurar sua reprodução socioespacial: eram a entrega de peixes a pescadores na beira e no transporte de pessoas para comunidades ribeirinhas nas voadeiras e pequenas embarcações, apesar de menor fluxo, que se mantinha nas águas do rio. Dos sujeitos que produzem este espaço, encontramos barqueiros, taxistas, carroceiros, pescadores, locatários de balsas flutuantes, vendedores ambulantes, entregadores de gelo, e pessoas que vão apenas para conversar (Figuras 41, 42 e 43).

As agências dos moradores, ex-moradores e pescadores demonstram a tentativa de não se deixar desaparecer face a requalificação do porto. A partir dos elementos simbólicos e materiais associados historicamente aos sujeitos atingidos e que eram anterior à obra, podemos destacar a “resistência cultural da população [e] as novas formas e agentes de produção do espaço urbano” (VICENTINI, 2004, p. 34-35).

FIGURA 41: VOADEIRAS FAZENDO O TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, E PEQUENAS EMBARCAÇÕES COM GELO E PEIXE PARA DESTINO COMERCIAL NA CIDADE CHEGANDO NO PORTO DO PEPINO

Fonte: Autor, 2016.

Entre as principais relações de troca no Porto do Pepino, estavam a venda de peixe e gelo, tanto para consumo dos pescadores que moram pelas redondezas do

porto quanto para revenda em diversos pontos da cidade. Estes espaços apresentam espacialidades e temporalidades específicas e demarcam usos particulares da cidade, mesmo com as transformações em curso na forma em razão da UHE Belo Monte. Os agentes tentaram manter, e ainda o fazem, as relações fundamentais entre a cidade e o rio.

FIGURA 42: PEQUENAS EMBARCAÇÕES E BALSAS NO PORTO DO PEPINO

Fonte: Autor, 2016.

Em 2017, as poucas embarcações encontradas no Porto do Pepino realizavam o transporte de pessoas para as comunidades rurais e ribeirinhas dos municípios; as voadeiras dos pescadores descarregam seus produtos e balsas que são alugadas para atividades turísticas. Há, inclusive, uma balsa que serviu de casa (Figura 42).

Figura 43: Embarcações de passageiros e gelo chegando ao Porto do Pepino

Fonte: Autor, 2017

Figura 44: Balsa vira moradia

Fonte: Autor, 2017.

Na Figura 43, percebemos na permanência temporária no Porto uma lógica da necessidade através de práticas individuais e coletivas para que pudessem existir no

urbano e permanecer nas áreas próximas das suas antigas atividades econômicas e laços de vizinhança. A resistência dos sujeitos em permanecer confronta, em absoluto, o discurso do Estado brasileiro e da Norte Energia que associam a construção da UHE Belo Monte ao desenvolvimento e qualidade de vida dos atingidos. Neste ponto, as permanências refletem-se no espaço como forma de persistir face ao afastamento das áreas centrais, onde se localizavam os serviços públicos e essenciais, como escolas, postos de saúde, trabalho, comércio, farmácia.

Em trabalho de campo realizado em Julho de 2019, constatamos dois aspectos. O primeiro deles é de que a balsa-casa já não fazia mais parte da paisagem do Porto, e os poucos que permaneceram por ali não souberam informar para onde aquela família teria ido. O segundo diz respeito à relação do fluxo de pessoas e atividades no Porto, que ao longo dos anos tornou-se cada vez menos intensa, especialmente a partir de 2018 após a requalificação.

Em entrevista realizada em Setembro de 2020, o único comerciante presente no Porto do Pepino, questionado acerca da dinâmica atual do Porto, elaborou importantes reflexões. Ele diz:

Estou pagando aluguel aqui... porque eu sou obrigado vir pra cá pra dar... atenção aqui pro pessoal aqui... pra dar assistência socorrer ele aqui... então, tipo assim, me tirando aqui não tem nada. E é porque já tentaram me tirar daqui já quatro vez... tentaram me tirar... a última vez agora veio até a Federal... pra me tirar daqui, aí como tem muita gente aqui ribeirinho, colono, os piloto... tem muita gente aqui, né

Para a Norte Energia que modificou e esvaziou o atual Porto, do que resultou em baixas atividades econômicas e fluxos de pessoas, fez cumprir o papel para o qual foi planejado: que era a construção da estação de tratamento de água e nada mais. O entrevistado, que possui um pequeno comércio que vende refrigerante, água, gelo, alimentos, também sugere que a Polícia Militar já foi diversas vezes ao local o coagir para que saísse do Porto do Pepino. Além disso, o estabelecimento do entrevistado serve como um ponto de apoio para algum pescador ou pessoas que passem por ali, posto que não há nenhuma infraestrutura realizada pela Norte Energia ou Prefeitura Municipal de Altamira.

Segundo Trindade Junior (2013), “as vivências cotidianas e práticas econômicas populares pré-existentes às intervenções tem sido pouco articuladas aos novos conteúdos”. Acerca da estrutura atual do Porto, o comerciante 01 diz que:

A gente tinha que ter um... ponto de apoio, num é? Onde o colono possa chegar... um passageiro... aqui a gente não tem uma cobertura, não tem nada. Tem que ter uma cobertura. Tem que ter um... tipo assim, um local que tenha banheiro... né? Onde os passageiros, as pessoas que viajam, que tragam aqui, que tem muitos colonos, muitos beradeiros.

FIGURA 45: ÚNICO COMERCIANTE E PONTO DE APOIO PARA USUÁRIOS DO PORTO

Fonte: Autor, 2020.

Anteriormente, as várias peixarias, estabelecimentos, comércios, geleiras e bares forneciam apoio aos usuários que esperavam ser transportados por alguma pequena embarcação rumo a alguma comunidade rural do município; banhistas seguiam em direção às antigas praias ou para permanecerem na pequena praia que ficava no Porto; e, por fim, pessoas esperavam nos bares e hidratavam-se com cerveja até o horário dos pescadores chegarem a fim de escolher os melhores peixes. Perguntado se o atual Porto supre as demandas dos usuários, ele diz:

Não dá... Não dá... ela é um pouco mais larga de que as outras, mais... estruturado mais largo, né? Mas mesmo assim a demanda aqui é maior, né?

A demanda aqui é maior, tem mais pescador, tem mais gente... e... os dias de domingo... dia de domingo é um desacato aqui porque, assim, vem muito banhista, aí não deixaram espaço... não construíram nada pros banhistas, né? Então o pessoal... se coloca todo aqui nesse local. Dia de domingo dá confusão...

Segue ainda narrando como era o Porto e as relações do lugar antes da construção da UHE Belo Monte, sugerindo que

Era praia... isso aqui era cheio de peixaria, bares, tinha... do outro lado era a família, né, muita gente... que morava. Aqui era muita gente, tinha muita gente, bastante gente. Na época... aí... aqui era uma praia. Isso aqui era uma praia, isso aqui era cheio de gente direto, sabe?

De acordo com Liberato (2007, p. 16), “os indivíduos, ao compartilharem um estilo de vida comum, criam uma rede de identidade que, devido a laços de solidariedade criados e mantidos dentro e pelo grupo, os ‘protegem’ contra outros grupos procurando minimizar os problemas”. Toda a dinâmica do Porto reforça os laços de vizinhança e de amizades, construídas pelos que se veem diariamente por horas ao longo dos dias e anos. Perguntado se gosta de trabalhar no Porto e o porquê, ele diz:

A minha convivência com o povo, todo mundo gosta de mim aqui. Eu gosto de trabalhar porque... tipo assim, eu ganho... eu ganho alimento, eu ganho as coisas aqui, eles me dão, os pescador, né? Coisas assim... e a gente veve... eu faço de tudo pra ajudar. Eu não tenho horário, eu durmo aqui, ó, durmo aqui dentro... a minha família dorme em casa, eu durmo aqui ‘que eu tomo de conta... porque eu atendo os pescador que chega qualquer hora da noite eu atendo...

É perceptível o compromisso que o entrevistado 01 acredita ter com os pescadores, ribeirinhos e outros que utilizam ou trabalham no Porto. Ele dorme dentro do próprio estabelecimento por entender que nesta área não há nenhuma estrutura de comércio que possa ajudá-los diariamente na madrugada, o que corrobora com a discussão feita por Freitas e Ferreira (2011,p.02). Para os autores, as relações entre os sujeitos deixam “marcas movidas por fazeres e saberes constituídos coletivamente em um dinâmico processo histórico de relação com o lugar.” A questão colocada está para além de qualquer perspectiva financeira, posto que, certamente, não

compensaria permanecer acordado ou mesmo dormir fora da segurança de sua casa para ganhar alguns reais na madrugada. Apesar de pouca, a quantia contribuía na renda mensal.

Outro aspecto que o relato sugere é o de que dormir no estabelecimento representa uma tentativa de resguardar seu ponto comercial, porque não há nenhuma segurança fornecida ou pela PMA ou pela Norte Energia. Ademais, não há medidas para salvaguardar os pertences de quem usa o Porto e deixa suas pequenas embarcações na beira, ou de pequenos estabelecimentos, como o caso do entrevistado, que é o único no Porto. Nesse sentido, para se protegerem contra a omissão institucional e exclusão socioeconômica da sociedade predominante, os sujeitos sobrevivem e atuam em vários tipos de atividades ao construir sua subsistência por meio de trabalho causal, ajuda mutua, trabalho não contratual, serviços domésticos, trabalho artesanal, transporte e outros (CARDOSO, 2007, p.41).

O comerciante diz mais:

E aí... eu dou apoio a esse pessoal. E zelo... desde quando eu... foi tirando o pessoal daqui... eu limpei isso aqui. Eu que limpo isso aqui. Aqui eu gasto por mês a faixa de cento e cinquenta... por mês eu gasto aqui, cem reais... como eu não posso trabalhar eu coloco as pessoa e eu pago. Por que aqui o pessoal... meu celular é comunitário aqui, é pra ambulância, é pra taxi, é pra tudo, minha moto... eu carrego doente... eu que faço tudo aqui. Eu moro aqui próximo aqui, mas minha casa é direto... aqui se você procurar qualquer pessoa vai lhe dizer.

Nesse trecho, ele enaltece o quanto gosta de ajudar seus colegas de trabalho. Aqui, o entrevistado relata também que recai sobre si o encargo de ter que pagar alguém para limpar as redondezas do Porto em função da saída e chegada de passageiros que deixam lixos acumulados, resto de comidas e sacolas. Não há nenhum tipo de lixeira que serviria para educação ambiental dos usuários. O entrevistado é o único pequeno comerciante na área e seu estabelecimento acumula uma centralidade quanto às informações, ajuda, ponto de referências, “balcão de dúvidas” e favores.

Antes da construção da UHE, o Porto abrigava intenso fluxo de pessoas e venda ou troca de mercadorias. A presença de taxistas era inerente à dinâmica do lugar que transportavam as pessoas que chegavam das comunidades rurais; algum

comerciante querendo levar ou trazer peixe; famílias que vinham fazer compras no supermercado na zona urbana para consumo próprio ou para revender nas zonas rurais em pequenos comércios e etc.

Em entrevista realizada com um dos poucos taxistas que ainda tentam permanecer no Porto do Pepino, ele diz:

Olha eu moro tem vinte e sete anos aqui já... a gente trabalha com... táxi, tem dezoito anos... que eu trabalho de táxi daí vai fazer... vai fazer corrida, né... esperar o pessoal da voadeira que chega... todo dia tem uma voadeira que faz linha... aí a gente vai lá pra aguardar... o pessoal chegar... se precisar de táxi tá disponível... aí eu só vou lá quando é hora de embarcação chegar.

Ou seja, o entrevistado 02 procura manter uma mínima rotina ainda no Porto, mas hoje faz serviços por todo o município. Quando fala “aí eu só vou lá quando é hora de embarcação chegar”, é em razão de que esta entrevista aconteceu em outro Porto que possuía uma estrutura mínima necessária, aspecto diferente do atual Porto do Pepino que não fornece a mesma condição para pescadores, taxistas, moto-taxistas, pedestres ou comerciantes.

No quesito estrutura do Porto, o entrevistado 02 reitera o que foi pontuado pelo entrevistado 01. Ele diz:

No porto ali precisa... ter... banheiro sanitário, que não tem.... agora mesmo a gente tava pescando lá e as calçada tão tudo... fedendo a urina... aí acho que precisaria ter uns *dois* banheiros aí... um feminino, um masculino... eh... uma cobertura porque é muito quente... ali só tem um rapaz que vende... eh... lanche ali. Então é... pouca cobertura ali, é quente demais... tinha que ter feito já... no início quando foi feito o porto... tinha que ter feito a cobertura... cobertura *de zinco* bem... bem arrumadinha. Chove, não tem outro lugar pra ir se esconder... pois é.

É notório que os poucos sujeitos frequentadores ou mesmo trabalhadores direto ou indiretos do porto reivindicam estruturas básicas de sobrevivência como, por exemplo, um banheiro, que não foi construído pela Norte Energia e tampouco pela Prefeitura Municipal de Altamira. O governo municipal também não se responsabiliza pelos espaços que fizeram parte do Plano de Requalificação Urbana.

O município não aceita nenhuma obra oferecida pela Norte Energia sem garantias de que vai mantê-la mensalmente com segurança, iluminação e limpeza. A Norte Energia, por sua vez, se coloca em uma posição de que já fez o suficiente para os cidadãos Altamirenses. Neste jogo, os trabalhadores são duplamente lesados.

O entrevistado 02 também sinaliza a respeito do tamanho do Porto depois que a obra foi realizada, e diz:

Tem... tem final de semana que é **bem** apertado ali porque o pessoal vai pra praia... outros vai pra pescar, e sai todo mundo ali... final de semana, aí junta **muita** gente... outros vão tomar banho na rampa ali, aí vira uma confusão danada (RISOS). Diz que não era pra tomar banho, mas o pessoal vai pra tomar banho, aí embarcação chegando... Os pescadores que chega toda semana vão pescar ali final de semana... todo mundo é conhecido... eh... tem outro rapaz que trabalha com táxi também... outros transportam... eh... peixe também... *tem um rapaz que carrega as caixas de peixe*... É boa, a convivência é boa ali. Só que falta isso, cobertura... tá muito quente lá... e banheiro sanitário.

Mesmo quase sem estrutura, os sujeitos procuraram reproduzir as dinâmicas socioeconômicas e socioespaciais que tinham anterior à obra ao pescar na rampa, tomar banho aos finais de semana, ir bater papo, locomover-se pelos rios. Entretanto, para a Norte Energia, o espaço do Porto apenas possuía a função de servir como um dos lugares que tratam a água do município. Além disso, não se tem qualquer tipo de sinalização de profundidade, cerca de proteção, salva-vidas ou aviso sobre cuidados ou perigos ao tomar banho no local, como vemos na Figura 46.

Portanto, percebemos que a estrutura do Porto é assegurada somente quando se trata de fazer valer os objetivos da empresa. Na Figura 46, visualizamos os objetos em amarelo na água que demarcam a distância mínima que qualquer embarcação ou pessoa precisa tomar em relação à estrutura da estação de tratamento. Porém, para banhistas ou embarcações não há nenhuma sinalização. O entrevistado 02 relembra um fato que impactou a cidade:

Eu acho que ali tinha que proibir o banho... ali é muito perigoso. Já morreu um rapazinho de doze anos afogado ali... é muito perigoso *o negócio*, transporte de barco junto com banhista, né?

A matéria vinculada no canal de televisão SBT dizia que:

Uma criança morreu por volta das 17:30 horas da tarde desta quinta-feira (25) nas águas do Rio Xingu. Jean de Lima de apenas 10 Anos acabou morrendo afogado no Rio Xingu. O local onde ocorreu a tragédia é conhecido como Porto do Pepino no Bairro Independente II. Segundo informações, o menino que estava acompanhado do pai e de uma irmã menor, tomavam banho no local quando o pai pediu para os filhos ficarem na rampa enquanto daria um mergulho. O menino que não sabia nadar, desceu a rampa e escorregou, sumindo na água. Quando o pai retornou do mergulho o menino já havia sumido. Minutos depois a criança foi encontrada e nada podia ser feito. A Polícia Civil foi informada da situação e foram para o local. O delegado de plantão acionou o IML para fazer a remoção do corpo da criança para os procedimentos cabíveis (SBT, 25-01-2017).

FIGURA 46: ESTAÇÃO DE ÁGUA E A RAMPA QUE SERVE DE ESTACIONAMENTO PARA EMBARCAÇÕES, LOCAL DE BANHO E PESCA

Fonte: Autor, 2020.

Mesmo após o ocorrido, nenhuma medida de contenção para que novos casos não se repetissem foram tomadas pelo poder público, o que reitera, mais uma vez, as contradições apresentadas entre o espaço concebido e o vivido.

Para Borges e Silva (2011),

Nenhuma indenização ou remanejamento reconstituirá o cotidiano da população atingida. Novas relações se estabelecerão no novo lugar a migrar e as

lembranças do outrora virarão memórias, pois, passarão a ser um mecanismo de se recontar histórias do que não se vive mais.

Apesar das consequências econômicas e sociais por vezes irreversíveis que alteraram as formas e conteúdos, percebemos que a (re)construção do Porto do Pepino impôs dificuldades mas não impossibilitou a rede cotidiana de produção social que os sujeitos construíram ao longo de décadas. Esta é uma contradição importante entre o espaço concebido pela empresa que constrói a UHE Belo Monte e a manutenção do espaço vivido por esses sujeitos.

FIGURA 47: FAMÍLIA QUE MORA PRÓXIMO AO PORTO EM UM DIA DE SÁBADO DE CALOR

Fonte: Autor, 2020.

4.2 Porto da Balsa ou Assurini

De todos os Portos que estão na porção da Orla Fluvial da cidade, o Porto da Balsa foi o que menos sofreu com o impacto da construção da UHE Belo Monte. O Porto continua realizando as suas duas principais atividades que são: o transporte de

veículos e pessoas no trecho Altamira-Assurini e Assurini-Altamira²⁶ realizados por uma balsa (Figura 48) de empresa privada²⁷ e a extração de areia por empresas do município. É importante destacar a relevância que o rio e a balsa assumem como meio de transporte. De uma margem da cidade a outra, são localizados diversos lotes, glebas, escolas e outros serviços que sugerem que Altamira ainda possui um vínculo forte com o modo de vida ribeirinho.

FIGURA 48: BALSA CHEGANDO COM CARROS E PASSAGEIROS DA COMUNIDADE ASSURINI

Fonte: Autor, 2016.

A primeira atividade de transporte de veículos e pessoas (Figura 49) é desempenhada no Porto, demarca a importância do espaço na Orla fluvial de Altamira, como já mencionado anteriormente, se levarmos em consideração a relação da cidade com o rio, e evidencia uma forte espacialidade ribeirinha, com conteúdo material e simbólico. Observamos ainda as famílias trazendo e levando galinhas, verduras, farinha, vendedores ambulantes na balsa, mas também o transporte de caminhonete

²⁶Comunidade rural do município de Altamira responsável pela maior área agrícola do município. Cerca de 70% de toda a produção agropecuária vem desta região, que tem mais de 200 quilômetros de estradas.

²⁷ O valor para transporte de um lado para o outro de uma motocicleta custa R\$ 10,00, carros de passeio R\$ 22, 00, e pedestres é gratuito.

de luxos dos fazendeiros que são produtores rurais e, ao mesmo tempo, investidores urbanos.

A seta vermelha indica um típico carro de transporte utilizado por diversas comunidades rurais no Brasil, os chamados “pau-de-arara”. Os carros saem diariamente da comunidade Assurini em direção à zona urbana de Altamira. As diversas famílias fazem a travessia em busca de atendimentos médicos, compra de mercadorias e outros. Na seta verde, percebemos uma pequena mercearia que atende os passageiros que atravessam, neste caso, da zona urbana de Altamira para a comunidade rural da Assurini. São restaurantes, bares, lanchonetes que ficam do lado esquerdo e direito do porto e atendem ao público das 6 da manhã, quando sai a primeira balsa, até as 18 horas. A seta laranja é um banheiro público.

FIGURA 49: CARRO DE LINHA CHEGANDO DA COMUNIDADE RURAL ASSURINI NO PORTO

Fonte: Autor, 2016.

A segunda atividade econômica do Porto é a de extração areeira. Há no Porto e em seu entorno dezenas de empresas que fazem extração de areia ali e em outras localidades à margem da orla. Esta atividade econômica fornece significativa parcela ao PIB municipal, porque atende não apenas ao mercado interno de Altamira, mas

também a outros municípios da região da Transamazônica e Xingue e outras regiões do Estado do Pará.

FIGURA 50: BALSAS QUE FAZEM A EXTRAÇÃO DE AREIA NO PORTO.

Fonte: Autor, 2016.

O Porto da Assurini foi um dos portos que menos sofreu transformações na sua forma e conteúdo em função da construção da UHE Belo Monte, como já discutido linhas acima. Entretanto, em Setembro de 2020, inicia-se as alterações na estrutura do Porto, mas sem que houvessem impactos tão significativos para população usuária do Porto.

Porém, estão construindo um Terminal Hidroviário, obra realizada pela empresa Transportes Embarcações, dona da balsa, em parceria com a Prefeitura Municipal de Altamira e a Norte Energia. Essa mudança demoveu alguns pequenos comerciantes que trabalham ao lado direito e esquerdo do Porto, que foram indenizados e serão realocados no novo Terminal, quase concluído, como se vê na Figura 51.

FIGURA 51: NOVO PRÉDIO NO PORTO DA Balsa

Fonte: Autor, 2020.

FIGURA 52: PORTO APÓS A NOVA OBRA

Fonte: Autor, 2020.

A estrutura abrigará o setor administrativo e os funcionários da empresa proprietária da balsa que faz o traslado Altamira-Assurini-Altamira e contará com banheiro público, já construído, e pequenos “boxes” para os antigos vendedores com pequenos estabelecimentos fixos nesse perímetro.

4.3 Porto 6

O Porto 6 é considerado um dos principais na porção da Orla Fluvial da cidade, localizada na Avenida João Pessoa, parte central da Orla. Ali estão presentes relações de uso e troca que reforçam a dinâmica ribeirinha na cidade. Este porto abrigava diversas atividades de uso comercial e residencial, como peixarias, bares, pequenas lojas e casas de palafitas que historicamente foram construídas ao longo do processo de urbanização da cidade.

Dentre os agentes, destacamos os barqueiros, os pilotos de voadeiras, donos de balsas, donos de restaurantes, taxistas, moto-taxistas e, principalmente, os moradores das antigas palafitas que foram removidos pela Norte Energia. Como meio de transporte para diversas atividades, vemos lanchas, balsas, barcos de pequeno, médio e grande porte, canoas de pescadores e atravessadores de produtos, que se moviam no rio como se fossem ruas. Ali chegam pessoas vindas de várias comunidades rurais do município em seus pequenos barcos, voadeiras para alugar; era ponto de entrega de peixe para o comércio local e peixarias, geleiras, balsas de aluguel para turismo no Rio Xingu, dentre outros.

FIGURA 53: VARIADOS TIPOS DE EMBARCAÇÕES

Fonte: Prefeitura Municipal de Altamira, 2011.

Nesse sentido, procuramos entender os Portos enquanto espaços que refletem particularidades quanto à dinâmica urbana de Altamira e que, por meio da sua relação histórica com o rio, apresenta um conjunto de temporalidades e espacialidades fundamentais para entendermos o conteúdo urbano. Este espaço diferencial retém particularidades residuais²⁸ que sobrevivem e se restabelecem com outro sentido, apesar da tentativa de apagamento. Ainda neste espaço, as relações de cooperação entre pescadores, produtores, atravessadores, comerciantes, ribeirinhos são muito comuns, assim como o sistema de trocas de favores ou de produtos, que caracterizam um tipo de prática econômica que pode garantir a subsistência e a permanência das pessoas na cidade (COSTA, 2012, p. 142).

Os Portos retratam bem a relação que se dá entre os moradores da cidade, o rio e os agentes que usufruem o espaço. Além disso, demonstram os aspectos que

28 Entende-se por 'resíduo' de acordo com a interpretação em Lefebvre (1999), a diferença social e/ou espacial que não se deixou homogeneizar. Em uma palavra, é o irredutível. As relações que contém peculiaridades, que trazem em si a diferença, revelam-se notadamente a partir de uma das dimensões que definem a produção do espaço, aquela do vivido, que é representado primordialmente pela espontaneidade, pela 'diferença' e não necessariamente pelo valor de troca.

caracterizam o modo de viver ribeirinho em Altamira. Portanto, nos Portos, podemos entender a cidade e o vivido ribeirinho, cuja vida e a reprodução da vida, para muitos deles, começa nos Portos através das diversas práticas de uso e de troca; da circulação fluvial de menor porte, dos improvisados portos e do amontoado de pequenas embarcações (barcos, canoas, rabetas etc.); da interação entre ribeirinhos das ilhas e os cidadãos; das práticas religiosas e das festas de santo; da construção naval de pequeno porte; do lazer associado ao consumo improdutivo nos banhos de rio das crianças e jovens; e da identificação com o tempo lento da natureza (LIMA, 2017).

Os laços construídos diariamente não puderam ser mensurados nem pela Norte Energia e tampouco pelo mercado capitalista que visa, prioritariamente, os lucros. Em contrapartida, propomo-nos a discutir aqui o lugar da festa, da vida, do gozo, das cervejas, das risadas, espaços que apresentam dinâmicas mais espontâneas e culturalmente enraizadas na vida cotidiana da área central, mas que pouco sintonizavam com as estratégias econômicas pensadas para as intervenções (TRINDADE JÚNIOR, 2013, p. 492).

Antes do início da construção da Hidrelétrica de Belo Monte, da possível formação de um reservatório e da remoção dos sujeitos que viviam na Orla, haviam múltiplas pequenas atividades que marcavam a paisagem do Porto 06. Eram casas de palafitas, bares, geleiras, dentro outros. Esta teia de relação agia de forma interdependente porque os pescadores que moravam na beira eram os mesmos a comprar gelo na geleira ou frequentar os bares após um dia longo de pesca ou de dias no rio Xingu acima, como podemos ver nas Figuras 54 e 55.

FIGURA 54: BAR QUE SERVIA COMO PONTO DE ENCONTRO NO PORTO 06

Fonte: Plano Básico Ambiental, 2011.

FIGURA 55: CASA DE PALAFITA E PEQUENAS EMBARCAÇÕES NO PORTO 06

Fonte: Relatório de Navegação, 2008.

Nesse sentido, ao longo do perímetro da Orla central, havia uma série de casas de palafitas (Figura 56) que foram instaladas mediante um processo de ocupação “irregular” (sob a ótica do poder público municipal) a partir de 1990. A região, portanto, era ocupada por famílias de pescadores e outros trabalhadores que, em maioria, tinham seus vínculos e seu modo de vida conectado aos portos do município, e em especial com o Porto 06. Eram os pescadores que da porta das suas casas viam suas embarcações (pesca ou transporte) ou trabalham em algum bar, por exemplo, sendo funcionário de algum aquário de peixes artesanais.

FIGURA 56: CASAS DE PALAFITAS NO PERÍMETRO NO PORTO 06

Fonte: Plano Básico Ambiental, 2011.

De fato, a condição de suas moradias nem sempre era a mais adequada, do que foram consideradas pelo IBGE como aglomerados subnormais²⁹. É importante sinalizar neste ponto que não coadunamos com a referida definição, muito embora compreendamos a posição geográfica que ocupavam em relação aos usos do espaço e aos diversos serviços do Estado. A título de ilustração, existiam as famílias que mantinham seus filhos em escolas ali próxima, além de hospital, postos de trabalho, supermercados estarem localizados no centro da cidade.

FIGURA 57: PEIXARIA NA ÁREA CENTRAL DA ORLA LOCALIZADO NO PORTO 06

Fonte: Prefeitura Municipal de Altamira, 2012.

Este estabelecimento da figura 57 era muito conhecido no município por ser um lugar de comidas típicas da região saborosas e de ter um vista privilegiada para o Rio

29 Aglomerado Subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação. No Brasil, esses assentamentos irregulares são conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros. Enquanto referência básica para o conhecimento da condição de vida da população brasileira em todos os municípios e nos recortes territoriais intramunicipais – distritos, subdistritos, bairros e localidades –, o Censo Demográfico aprimora a identificação dos aglomerados subnormais. Assim, permite mapear a sua distribuição no País e nas cidades e identificar como se caracterizam os serviços de abastecimento de água, coleta de esgoto, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica nestas áreas, oferecendo à sociedade um quadro nacional atualizado sobre esta parte das cidades que demandam políticas públicas especiais.

Xingu. Por se localizar na parte central da Orla, atendia todos os dias da semana com um intenso fluxo de clientes, especialmente pessoas com um maior poder aquisitivo tendo em vista que as peixarias dessas localidades não tinham preços populares, com pratos saindo em média de US\$ 20,00³⁰ (câmbio médio em 2015), o que equivale a R\$ 80,00.

A partir de 2015-2016, inicia-se, por meio do Plano de Requalificação Urbana realizado pela Norte Energia, as transformações no Porto. Os estabelecimentos e casas em palafitas foram removidos em razão do enchimento do reservatório do lago da UHE, que, em consequência da elevação do nível do rio, seriam alagados permanentemente.

FIGURA 58: INÍCIO DO PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA

Fonte: Autor, 2016.

³⁰ Tomando como base o fechamento do dólar no ano de 2015 em \$3, 99.

FIGURA 59: ANTIGA EMPRESA DE TURISMO NO PORTO 6

Fonte: Autor, 2016.

FIGURA 60: EMPRESA DE EMBARCAÇÕES NO PORTO 06 ANTES DO PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO

Fonte: Prefeitura Municipal de Altamira, 2011.

A Tropicália Turismo localizada no Porto 06 prestava uma série de serviços de transportes aquáticos. A empresa alugava pequenas embarcações com pacotes para áreas rurais do município e praias locais. Nos serviços estavam incluídos os pilotos que possuíam carteira de pilotagem fluvial, com diárias de US\$ 45,00 (câmbio médio em 2015) equivalente a R\$ 180,00 a US\$ 87,50 (câmbio médio em 2015) equivalente a R\$ 350,00 (PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA, 2012).

FIGURA 61: PORTO DEPOIS DO PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO

Fonte: Autor, 2019.

Atualmente, o Porto 06 não possui mais bares, peixaria e casas em palafitas e está sendo utilizado por grandes balsas de turismo e estacionamento de voadeiras que transportavam pessoas para comunidades rurais do município entre segunda e sexta-feira ou banhistas em direção às praias de água doce mais distantes a jusante do Rio Xingu.

Podemos notar também a presença de algumas casas-balsas (Figura 62), que durante o dia servem como pequenos comércio e depósitos de produtos utilizados pelos donos de voadeiras como o gelo, ração, perecíveis ou não perecíveis que são comercializados por pessoas que os levam para a zona rural ao longo do dia. As casas-balsas também são utilizadas como casa de família.

Há ainda os modelos de casas-balsas que não trabalham com produtos para comercialização, mas são de famílias de pescadores ou de pessoas que desenvolvem atividades no Porto 6, como observar na Figura 63.

FIGURA 62: BALSA QUE SERVE COMO PEQUENO COMÉRCIO E CASA

Fonte: Autor, 2020.

FIGURA 63: CASA-BALSA DE FAMÍLIAS DE PESCADORES

Fonte: Autor, 2019.

Faz-se necessário destacar que as casas-balsa não poderiam estabelecer-se ali em função dos dejetos de resíduos domésticos que são despejados no rio Xingu, segundo a legislação municipal, que os caracterizam como prática de crime ambiental. Além disso, a energia elétrica não é regularizada pela Equatorial Pará, que é a concessionária de energia do estado do Pará. As ligações, portanto, são feitas de forma clandestina, conhecidas como o famoso “gato”. Em uma conversa informal, um dos moradores alegava que frequentemente a equipe da empresa Equatorial Pará interrompia o serviço de energia e os multam via CPF. Ele resumia a situação da seguinte forma: restabeleciam a energia de forma clandestina e diziam que isto pouco influenciava suas vidas, justo porque, no momento, era onde poderiam morar frente aos preços dos terrenos para construção de casa e aluguéis no município.

O processo de requalificação urbana objetivava retirar as diversas famílias que moravam em palafitas, os donos de bares e geleiras e as peixarias a fim de torná-lo funcional aos olhos da empresa responsável pela execução do plano. Na prática, o que podemos constatar através de trabalhos de campo foi a resistência dos moradores e ex-moradores do Porto para garantir a reprodução de relações cotidianas e de uma rede que se estabelecia anteriormente à obra.

A orla da área central da cidade de Altamira e, conseqüentemente, do Porto 06 sofreram alterações irreversíveis, a saber, a formação do reservatório onde hoje se encontra o principal atracadouro da cidade. De maneira categórica, as remoções dizem respeito a uma tentativa de higienizar o espaço e eliminar o “diferente”, onde dezenas de estabelecimentos comerciais, casas, bares desapareceram devido as intervenções do Plano de Requalificação Urbana realizada pela empresa Norte Energia. O Estado e a Empresa, apesar de suas diferenças e às vezes de seus conflitos, convergem para a segregação (LEFEBVRE, 2016, p. 99).

É significativa e histórica a dependência que as cidades, vilas e povoados da Amazônia nutrem em relação à rede hidroviária, onde é, em alguns casos, a única via de acesso. No caso específico de Altamira, a orla fluvial do rio Xingu é o lugar onde ocorrem diversas funções urbanas de trocas e relações interpessoais. A orla do rio Xingu é utilizada de diversas maneiras pela população, seja para comércio, recreação e moradia seja para o transporte fluvial. Com o enchimento do reservatório, as condições de atracação e de acesso à frente d’água no Porto 06 foram alteradas

significativamente. Além disso, ao passo que os simbolismos dos sujeitos com o lugar foram desrespeitados, muitos buscaram reconstituir o vivido a partir de experiências construídas anteriormente à obra. São dos conflitos na tentativa da homogeneização do espaço realizado pela empresa e do confronto com os sujeitos que se recusam ceder à lógica do Estado capitalista, que segrega e exclui, que alicerçamos as análises desse estudo.

4.4 Porto dos Carroceiros ou Porto da Geleira

O Porto dos Carroceiros ou Porto da Geleira está situado às margens do Rio Xingu na altura da Rua Fausto Pereira, entre o início da rodovia Ernesto Accioly e a antiga Rua da Peixaria. Este Porto servia principalmente aos pescadores de Altamira que vendiam seu pescado diretamente para os comerciantes instalados na antiga rua da Peixaria³¹. Cada peixeiro trabalhava com um grupo de pescadores que forneciam o pescado da semana que chegava, em geral, às sextas-feiras e aos sábados. As peixarias estavam voltadas para a via paralela ao Porto. Entre as vias e a margem do Rio Xingu, a área estava toda ocupada por residências em palafitas que serviam de habitação aos carroceiros, pescadores e peixeiros.

O Porto da Geleira apresentava forte policentralidade e multifuncionalidade. Eram áreas situadas em torno do Igarapé Ambé (um dos três igarapés que “cortam” a cidade) e evidenciavam conteúdos ativos do lugar. Havia alguns prédios da Igreja Católica, além de supermercados, açougues, farmácias, bares, cabarés, aquários de peixe artesanal que iam para a capital e também para o exterior. Era um lugar bastante vivo em relação à dinâmica dos portos e reprodução da vida cotidiana.

Como já citado anteriormente, com o enchimento do reservatório os residentes foram obrigadas a deixar as antigas casas. Tinham como “opção” receber uma casa em algum reassentamento urbano coletivo ou indenizações pagas pela empresa de acordo com “critérios” criados para avaliar esses imóveis. Faz-se necessário destacar que os agentes que produziram por décadas o espaço do Porto da Geleira eram residentes em palafitas e pequenos comerciantes, ou mesmo pescadores que da

31 Importante rua conhecida pelas diversas peixarias e restaurantes em Altamira.

janela da sua casa viam suas embarcações e seus instrumentos de trabalho. Nesse caso, o rio era sua forma de vida e sobrevivência.

FIGURA 64: ANTIGO PORTO DOS CARROCEIROS NA RUA DA PEIXARIA. LADO DA RUA

Fonte: Norte Energia, 2011.

FIGURA 65: CASAS DE PALAFITAS NO PORTO DOS CARROCEIROS

Fonte: Norte Energia, 2011.

FIGURA 66: REMOÇÕES DE PALAFITAS NO FINAL DO ANO DE 2014/2015

Fonte: Josefa da Silva Lima, 2014.

Todos os anos, no período do inverno amazônico, as famílias que moravam em palafitas no entorno dos igarapés deparavam-se com uma situação: com a cheia do rio em razão das chuvas³², as casas ficavam submersas e centenas de famílias ou migravam para casas de amigos ou familiares ou eram conduzidas para o Parque de Exposições da cidade até que a água do rio baixasse e pudessem retornar às suas casas.

32 Em 2009, por causa de altos índices pluviométricos, o que causou rompimento de barragens localizadas em fazendas do município, cerca de 20 mil pessoas ficaram desabrigadas em Altamira. O número correspondia a mais de 20% da população. Faltou água potável e comida para os desabrigados. O nível do Rio Xingu chegou a subir 7 metros e pelo menos 14 bairros ficaram debaixo d'água. Uma pessoa morreu e mais quatro ficaram desaparecidas. A ponte de concreto que liga Altamira ao município vizinho Vitória do Xingu desabou. Outras quatro pontes estão em estado de alerta. A prefeitura forneceu cestas básicas e caminhões-pipa para abastecer duas caixas d'água colocadas em pontos próximos aos desabrigados. Muitas pessoas estão sendo levadas para abrigos do município, dentre eles, o Parque Municipal de Exposições (GAZETA DO POVO, 15-04-2009).

Nesse Parque de Exposições municipal, centenas de famílias armavam um acampamento com pequenas casas em lona preta durante todo o período do inverno. Lá cozinham, saíam para trabalhar ou levar os filhos na escola.

No final de 2014 e início de 2015, em razão de uma forte chuva naquele ano, a empresa Norte Energia, apoiada pela Prefeitura Municipal de Altamira, iniciou uma série de remoções às pressas no Porto da Geleira e Porto da Prainha, que remanejou, permanentemente, centenas de famílias para os chamados Reassentamentos Urbanos Coletivos criados pela empresa. Cabe salientar que, independentemente da chuva, os moradores já seriam removidos por estarem em áreas que seriam afetadas diretamente pelo alagamento do lago da UHE. Devido à excepcionalidade das chuvas naquele ano, o processo foi acelerado.

A empresa Norte Energia, que se “orgulha” do projeto dos Reassentamentos Urbanos Coletivos, alega que as casas eram de qualidade inquestionável, com arborização nos novos bairros e longe dos lugares alagados que as famílias outrora viviam, sem contar as instalações de postos de saúde e escola. Consta no site da empresa Norte Energia que:

Historicamente, os três igarapés que cortam a cidade de Altamira eram repletos de palafitas – casas simples de madeira, suspensas, que sofriam com as variações do nível do rio Xingu. No período das chuvas e da cheia do rio (o “inverno amazônico”), milhares de famílias eram obrigadas a sair de suas casas em razão do alagamento. Hoje isso não é mais um problema. A construção de cinco novos bairros em Altamira estava prevista no PBA e foi concluída em 2015. Jatobá, São Joaquim, Casa Nova, Laranjeiras e Água Azul abrigam 3,5 mil famílias reassentadas. Ao todo, foram construídas 3,7 mil casas, que possuem uma área de 63 metros quadrados, com três quartos, dois banheiros, uma sala e uma cozinha. As casas possuem piso e telhas de cerâmica, forro de laje e banheiros equipados. Foram também implantadas casas adaptadas para portadores de necessidades especiais, disponibilizadas aos beneficiários, conforme acompanhamento social das famílias identificadas. Os novos bairros contam com infraestrutura completa: saneamento, rede de água potável, energia elétrica, iluminação pública, ruas asfaltadas, calçadas especiais para portadores de deficiência e escolas. Além disso, a Norte Energia equipou com Unidades Básicas de Saúde (UBS) os bairros Jatobá, São Joaquim e Laranjeiras. Um sexto bairro está em construção, chamado Pedral. Destinado a famílias de indígenas citadinos e pescadores, o bairro contará com duas áreas de uso múltiplo para abrigar as sedes das associações indígenas, bem como benfeitorias de uso comunitário, em especial: Centro Tecnológico, Centro Cultural, Barracão de Barcos, Mercado de Peixes e Feira.

É importante salientar que durante o processo de remanejamento para os novos bairros, os novos moradores já começaram a perceber que as promessas sobre os R.U.C.'s quanto às escolas, a qualidade de vida e infraestrutura não era uma realidade prática perceptível, como foi melhor trabalhado no Capítulo 3, seção 3.2. Foram identificados vazamentos nas casas, rachaduras, ausências de escolas, postos de saúde e transporte público, este último aspecto dificultava o acesso ao centro da cidade. Além disso, cabe sinalizar que os aspectos listados eram direitos assegurados pela Norte Energia. Em matéria veiculado no G1, a denúncia diz:

Para a construção do lago de Belo Monte, 500 quilômetros quadrados foram inundados: uma área do tamanho de Curitiba. Com a inundação, cerca de 10 mil famílias tiveram que deixar para sempre suas casas. Já o destino de mais de 4 mil famílias foi outro: 5 conjuntos habitacionais construídos pela empresa responsável por Belo Monte. Apesar de novas, muitas casas já têm problemas. Em uma delas é possível observar várias partes da parede com massa corrida, cobrindo as várias rachaduras. A Norte Energia se comprometeu a arrumar o problema e diz que vai consertar as rachaduras. A técnica de enfermagem Vanderli Oliveira conta que sentiu os efeitos da mudança. Segundo ela, o bairro onde vivia começou a inundar quando o lago da usina começou a encher. A Norte Energia demoliu a casa de três dormitórios onde ela morou a vida toda e pagou R\$ 102 mil de indenização. Mas a técnica diz que o dinheiro não dá para comprar uma casa perto da escola dos filhos e que irá morar de aluguel. "Arrasada. Desestruturada. É como eu me sinto (G1, 30-05-2016).

Ou seja, muitas famílias foram obrigadas a sair de suas moradias contra sua própria vontade mediante duas alternativas: receber ou indenização da empresa e se tornar incapaz de comprar outra residência perto do lugar onde moravam em função da alta imobiliária ou uma casa em algum Reassentamento Urbano Coletivo, distante do lugar onde moravam, da centralidade, dos amigos, dos supermercados, dos laços de vizinha, entre outros.

O MAB em seu site oficial diz:

...O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), em Brasília, determinou a suspensão da licença de instalação da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA). A decisão atende a pedido do Ministério Público Federal (MPF) de 2015, solicitando que a Norte Energia, concessionária da hidrelétrica, fizesse a readequação dos projetos de reassentamentos urbanos coletivos (RUCs) em Altamira. O MPF identificou que as casas destinadas aos atingidos pela barragem eram de má qualidade, já apresentando rachaduras antes mesmo de serem ocupadas, além de distarem mais de 2 km dos locais de origem das famílias atingidas, o que contrariava o próprio Plano Básico Ambiental (PBA) de Belo Monte. Além disso, havia sido prometido aos

atingidos, em peça publicitária da empresa, três tamanhos de casa em alvenaria, porém, na prática só foi construído um modelo de casa e em concreto pré-moldado... (MAB, 14-09-17).

No processo de que trata a remoção e casa dos atingidos, a justiça ordenou a suspensão da licença de instalação da obra, a adequação do projeto destinado as famílias atingidas, a garantia os padrões mínimos definidos em lei e normas técnicas e a readequação para o comprimento desta condicionante. O Tribunal Regional de Brasília, ao sentenciar ação favorável aos atingidos, exigiu que tivessem o direito de acessar condições superiores à aquelas que possuíam antes do empreendimento. Desse modo, nosso objetivo neste ponto da dissertação é evidenciar as contradições decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no espaço urbano, na destruição do espaço vivido e, por fim, na concepção de um espaço geométrico que violou os direitos humanos.

O Porto dos Carroceiros praticamente desapareceu com o projeto de requalificação urbana da empresa Norte Energia. Os diversos sujeitos que produziam estes espaços tiveram que recriar estratégias face a uma nova forma de controle e normatização do espaço, inclusive pelo uso legal e das forças do Estado.

Em entrevista realizada com o Pescador 01, ele diz que:

Era muito bom quando nós ficava aqui sem esse negócio de Norte Energia... Entendeu?... se uma pessoa que faz a pesquisa que nem vocês chegasse... andar em casa de ribeirão... que nem nós mora aí, no alto Xingu aqui pra ver a situação... e na cidade na onde nós fica... falar não, esses ribeirão aí, eles morava em cima de palafita, tinha a casinha deles atrepada, mas eles vivia melhor... Eles chegavam, eles iam certo pra casa deles... *não iam tá doído andando*. E nós chega pra levar as coisas pra onde nós mora, é longe..Eu morava aqui na... rodovia. *Fui pro Jatobá*...

Todos os moradores que viviam na Área Diretamente Afetada (ADA,) do qual o Porto dos Carroceiros fazia parte, foram remanejados para reassentamentos urbanos coletivos ou optaram por receber as indenizações. O fato consumado foi a ruptura de laços construídos no cotidiano. No relato acima, fica evidente o saudosismo acerca do modo de vida anterior à obra e de como o entrevistado não está satisfeito com a dinâmica de sua nova moradia.

A rodovia mencionada pelo entrevistado está localizada no Porto, o que sugere que ele morava a poucos metros do local de trabalho e, por conseguinte, estabelecia

uma rede de relações com os sujeitos do entorno e guardava, possivelmente, os equipamentos com segurança em sua casa após um dia ou dias inteiros de trabalho. Além disso, em relação à segurança do Porto, os objetos de trabalho como voadeira, canoa, motor e outros, já em função da distância da nova casa, não poderiam ser guardados com a mesma frequência.

MAPA 6: DISTÂNCIA ENTRE OS PORTOS E OS R.U.C's.

Fonte: Autor, 2020.

O pescador relata sobre a falta de segurança no Porto:

tem vez que eu saio meia-noite... com meus dois meninozinho e a mulher... de pé... cobre as coisas tudinho aí... falo com o vigia, né? “Vigia, dá pra tu olhar isso pra mim até amanhã?”, ele fala, “rapaz eu não me responsabilizo por nada não...” porque aí tem a câmera, né, aí eles fala assim “não, tu deixa aí, mas eu não me responsabilizo...”. Um ribeirinho, um colega meu, que trabalhou tanto pra comprar um *casquinho* de voadeira... deixou aí, os caras levaram, jogaram o motor dele ali na prainha ‘que era muito pesado... aí puxaram as câmeras, viram só um gol levando, mas diz a placa não viram, do gol... Ele foi pro rumo de Vitória (cidade a 45 Km de Altamira), não sei pra onde eles vão... sei que levou a voadeira dele, e ele ficou aí chorando... Eles põe vigilante aí, ó... pra fazer não sei o quê, passa a noite aí dentro dum carro... podeno ter um porto lá pra nós e ter um vigia pra olhar nossas coisa. Tá vigiando o que aqui?

Acerca desse caso, Confirma Notícia, relata:

O motorista de um veículo furta uma embarcação atracando ela ao seu carro. “O vídeo ai é um vídeo de uma voadeira do rapaz lá do Iriri conhecido da gente que roubaram a voadeira dele. Ele tá desesperado para encontrar essa voadeira gente ajuda aí ele por favor”. A fala é de uma conhecida do proprietário que enviou um áudio pedindo ajuda. A embarcação é muito utilizada por ribeirinhos da região para transporte e trabalho diário feito no rio Xingu, mas desde então Raimundo Ferreira, pescador há 10 anos, está sem poder trabalhar (CONFIRMA NOTÍCIA, 06-08-2020).

Cabe salientar que o vigia citado pelo entrevistado e a câmera de segurança, são de empresas terceirizadas que prestam serviços para a Norte Energia. O sistema de segurança, como relatado acima, não servia para evitar roubos ou furtos das embarcações de pescadores e ribeirinhos no Porto. Ao contrário, era um dispositivo de mapeamento de pessoas e controle de quaisquer ações que “desregulassem” a norma do espaço.

Outra insegurança do Pescador 01 dizia respeito à permanência no espaço em que eles ocupam:

Isso aqui é da Norte Energia, se ela chegar hoje e dizer que vai arrancar... ninguém fala nada. Todo mundo que *chega* aqui tá sabendo... Isso aqui não é da pra prefeitura, é da Norte Energia. Ela chega aqui, vai mete a máquina aí... cabou-se. Eles dão o prazo de tirar tuas coisa de dentro... “Ó, nós vamo

precisar da área, não pode ficar mais aqui... não adianta teimar não... o tratorção passa.

A lógica do “tempo é dinheiro” para as empresas capitalistas é um bom exemplo do processo que desaguou na construção da UHE Belo Monte. Casas, comércio, ruas e bairros desapareceram do dia para noite. Diversos tratores trabalharam para dar lugar a espaços vazios e abandonados que vemos hoje. Atualmente, nenhum sujeito que vive nas áreas de controle da empresa Norte Energia sente-se seguro juridicamente. Com a legitimação de “área de interesse público”, “área da União”, a Norte Energia fez e pode fazer o que bem entender para alcançar seus objetivos e eliminar seus obstáculos.

Perguntado o que poderia mudar na atual estrutura do Porto, o pescador diz:

Isso aqui é... que ficou muito pequeno. Eu acho muito... pouco espaço. Tem hora que tem tanto barco aí que não sabe nem onde é que vai encostar. Um quebra a palheta do outro... Um dia desses mesmo teve uma confusão comigo aí... eu fui sair *com minha* voadeira e *encostou* na palheta do outro, quebrou... “não, tu vai ter que pagar minha palheta é agora”, aí eu fiquei assim, sem dinheiro, falei “marrapaz, num quebrei porque eu quis não... e hoje é domingo, num tem nada aberto”... “não, é quarenta conto minha palheta”, aí minha sogra foi, pegou o dinheiro e deu pra ele. Quando eu fui ver era quinze conto a palheta que ele me cobrou quarenta. Aqui foi muito bom esse porto, mas aqui sempre eu falei pros pescador, só que... *muita gente* não acredita só um falano.

A nova estrutura do Porto não é capaz de atender às demandas dos usuários. Mesmo com o fluxo reduzido, os poucos pequenos comerciantes vão aparecendo, um pescador vai chamando o outro. O Porto dos Carroceiros pulsava: havia pequenos comércio, feiras, peixarias, aquário de peixes artesanais, geleiras, que faziam contato com a Rodovia Ernesto Acioly e com o rio Xingu antes da construção da obra. Para além disso, não existia um limite regulamentado a respeito do tamanho ou limite físico do Porto, que abrigava centenas de voadeiras e embarcações de todos os tipos com lugar para todos, sem conflitos por uso do espaço.

FIGURA 67: EMBARCAÇÕES AMONTADAS

Fonte: Autor, 2020.

FIGURA 68: PORTO DOS CARROCEIROS

Fonte: Autor, 2020.

Perguntado de como se lembra dessa área, o pescador 01 relembra:

Eu lembro como hoje, ó...Pode descrever... mas *eu dou uma dica... o senhor poder* fazer um mapa, agora. Aqui mermo, onde tá essas casas aqui, ó, tinha um... ficava um estúdio véi que era... da Record antiga... tem um bucado de tempo aí, ó... aí bem ali era as casa do pessoal... os carroceiros ficava tudo aqui, ó, no becozin. Tinha casa, mas só do lado de lá...Tinha... tinha um becozin aqui. Não, tinha uma ruazinha... era só uma rua. Aí prali seria bar... tinha o bar da minha tia, tinha um supermercado grande, uma Casas Bahia... aí até lá no sinal era... de casinha... Morador, pescador... e prali. Ali onde *umas casa hoje em dia...era o posto do ripanço.*

Independente de onde ficavam a localização exata das casas, comércios e bares, o que podemos perceber é a memória afetiva do pescador com o lugar. Hoje em dia, nada mais disso existe. Dito de outro modo: trata-se de um pescador que conhecia seu vizinho, o agente de saúde que passava no bairro, a costureira da vizinhança ou um outro amigo ou amiga que pudesse olhar seus filhos enquanto estivessem ocupados com alguma questão de trabalho.

FIGURA 69: VENDEDORES DE GELO ENTREGANDO MERCADORIA PARA PESCADORES

Fonte:Autor, 2020.

Eram pescadores, ribeirinhos, vendedores de gelo (Figura 69), pequenos comerciantes (Figura 70) que foram ao longo dos últimos anos reconstruindo seu novo espaço no porto já qualificado. Pelo projeto original, não deveriam sequer se alojarem em pequenos comércios improvisados ou trailers para venda de comida. Como já pontuamos, o objetivo da política era realmente a higienização do espaço. Devagarzinho, um começou a colocar um isopor com venda de gelo, outro uma barraca de madeira com venda de salgados e variedades; já outro apareceu com um trailer para venda de comidas ou vendendo salgados e sucos e foram construindo, dentro do que não foi pensado e implementado pela Norte Energia, suas próprias atividades econômicas para a garantia do direito à reprodução da vida.

FIGURA 70: PEQUENA MERCEARIA DE UMA COMERCIANTE

Fonte: Autor, 2020.

A comerciante 01 conta um pouco da sua trajetória em relação a mobilidade do mercado de trabalho até chegar atualmente no Porto do Pepino e diz:

A gente logo assim que abriu o pessoal foi chegado e se acomodou. Uns faziam uma barraca, outros traziam um contêiner... e acho que *aí* como está

até hoje... Só que na verdade isso aqui não é meu, eu pago aluguel. Isso aqui faz parte dos contêne aqui, que é deles aí... que eu já cheguei já... por último, né, não tinha mais... espaço.

O processo de ocupação no Porto depois de qualificado decorreu da própria necessidade dos usuários em reestabelecer seus vínculos e suas atividades econômicas. Os que chegaram primeiro foram ocupando a área pequena do Porto para determinado fim. No caso da comerciante 01, ela alugou um contêiner de propriedade de algum pescador ou pequeno comerciante para que pudesse abrir um restaurante, mas que enfrenta dificuldade para realizar sua atividade e melhor receber seus clientes por falta de estrutura mínima, pois

Tinha que ter um banheiro pra essas pessoas, é muita gente aqui. Pois é, aqui é a prioridade... teve uma pesquisa que eles tavam fazendo aqui de outra vez... eles perguntaram o que que seria bom pra mim no momento... pra mim não, pra nós. Aí eu... sugeri banheiro público, mas até agora... nenhuma resposta. Aqui também é poeira demais, a gente... nós é que tem um poço artesiano aqui, a gente joga água, mas não dá conta... quando é Deus que manda a chuva, rapidinho molha, mas quando é a gente não é a mesma coisa.

Corroborando com o pescador 01, a comerciante reclama da falta de banheiro público, justo porque o único existente é de responsabilidade de um comerciante que o mantém trancado e entrega a chave apenas para pessoas próximas (Figura 71). Esse espaço, por ser visto como uma subversão a ordem quanto à negação de ocupação, não recebe a atenção estrutural devida por parte da Norte Energia. A Prefeitura, por outro lado, diz não se responsabilizar pois alega que judicialmente a área é de responsabilidade da empresa. Ademais, a rua ou estrada que conecta a margem do Porto à rodovia principal é de estrada de chão, o que faz com que grande quantidade de poeira atrapalhe a todos os usuários.

FIGURA 71: BANHEIRO UTILIZADO PELOS USUÁRIOS DO PORTO

Fonte: Autor, 2020.

FIGURA 72: ESTRADA DE CHÃO QUE LIGA A MARGEM DO PORTO A RODOVIA ERNESTO ACIOLY

Fonte: Autor, 2020.

Apesar das dificuldades, a comerciante 01 relata felicidade em estar em um estabelecimento que é seu. Mesmo pagando aluguel, ela relata:

fazer o ditado do outro “aqui eu trabalho por minha conta”, né? No dia que eu que eu quero vir, eu venho, no dia que... na hora que eu ir embora, eu vou, e agente trabalhar pros outros não é assim... e aqui quem faz os meus horários sou eu mesmo, né? É diferente de quê trabalhar pros outros... Nesse termo, pensando dessa forma, foi bom, mas se a gente for pensar em modo assim... de outra forma, tipo... negócio de emprego, isso aqui pra gente ganhar... muito mais difícil...

A comerciante 01, quando se casou com um ribeirinho de Altamira, residia em outro município. Após o casório, mudou-se para a cidade com o objetivo de trabalhar no Porto junto com o marido, alugar um contêiner e trabalhar com uma minimercadoria, atendendo os usuários do Porto e seu entorno. Perguntada acerca de como ela vê a situação atual de Altamira, ela diz:

De primeiro eu saia com duzentos reais pro supermercado, você fazia a feira do mês dependendo da quantia de gente que tinha dentro de casa. Eu mesmo cansei de fazer... Hoje em dia... você vai com quinhentos... mil... você não souber o que tá comprando, você não traz nada. Então... pensando dessa forma nada melhorou, ficou foi pior... Acabou com tudo. A gente que ficou pior, né... ficou com a parte pior.

A comerciante 01 relembra aspectos anteriores à obra quanto aos preços e a vida na cidade. Com a construção da UHE Belo Monte que causou uma elevadíssima especulação imobiliária, a cidade, no auge da obra, viu os preços dos aluguéis de casa, produtos de supermercados, alimentação, compra e venda de terrenos dispararem e quaisquer outros tipos de bens ou prestação de serviços tiveram seus valores elevados acima de qualquer lógica numérica nacional. Além disso, para os moradores da cidade de Altamira, era nítido que a UHE Belo Monte concentrou as vantagens de sua construção na mão de poucos e socializou os impactos negativos com os demais, que, apesar dos desafios atuais, procuram persistir e se ajudar no Porto.

FIGURA 73: ESTABELECIMENTOS NO PORTO DOS CARROCEIROS

Fonte: Autor, 2020.

De acordo com Costa (2012), neste processo, o valor monetário é relativizado, uma vez que os bens passam a ser avaliados pelo valor de uso e não pelo de troca, fazendo com que prevaleçam princípios baseados em relações interpessoais. Dessa forma, quem dita as regras não são apenas os valores econômicos, mas também os critérios sociais, as normas morais, o ritual e o simbólico. É uma rede de relações que o dinheiro não pode absorver. Hoje em dia, eles lutam através de pequenas atividades para poder sobreviver, como a venda gelo e peixe ou se instalam em trailers a fim de mercadejar variedades de produtos que atendam os usuários do Porto. Obviamente, os conflitos pela falta de espaço na nova estrutura do Porto são evidentes. O pescador 01 que diz:

É por causa que é muito pequeno... É pequeno isso aí... tem horas, eles aí sabe, ó, que entrega gelo, o menino aí sabe, tem hora que dá trabalho pra ele chegar numa canoa... uma por cima da outra. Aí... se o cara botar um barco dele no lado dele e tiver ao meno triscano no dele lá, ele vai bater boca... sai da onde tá pra bater boca com o cara...

A partir do relato, percebemos que no Porto do Pepino o tamanho atual e falta de infraestrutura era responsabilidade da Norte Energia ou da Prefeitura Municipal de Altamira. Ele relata que precisariam de um espaço, estilo um galpão, para guardarem seus pertences, uma vez que, em função da distância da casa para o local de trabalho, não era possível fazer o traslado diário dos motores das suas embarcações, mercadorias das mercearias ou madeiras que serviam para a venda e outros. Segundo ele, como já foram “indenizados” com casa em algum Reassentamento Urbano Coletivo ou dinheiro, a empresa eximia-se de qualquer encargo ou obrigações para com os atingidos.

No caso do Porto dos Carroceiros, as obras que deveriam ser feitas pelo poder público são realizadas pelos usuários: a construção de um banheiro, jogar água na rua de chão para diminuir a poeira, uso de água do poço que mandaram cavar coletivamente, uso de energia e outros. Foi importante perceber em campo que os agentes construíram uma rede de resistência que não foi destruída pelo Estado capitalista. No cotidiano, os sujeitos ajudam uns aos outros e solidificam uma rede de relações incapaz de ser monotonizada, o que pode ser visto neste relato:

A gente faz uma amizade muito grande, né? Pescador, carroceiro... chega se ajuda... chega na carroça vem buscar o barco, tem um barco alagado, cê vai lá e ajuda *jogar a água* do barco dele... pesado *não sei dá conta* o outro vai lá e ajuda. Um ajudando o outro né? Aí *aquele ali* não tem gelo, esse aqui tem “rapaz não tem gelo aí não? Pô, o povo se entende, agora a Norte Energia que bagunçou com o povo. Deixou todo mundo doido.

O pescador 01 está, inclusive, em processo judicial contra a Norte Energia para ganhar ou um outro estabelecimento rural que foi atingido pelo reservatório ou indenização em dinheiro. Relata que neste ano, em razão do reservatório da UHE e pelas fortes chuvas do inverno, perdeu boa parte da plantação. A Norte Energia foi lá, fez a filmagem, colocou os drones para analisar a área e nunca mais apareceu para dar resposta.

Os impactos na plantação afetaram diretamente a renda mensal do pescador, que atualmente, em função das dificuldades em pescar e encontrar outros serviços, trabalha com a venda de carvão produzido no seu estabelecimento rural, o que é

proibido sem a devida licença ambiental pelo IBAMA. Porém, sem muitas opções de sustentar a família, teme implicações legais e diz:

Se o IBAMA me prender... eu não vou falar nada pra eles não... vou falar "dotô... cê tá me prendendo, né... por causa desse carvão? Só que eu vou pegar minha família e vou morar lá na... sua casa". Por que eu to fazendo isso aqui da minha roça, é pra mim sobreviver... já que o senhor tá me prendendo eu vou... pra sua casa com minha família... e o senhor vai me segurar preso.

Todos esses impactos na vida das pessoas e em suas rendas são demonstrativos de como uma obra da envergadura de uma UHE pode alterar o modo de vida dos sujeitos. O peixe está mais difícil de encontrar, a casa está mais longe para morar, o trabalho está difícil de encontrar, o leque de oportunidades de emprego e renda não são dos melhores. Apesar do menor fluxo de pessoas no Porto, os pequenos comerciantes, fazedores de frete, carroceiros e pescadores ainda encontram, neste espaço, uma oportunidade real e diária de reprodução da vida. Apesar dos conflitos atuais em razão da falta de espaço, da falta de banheiro, de um lugar sem poeira, da falta de segurança com suas embarcações e mercadorias, o pescador 01 finaliza:

Aqui a gente chega aqui, já sente o vento... é uma alegria pra nós, né. Quando nós começa aqui, é cedo, é seis hora... seis hora da manhã nós... o cliente já liga pra gente e a gente já vem... esse é o dia a dia nosso... vai e vem... é o dia todinho assim...

O ritmo de vida da sociedade capitalista impõe-se intensamente através da racionalização da vida, num processo de requalificação de espaços da cidade. Apesar disso, em suas formas de articulação com a dimensão ribeirinha, os sujeitos ainda procuram viver e se reproduzir nesses fragmentos do urbano. O processo que aconteceu e ainda acontece em Altamira, a partir da produção do espaço, ao mesmo tempo que revela modificações significativas em termos econômicos, sociais, políticos e espaciais atreladas diretamente às contradições da vida social, resguarda as permanências de um tempo mais lento, por meio do qual os sujeitos encontram múltiplas estratégias de sobrevivência nos Portos e em coletividade.

Percebemos que as mudanças, aqui analisadas, coexistem no espaço com um modo de vida que tem o rio como referência e se apresenta, principalmente, através da permanência de usos já estabelecidos, que podem ser entendidos até mesmo como resistência às mudanças mais recentes. Ou ainda, conforme propôs Lefèbvre (2001), como resíduo, ou seja, espaços que não se deixam capturar ou aprisionar em modelos. Assim, nesta realidade, ao passo que as relações dos sujeitos com os Portos e rio sofrem transformações, elas também resistem através de usos presentes no cotidiano.

4.5 Porto da Prainha

O Porto da Prainha está situado à margem do rio Xingu junto a Rua da Peixaria, em uma área particular. Atualmente, o espaço é utilizado pela Associação dos Areeiros de Altamira, que faz a estocagem e movimentação das cargas de areia e cascalho extraídas por seus associados no rio Xingu. Ao lado desta área existe um galpão de empresa especializada na comercialização de peixes ornamentais capturados no rio Xingu, em que um importante grupo de fornecedores de peixes são pescadores e residem na região da Volta Grande.

Considerando a navegação para a montante, além das diversas localidades em que há deslocamentos constantes para Altamira e tendo em vista a atuação do Porto do Pepino, destaca-se a atividade pesqueira. A navegação ao longo do Xingu é também o meio fundamental de transporte utilizado por comunidades situadas ao longo dos tributários do rio Xingu, como os moradores da Resex, do Iriri, Resex, do Riozinho e do Anfrízio, populações ribeirinhas tradicionais para as quais o rio é o principal meio de deslocamento.

Da mesma forma, é o transporte fluvial em barcos próprios ou contratados que garante a prestação de serviços básicos pela FUNAI, SESAI e Secretarias de Educação para as Terras Indígenas que se localizam a montante de Altamira: Koatinemo, Arara, Kararaô, Cachoeira Seca, Arawete e Apyterewa.

FIGURA 74: PORTO DA PRAINHA

Fonte: Norte Energia, 2011.

Para além de atividades econômicas funcionais, toda a região do Porto era composta por famílias de pescadores, feirantes, vendedores de gelo, taxistas, carroceiros e outros. É no entorno do Porto que vivia a família Silva-Lima.

Em 2008, a família Silva Lima³³ mudou para a área na Rodovia Ernesto Acioly nas proximidades do Porto da Prainha para sair do aluguel e construiu sua casa própria. O seu núcleo familiar incluía pai e mãe e 6 filhos que moravam na mesma casa. Influenciados pela notícia de instalação da futura UHE Belo Monte no município, a família resolveu trabalhar com uma feira na frente de casa já no ano de 2008. Em 2010, foi decretada a Licença de Instalação de UHE Belo Monte, o que influenciou no aumento de pessoas no município e, conseqüentemente, em novos clientes para a família.

Eles trabalhavam com diversos produtos, a saber, banana, melancia, hortaliças, frutas, legumes e outros, que recebiam direto de pequenos agricultores. A família não

³³ Todas as informações foram obtidas em conversas de telefone e uso do aplicativo WhatsApp com uma das integrantes da família.

morava em palafitas, apesar de residir em uma área diretamente afetada pela obra que tinha contato com a estrada e com o rio.

Aproveitando do “boom” anterior à instalação da obra e já no seu curso, a família, em um excelente mês, movimentava cerca de R\$ 30.000 e em um pior mês cerca de R\$ 20.000. A casa e seu estabelecimento estava um local estratégico e, por se tratar de uma família simpática de feirante conhecida na região e entorno, o negócio prosperou.

Aparentemente essa paz e tranquilidade começaria a mudar a partir de 2013, com as informações de que a família e todo o seu entorno, estava na área diretamente afetada pela UHE Belo Monte. Assim, todos seriam removidos de suas casas e estabelecimentos. O processo já se inicia em 2013 e se acentua em 2014. No caso da família Silva Lima, esta teria a opção de escolher a indenização em dinheiro ou uma casa no Reassentamento Urbano Coletivo, o que a família escolheu a indenização em dinheiro.

Ao visualizar seus vizinhos sendo removidos a partir de 2013 e 2014, a família Silva-Lima começou a se preocupar com o próprio futuro. É importante destacar que a Norte Energia, através das indenizações, pagava o valor do imóvel construído a partir de um caderno de preços estabelecido em 2011, antes do “boom” da obra e da especulação imobiliária (MIRANDA NETO, 2016, p.244). Não importaria, nesse sentido, que a família comprovasse que tinha um ganho mensal que girava em torno de R\$ 30.000. Tal dado, que certamente impactaria a vida familiar, não era levado em consideração justo porque aumentaria o valor da indenização que a empresa deveria pagar. Cabe ressaltar que estamos tratando de um processo que foi executado para deixar o já atingido pela obra mais pobre e isto viola os direitos humanos. O aluguel social dado pela empresa no valor de 1.000 reais por 12 meses não considerava o ganho mensal das famílias que eram feirantes, microempreendedoras, pescadores, pequenos comerciantes, taxistas e que tinham um ganho médio de 3 a 3,5 salários mínimos³⁴.

A família Silva-Lima, certa de que não obteria indenização suficiente para permanecer no local ou no entorno, repensou suas estratégias para a reprodução da vida.

34 Tomando como base o salário mínimo no ano de 2014 no valor de R\$ 724,00 (DIEESE, 2020).

Após pesquisas de valores de terreno na cidade de Altamira e de se deparar com valores acima da média e sem dinheiro suficiente da indenização para arcá-los, a família então resolve mudar para uma área rural, no município vizinho, chamado de Vitória do Xingu, por proporcionar terrenos e lotes rurais mais baratos em relação ao solo urbano de Altamira em razão da alta especulação imobiliária.

FIGURA 75: DESMONTE DA CASA DA FAMÍLIA SILVA-LIMA

Fonte: Josefa da Silva Lima, 2014.

Sem ter muita alternativa, a família Silva-Lima foi removida da sua casa. Nessa Figura 75 em questão, toda a família estava envolvida no desmonte da casa, porque as madeiras seriam reaproveitadas no novo espaço. Em conversa com uma das integrantes da família, ela relata que o processo foi bastante doloroso, posto que se tratava da primeira casa própria que a família tinha adquirido. Mesmo de madeira, foi com muito suor que conseguiram obter essa conquista, diz uma filha.³⁵

Todas as famílias classificadas como atingidas pela obra não tiveram, de fato, opção de escolha. Permanecer não era uma questão. As questões que, de fato,

³⁵ Entrevistas realizadas em setembro e outubro de 2020.

atravessavam a saída eram as seguintes: o que recebiam pela não-escolha de mudança e quais os reais impactos econômicos e sociais que teriam em razão da mudança. Cabe outra vez sinalizar que estamos abordando dinâmicas locais que nos remeterem há mais de 20 anos; relações estabelecidas entre os moradores da região e do entorno; indenizações baixíssimas que não puderam proporcionar a aos atingidos uma realocação próxima a seus antigos bairros ou a reprodução de suas atividades econômicas. Este processo indenizatório foi marcado, sobretudo, por injustiças, violação de direitos, mas também de lutas a partir das agências dos atingidos.

FIGURA 76: FAIXA PROTESTO DA FAMÍLIA SILVA-LIMA

Fonte: Josefa de Silva Lima, 2014.

O período foi marcado por manifestação de pescadores, moradores das áreas atingidas, comerciantes, taxistas, barqueiros, indígenas que demonstram que as violações de direitos não se deram de forma pacífica. Os sujeitos organizaram-se, lutaram para permanecer em seus espaços antigos ou receber uma indenização digna, ou mesmo obter uma certa celeridade na entrega de casas nos R.U.C's.

A família Silva-Lima morava na Rodovia Ernesto Acioly, que não é área central do município, mas apresentava uma forte identidade dos moradores locais, por concentrar pequenos comércios, feiras, supermercados, geleiras, venda de pescados,

verduras, legumes, aquários de peixes artesanais e outros. Com a remoção, a família não sabia como seria seu futuro com relação a obtenção de renda.

A família juntou as indenizações³⁶ pagas pela Norte Energia para comprar uma chácara na zona rural do município de Vitória do Xingu, vizinho de Altamira, para tentar sobreviver após a remoção causada pela UHE Belo Monte. Essa mudança é marcada, em especial, pela distância da atual moradia em relação a antiga casa e práticas que giravam em torno do Porto da Prainha, no município de Altamira (Mapa 6).

36 No processo de remoção dos atingidos, a empresa disponibilizava duas opções de indenizações: 1) casa em algum reassentamento urbano coletivo ou 2) indenização em dinheiro. A estratégia da empresa para enfraquecer a organização coletiva, era analisar caso a caso de cada família. Ou seja, nem toda família teria os mesmos direitos. Eles averiguavam a situação fundiária do terreno, número de integrantes, e outras variáveis. A família Silva Lima, em 2014, já ouvindo as notícias da má qualidade das casas dos R.U.C's, e em função do tamanho da família, resolveu receber indenização em dinheiro e ser protagonista do seu próprio destino.

MAPA 7: ANTIGA E NOVA MORADIA DA FAMÍLIA SILVA-LIMA

Fonte: Autor, 2020.

O processo inclui uma série de questões complexas. Após a mudança para a comunidade rural, a família buscou manter sua atividade em relação à feira. Com a distância da nova casa no município de Vitória do Xingu e seu estabelecimento alugado para trabalhar no município de Altamira, a família Silva-Lima procurou por duas vezes continuar com as vendas em um local no entorno da antiga residência. Ali, o aluguel, no valor de R\$ 1.000, impossibilitou a família de continuar com a atividade, posto que alguém da família precisaria dormir no ponto que já tinha sofrido duas tentativas de assalto. Em razão da distância entre o local de moradia e o de trabalho, a família precisaria ser dividida em quem venderia no novo estabelecimento ou dormiria no local ou ajudaria nas coisas domésticas ou iria atrás dos fornecedores.

Um outro impacto na dinâmica após a mudança da família para a comunidade rural em 2014 ocorreu em razão de que duas filhas da família estudavam em cursos de nível superior na UFPA, Campus de Altamira, área central da cidade. Com a

mudança, a família precisou repensar sua dinâmica interna para atender à dinâmica do horário de saída de casa para chegar na Universidade. Fez-se necessário comprar um transporte para este fim já que não há transporte coletivo naquela área, o que impactou significativamente a renda da família quanto a manutenção do veículo. Além disso, o trajeto era muito perigoso, porque a comunidade rural ficava localizada às margens de uma BR. Durante o dia era muito movimentada e à noite era escura. No ano de 2016, uma das integrantes da família sofreu um acidente quando um carro atingiu a sua moto, o que a levou para o hospital.

Mudando a estratégia de sobrevivência, a família investiu no lugar onde mora atualmente: colocaram uma pequena mercearia e bar, na frente do terreno familiar, tendo em vista os possíveis novos clientes a serem atraídos neste novo bairro. A família, então, mudou de ramo e de modo de vida, o que significa que deixaram de trabalhar como recebedores e vendedores de mercadoria de pequenos agricultores na feira em frente a sua casa, e começaram a produzir seus próprios produtos no quintal de casa, como hortaliças, venda de mudas de plantas, criação e venda de porco, galinha, ovos, entre outras produções.

Em comparação aos ganhos obtidos pela família antes da obra, hoje os números são espantosos. As vendas da família movimentavam cerca de R\$ 1.000 por dia e cerca de R\$ 30.000 reais ao mês. Atualmente, não chegam a R\$ 5.000 ao mês. O bar atual da família é recente e é tratado como mais uma estratégia para novos clientes na comunidade que vivem.

A família Silva-Lima é um dos exemplos entre as milhares de famílias que foram removidas e atingidas pela construção da UHE Belo Monte. Com as remoções, houve mudança de vida, de atividades econômicas, de cidade. Para muitas famílias, o horizonte próximo era de desespero e medo do desconhecido. Atualmente, a família Silva-Lima vem reerguendo-se após esse período nebuloso através da luta coletiva pelo seu direito de existir enquanto sujeitos e família e apesar das injustiças cometidas no processo indenizatório. Para essas famílias, sofrimento e lamentação não era uma opção.

5 PENSANDO AS CONTRADIÇÕES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

A cidade de Altamira, escolhida aqui como referência empírica, configura-se enquanto um espaço recebeu a grande obra UHE Belo Monte, que representa a síntese da produção do espaço pelo grande capital. Sabemos mais recentemente que a implementação do canteiro de obras da empresa canadense Belo Sun extraíra ouro em Volta Grande do Xingu, no município de Senador José Porfírio que compõe a região da Transamazônica e Xingu.

A construção da UHE em Belo Monte privilegiou, em grande parte, a inserção de formas mais modernas e a intensificação dos fluxos de capitais mais dinâmicos, bem como por negar características próprias da produção do espaço urbano presente nos Portos e na Orla fluvial de Altamira, como a sua interação multidimensional (econômica em diversas escalas, funcional e simbólico e cultural) com o Rio Xingu e com aspectos do modo de vida ribeirinho.

Uma negação que gera conflitos de territorialidade, ora barulhentos ora silenciosos, associados à transformação dos principais espaços de contato imediato que os sujeitos tinham em maior fluxo antes da construção da obra, a partir das suas atividades econômicas com o rio, que era o referencial de vida de grande parte da população que ainda trabalha nos Portos e moram “pelas redondezas”, ou o mais próximo possível. Ou seja: é do “novo” (moderno e capitalista) que se tenta excluir o “velho” (a dimensão ribeirinha existente).

Ao analisar o espaço socialmente produzido dos Portos e Orla do município de Altamira que passou por transformações em razão do Plano de Requalificação Urbana, é possível perceber como a cidade vem sendo inserida, desigual e conflituosamente, no contexto de acumulação de capital nacional e internacional em função da construção da UHE de Belo Monte, principalmente por meio da assimilação de modelos de políticas urbanas nas cidades que são locais de grandes obras.

É neste momento que ganha força e se difundem modelos de cidade que dão ênfase à ideia de “reabilitar”, “requalificar” e “revitalizar” os espaços em face de uma crise de desvalorização de áreas inteiras que precisam ser potencializadas economicamente com vistas a serem devolvidas e/ou oferecidas ao mercado ou em funções

de grandes projetos, a exemplo da UHE Belo Monte, que alterou as forma-conteúdo do urbano.

É em face deste contexto que destacamos Altamira, que, inicialmente, foi utilizada por agentes/grupos de comerciantes, seringueiros, agricultores, pescadores, barqueiros etc., pelos benefícios que oferecia no âmbito da ocupação na região do Xingu, como a circulação de mercadorias (mormente caucho e castanha), de pessoas e como possibilidade de obtenção de recursos (a água e o peixe). Por conta disso, a cidade de Altamira consolidou/edificou, ao longo do tempo, uma morfologia material e social (LEFEBVRE, 2006) muito característica ao tempo lento dos ciclos da floresta e dos rios, e que, apesar de passar por mudanças a partir das políticas nacionais para a Amazônia a partir de 1960, ainda permaneciam.

As seções anteriores deste trabalho mostraram como o processo de requalificação urbana que ocorre nos Portos e Orla central de Altamira está associado ao discurso que tem por base a necessidade de colocar a cidade no seu papel atual de “moderna”, principalmente através das ações do Estado e da empresa Norte Energia, que visava a exportação de energia sob a lógica do capital internacional, o que significou atender às tendências atuais do padrão de acumulação levando-se em consideração a distribuição de energia para o centro-sul do país.

Os governos municipais, mesmo antes da UHE Belo Monte, negavam a ligação multidimensional (econômica em diversas escalas, funcional e simbólico e cultural) de Altamira com rios e com o modo de vida ribeirinho, mas não impediam a formação de espaços de sociabilidade, solidariedade, vizinhança, coletividade e identidade de sujeitos socialmente próximos. E é justamente sobre esses espaços que buscamos discutir neste trabalho.

Uma nova dinâmica intervém direta e indiretamente na produção do espaço dos Portos e Orla central onde os seus planos e dimensões desencontradas da consciência e da prática manifestam-se por meio das dimensões do percebido (práticas espaciais), do concebido (representações do espaço) e do vivido (espaços de representação) (LEFEBVRE, 2008); elementos cuja relação é complexa e deve ser analisada dialeticamente, porque ajudam a pensar a realidade e, até mesmo, outras possibilidades de viver o urbano e compreender a especificidade e a espacialidade ribeirinha em Altamira.

Nesse contexto, os “novos lugares” produzidos pela empresa Norte Energia e pela Prefeitura Municipal de Altamira alteraram as formas-conteúdos dos Portos e Orla, o que pode ter acentuado as segregações socioespaciais. Trata-se de um processo que é repetido em série tendo por base modelos entendidos como “bem-sucedidos”, de “planejamento”, “organização do espaço” na Europa no fim do século XX, que se reproduz em Buenos Aires, em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Belém. O objetivo sempre foi o mesmo: o de construir, remodelar ou criar novos espaços que servissem à lógica estritamente econômica.

É nesse momento de ascensão e de dominação do espaço abstrato³⁷ em relação ao espaço diferencial³⁸, por meio do Plano de Requalificação Urbana no município de Altamira, que se instaura a contradição entre o consumo produtivo (de toda sorte de mais valia) do espaço e uma forma de apropriação do espaço (o prazer, o gozo, a obra). Isto é, agentes pertencentes à coletividade e a outras dinâmicas, tempos e ritmos sociais que não têm como maior referencial de vida a produção de mais valia; usuários para os quais o espaço é vivido, e não apenas reconhecido pelo olhar (percebido) ou representado (concebido) (LEFEBVRE, 2006).

Acentua-se, então, os conflitos entre a dimensão do vivido, que é o espaço da representação, que se vive e se fala, das necessidades reais, do núcleo ou centro afetivo, dos lugares da paixão e da ação, das situações sentidas (vivenciadas), do simbólico, da arte e do lado clandestino e subterrâneo da vida social, com a dimensão do percebido (base prática de percepção do mundo exterior, da coesão, do que está posto e é identificável, do visível) e a dimensão do concebido (aquela que está ligada às relações de produção dominante, aos seus conhecimentos, aos seus signos, aos seus códigos, aos seus cientistas, aos seus planejadores, aos “doutores do espaço”,

37 O espaço abstrato é aquele produzido pelo e para o capitalismo. É o espaço dominante, dos centros de riqueza e de poder que, ao estar ligado aos grandes grupos econômicos através da troca (de bens e de mercadorias, de palavras, escritas e faladas), implica o consenso social. Funciona “objetivamente” como um conjunto de coisas (signos, com suas relações formais). Formal e quantificado, nega as diferenças, as que provêm da natureza e do tempo (histórico), assim como as oriundas do corpo, idades, sexo, etnias (LEFEBVRE, 1974).

38 Espaço da reunião na diferença, da não negação da alteridade, da liberdade, do prazer. Ele reúne os elementos dispersados e separados pelo espaço abstrato e pelas ideologias que os justificam. Assim, compreende como indissociáveis: o micro e o macro, o cotidiano e o urbano, o interior e o exterior, o trabalho e o não trabalho (o consumo improdutivo, o prazer, a festa), o durável e o efêmero etc. (LEFEBVRE, 1974).

aos seus urbanistas, aos seus tecnocratas, aos seus retalhadores e agenciadores da realidade social etc.) (LEFEBVRE, 2006).

É com base na tríade Lefebvrina que podemos neste capítulo evidenciar as contradições, por meio da identificação mais pontual dos diversos espaços de vivência e de identidade ribeirinha (SILVA; MALHEIRO, 2005) de Altamira, em que a dimensão do vivido, ligada aos rios e suas atividades econômicas e sociais, não desaparece em face da ascensão do percebido e do concebido, mas sim se mantém e se transforma por meio da formação de espaços de resistência e de disseminação/difusão desses conteúdos sociais ribeirinhos.

FIGURA 77: AFLUENTE IGARAPÉ ALTAMIRA DESAGUANDO NO RIO XINGU

Fonte: Autor, 2020.

Tais espaços de vivências em Altamira são permeados por objetos-símbolos ribeirinhos, assim como por uma diversidade de práticas sociais cotidianamente desenvolvidas e que estão ligadas a uma temporalidade lenta, fortemente marcada pela dinâmica do rio às relações mais orgânicas e horizontais se realizam frequentemente (LIMA; NUNES, 2011). Assim, a sua morfologia material e social urbana, que confirma a existência de um grande movimento da cidade aos rios e dos rios à cidade, é marcada tanto pela presença portos, trapiches, bares, restaurantes, barcos, balsas,

rampas e caminhos que dão acesso aos cursos fluviais, quanto pelo desenvolvimento de sociabilidades, permeadas por laços de parentesco e amizade e compadrio.

Nesse espaço de resíduo ribeirinho e de resistência ao processo de modernização empreendedora que se desenvolve em parte da cidade, as necessidades do dia-a-dia desenham, muitas vezes, diversas relações de vivência e de sobrevivência urbana da população das águas, em suas várias dimensões funcionais, lúdicas e simbólico-culturais (LIMA; NUNES, 2011); relações estas que acabam por subverter e por transcender o princípio hegemônico da acumulação e da mercadoria (MELO, 2013).

Assim, os espaços de identidade e de vivência ribeirinha de Altamira são formados por agentes/grupos sociais que (co)existem na diferença e na desigualdade com os demais agentes/grupos sociais que regulam o espaço, como a empresa Norte Energia e a Prefeitura Municipal de Altamira, os comerciantes locais e regionais, as grandes empresas, os turistas, movimentos sociais e outros.

Agentes/grupos que também fazem parte da cidade, justo porque ajudam a construí-la material e simbolicamente desde a sua origem. Eles sonham, buscam a felicidade, trabalham, estudam, criam os seus filhos em meio às dificuldades, riem, dançam, pescam, constroem seus barcos, canoas e rabetas, reinventam linguagens, tradições, e, com isso, aprendem e ensinam muita coisa a todos que por ali passam. Por intermédio deles ocorre, então, uma intensa inclusão, exclusão e difusão de conteúdos sociais da orla fluvial. Por conta disso, esses espaços não podem ser entendidos como pontos cartesianos, isolados, não contemporâneos, estáticos e cristalizados, mas sim como locais que espelham, de forma mais representativa, elementos da dimensão ribeirinha e urbana existente ao longo de toda a orla fluvial da cidade de Altamira.

Com efeito, considerar a dimensão ribeirinha existente nos Portos e Orla no cotidiano de Altamira, um espaço extremamente modificado pela construção da UHE Belo Monte, está relacionado com o reconhecimento das diferentes temporalidades e espacialidades que definem os seus ritmos, a sua alteridade e a sua diferença no contexto urbano amazônico.

FIGURA 78: CONTRASTE DAS PEQUENAS EMBARCAÇÕES EM RELAÇÃO AO “NOVO”

Fonte: Autor, 2020.

Faz-se necessário, reconhecer as especificidades do urbano e seu alcance na luta pelo direito à cidade em Altamira, um direito que se manifesta como a forma superior dos direitos, sendo condição para a realização de todos os outros. É o direito à liberdade, à repetição, à criação, à individualização na socialização. É o direito ao habitar, é o direito à cidade enquanto obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (o que seria bem distinto do direito à propriedade). Portanto, é o que possibilitaria o exercício da cidadania plena e igual aos seus agentes/grupos constituintes, assim como o atendimento de suas demandas (LEFEBVRE, 2006).

Por outro lado, entendemos também que o direito à cidade, como possibilidade histórica, não pode ser pensado, exclusivamente, com base na dimensão ribeirinha, até porque diversos outros agentes/grupos territorializam-se neste espaço. No entanto, destacamos que o reconhecimento da existência do modo de vida ligado aos rios pode apontar possibilidades outras de viver o urbano na região, pela contestação da mercantilização dos espaços públicos e padronizações espaciais.

FIGURA 79: MERCEARIA, RESTAURANTE E BAR NO PORTO

Fonte: Autor, 2020.

Nesse contexto, é importante destacar que no processo de mudanças socioespaciais nos Portos e Orlas, a dimensão ribeirinha que resiste ao processo de “modernização” foi e ainda é sufocada/suprimida por essa lógica mercadológica e homogeneizante. Isso confirma a importância do reconhecimento das diferenças e do direito à cidade como estratégia e possibilidade de viver o urbano (multiplicidades de trajetórias, ritmos e tempos, desencontrados e desiguais) na Amazônia. Assim, torna-se uma condição para a reprodução desses agentes/grupos no espaço.

Por conta disso, torna-se necessário o desenvolvimento de estratégias mais organizadas e a articulação de lutas pelo reconhecimento e pela afirmação do direito à cidade daqueles que têm nos rios, na floresta e na orla e nos portos um referencial de vida, de sentimentos e de emoções.

É com base neste contexto que destacamos que os conflitos na sociedade capitalista revelam-se como contradições do processo de produção do espaço, o que se percebe nas lutas de movimentos sociais mais ou menos organizados e que colocam em xeque o planejamento estratégico (VAINER, 2002; SÁNCHEZ, 2003) da cidade por meio do questionamento, consciente ou não, da orientação das políticas espaciais dirigidas pelo processo de valorização do capital em detrimento da realização da vida,

da luta dos povos indígenas, dos atingidos por barragens, dos ribeirinhos, dos pescadores, quilombolas, estudantes.

Assim, é dentro de uma multiplicidade de relações historicamente produzidas, reproduzidas e possíveis de apropriação e de dominação, que o modo de vida ribeirinho apresenta-se de forma residual e como resistência às propostas de planificação dos espaços, ou tentativa de higienização de uma política de requalificação urbana alheia às histórias e simbolismos do lugar.

O direito à diferença designa o que pode resultar de atos e de ações práticas, de lutas efetivas: as diferenças concretas. Ele não pode ser conquistado sem grande dificuldade, posto que vai de encontro ao que está posto e é dominante. É um direito que só vale por seu conteúdo, por aquilo que lhe dá sentido e lhe preenche de vida (de forma ampla e múltipla); inversamente, tem-se o direito de propriedade, que vale mais por sua forma lógica e jurídica, que é o princípio do código das relações no modo de produção capitalista (LEFEBVRE, 2006).

É nessa perspectiva que destacamos a existência e a permanência do modo de vida residual consolidados nos Portos e na Orla, apresentando a formação de espaços de identidade e de vivência ribeirinha na cidade de Altamira (Quadro 2 e Quadro 3).

QUADRO 1 – ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS RIBEIRINHAS NA ORLA CENTRAL

Identificação do espaço	Principais elementos identificadores da paisagem	Usos e funções
Bares e Restaurantes	Intenso fluxo de pessoas; parte nobre da cidade; altos preços	Uso comercial e turismo
Concha Acústica	Intenso fluxo de pessoas e mercadorias; bares, restaurantes e lanchonetes praticamente todos de madeira com baixos preços nos produtos; embarque e desembarque de pessoas no trecho Altamira-Assurini-Altamira (comunidade rural do município); pequenas embarcações que levam e trazem pessoas para as praias aos fins de semana; forte atividade comercial de extração de areia.	Uso comercial sendo local de atividades culturais de caráter municipal e regional.

Prédios Institucionais	Casa do Índio; Escola La Salle (vinculada à Igreja Católica);	Uso comercial; porto principal, pois nele se atracam as maiores embarcações, inclusive aquelas que ligam Cametá a Carapajó; ponto de encontro; uso doméstico da água do rio;
Hotéis	Pequenos empreendimentos e hotéis de luxo	Comercial.
Praia	Praia artificial criada pela empresa Norte Energia como parte do Plano de Requalificação Urbana em razão da construção da Hidrelétrica de Belo Monte	Uso doméstico
Complexo da Igreja Católica	Praça do Matias, Escola de Ensino Fundamental e Médio Maria de Matias, Praça Pio XV, Igreja Catedral.	Uso formal e informal.

Fonte: elaborado pelo autor baseado

São espaços que difundem o modo de vida residual ribeirinho e que acabam por subverter e/ou transcender o princípio hegemônico da acumulação e da mercadoria e que não desaparece com a construção da UHE de Belo Monte, pois o seu maior referencial de organização e produção social não é a acumulação e sim a sobrevivência individual e familiar, bem como a possibilidade de continuidade do movimento cotidiano em direção as comunidades rurais, as praias, a ida e vinda de pescadores, as balsas de turismo no Rio Xingu, a pesca, a contemplação das praias, dentre outros.

Quadro 2 – Espaços de vivências ribeirinhas nos Portos

Identificação do espaço	Principais elementos identificadores da paisagem	Usos e funções
Porto do Pepino	Intenso fluxo de pessoas e mercadorias que chegam em voadeiras indo e vindo para comunidades rurais; local de embarque e desembarque de peixe e gelo;	Uso comercial formal e informal ligadas ao circuito inferior da economia e uso

	concentrações de pequenas embarcações; balsas flutuantes que servem de casa e passeios turísticos pelo Rio Xingu; carrinhos de mão, carroças, bicicletas, motos;	doméstico; turismo e lazer; uso doméstico da água do rio;
Porto da Balsa	Intenso fluxo de pessoas e mercadorias; bares, restaurantes e lanchonetes praticamente todos de madeira com baixos preços nos produtos; embarque e desembarque de pessoas no trecho Altamira-Assurini-Altamira (comunidade rural do município); pequenas embarcações que levam e trazem pessoas para as praias aos fins de semana; forte atividade comercial de extração de areia.	Uso comercial formal e informal ligadas ao circuito inferior da economia e uso doméstico; turismo e lazer; uso doméstico da água do rio;
Porto 6	Intenso fluxo de pessoas e mercadorias; bares, restaurantes e lanchonetes todos em alvenaria por se tratar de uma área nobre da cidade; trabalhadores autônomos; compradores da cidade e do interior; presença de grandes embarcações para turismo no rio; lanchas de luxo;	Uso comercial; porto principal, pois nele se atracam as maiores embarcações, inclusive aquelas que ligam Cametá a Carapajó; ponto de encontro; uso doméstico da água do rio;
Porto da FUNAI	Local de concentração das pequenas embarcações dos indígenas que chegam das aldeias	Uso doméstico da água do rio;
Porto da Geleira	Intenso fluxo de pessoas e mercadorias que chegam em voadeiras indo e vindo para comunidades rurais; local de embarque e desembarque de peixe e gelo; aquários de peixes artesanais; concentrações de pequenas embarcações; balsas flutuantes que servem de casa e passeios turísticos pelo Rio Xingu; carrinhos de mão, carroças, bicicletas, motos;	Comercialização de produtos diversos; lazer; abastecimento de óleo; embarque e desembarque de pessoas e mercadorias; importante ponto de encontro; uso comercial e uso residencial.
Porto da Prainha	Extração de areia	Uso comercial formal e informal ligadas ao circuito inferior da economia; uso doméstico da água do rio;

Fonte: elaborado pelo autor

Essa perspectiva de cidade e de urbano como a reunião de usos, de dinâmicas e de formas de apropriação do espaço sugere-nos que o modo de vida e a territorialidade ribeirinha, que existe e persiste na diferença e na desigualdade nos Portos e Orla de Altamira, é importante para a compreensão de como se desenvolve a produção e a reprodução da vida nesses espaços, e, por conta disso, compreendê-lo como parte da história da cidade.

As transformações contidas no Plano de Requalificação Urbana realizadas pela Norte Energia alteraram as formas e os conteúdos dos Portos em Altamira. Esta política estatal com a construção da Hidrelétrica de Belo Monte reforça o papel do Estado que subordina os espaços vividos à lógica da reprodução do capital, transformando-o em mercadoria, revalorizando-o e, inclusive, empurrando os antigos moradores e microempresários para outras áreas do município, principalmente as periferias. Está sobressaindo, como diria Carlos (1999, p.72), “a predominância da troca sobre os modos de uso”, que busca refuncionalizar os Portos e a Orla.

Os Portos podem ser pensados como espaço de uso coletivo, de interlocução e interação com o mundo de vida ribeirinho. Tal dinâmica está expressa e inscrita em uma série de relações que se estabelece com o rio e com a cidade, por meio de formas de apropriação e uso, que produzem os espaços e conforma lógicas e imagens que constituem diversas paisagens (SILVA, 2008). São relações para a reprodução da vida social pautada no valor de uso, mas também em aspectos econômicos. Às relações comerciais soma-se uma série de laços de amizades, considerações e/ou parentesco. A vida cotidiana que se estabelece nesses Portos são modos contínuos que guardam nos seus interiores singularidades e particularidades tecidas por dinâmicas e práticas culturais que estão expressas em meio e modos de vida. Nesse contínuo, interpenetram-se e distanciam-se.

Analisar o espaço socialmente produzido dos Portos e da Orla central, que vem sofrendo alterações nas suas formas e conteúdos, em função do Plano de Requalificação Urbana, torna-se central para perceber que o município de Altamira, de forma desigual e combinada, está inserido em uma lógica global com a implantação da UHE de Belo Monte.

Esse processo que acontece no município, vem produzindo outro espaço urbano, não aquele mais tradicional ligado ao processo de produção do espaço da

Igreja até de 1960. Também não é mais aquele das políticas territoriais de integração do período militar; hoje está atrelado ao processo de acumulação do capital nacional e internacional moderno, que evidencia as diversas fases do urbano que é “...o acúmulo de vários conteúdos e períodos históricos...” proposto por Lefebvre (1999).

É nessa atualidade que ganha força as diversas transformações no espaço regido pelo Plano de Requalificação Urbana, com o objetivo de valorizá-lo onde outrora havia palafitas, portos, comércios, bares, cabarés, aquários, hotéis, peixarias, ruas e bairros. É a cidade pensada de forma técnica com suas especializações que se torna a grande política norteadora do Estado, sobretudo das ações da empresa Norte Energia que era responsável pela construção da obra.

Destarte, os agentes primeiros na dinâmica da produção dos Portos e a Orla, a saber: a Igreja Católica, pequenas elites locais, pequenos comerciantes, pescadores, vendedores de gelo, ambulantes, turistas, taxistas, moto-taxistas, carroceiros, etc, consolidaram formas e conteúdos, relacionadas ao valor de uso, elevando ao primeiro nível o espaço vivido, lugar da simultaneidade, das pequenas trocas, da relação com o rio, da obtenção do peixe para subsistência e pequeno comércio local, que vem colidindo com os espaços concebidos.

Por outro lado, concebendo outro espaço, a cidade de Altamira, tomada como experiência prática e social nesta pesquisa, configura-se como lugar de intensos fluxos de capital nacional e internacional, a exemplo da mais recentemente autorização do IBAMA para que a empresa canadense Belo Sun pudesse explorar toneladas de ouro na Volta Grande do Xingu, onde seus impactos certamente “respingarão” em Altamira.

Nesse sentido, fatores para uma nova reestruturação produtiva da cidade vão surgindo, fazendo com que esses espaços tradicionais tornem-se cada vez mais alinhados à lógica da homogeneização que cria uma paisagem mundial, seja na consolidação de grandes parques na Orla, seja na construção de atracadouros e *píers* modernos nos antigos portos para o mercado regional e nacional.

Essas iniciativas que buscam “adequar” esses novos espaços, com diversas parcerias regionais e nacionais alinhadas ao Estado, desenvolvem intervenções de modo a ampliar o lucro dos agentes envolvidos, seja no lazer e turismo, seja na própria geração de energia com a implantação da obra. Os movimentos do Estado e dos

empreendedores privilegiam relações modernas nos Portos e Orla, negando, por um lado, formas e conteúdos próprios da produção do espaço urbano por esses agentes (indígenas, ribeirinhos, pescadores) e, por outro, suas ligações com os simbolismos e a cultura, na constituição da reprodução da vida por décadas. Nada mais é do que as contradições entre o espaço concebido, percebido e vivido, que ainda será desenvolvido de forma mais qualificada em pesquisas posteriores.

Enquanto virtualidade, os desvendamentos do processo de produção do espaço em Altamira abre para a possibilidade de se construir outro processo de luta pela centralidade, de reconhecimento dos direitos, de negação imposta pela lógica da construção da obra, potencializada na resistência com que os sujeitos atingidos imprimiram e persistiram na constituição de uma vida cotidiana coletiva que não pode ser reduzida à lógica mercadológica. Esses modos de vida e formas de viver e a apropriação do espaço são formas de produção social, que evidenciam um modo de vida residual e pode ter a potência de minimizar o roubo dos seus tempos e de seus espaços.

Na Amazônia e no espaço da Transamazônica e Xingu, as resistências sempre estiveram em foco desde: o período da abertura da BR-230; na luta, principalmente, dos indígenas para barrar a construção da Hidrelétrica de Belo Monte (denominada anteriormente de Kararaô); na luta, em 1985, denominada Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica, reivindicada principalmente pela Igreja Católica, sindicatos rurais e professores; e, mais recentemente, na luta contra Belo Monte, realizada principalmente pelo Movimento Xingu Vivo Para Sempre e Movimento dos Atingidos por Barragens. Movimentos que realizaram ações de caráter local, mas algumas com visibilidade internacional, reafirmam seus atos políticos contra a ideia de um modelo hegemônico do espaço.

Concluo relatando um fato que presenciei e que me marcou bastante. No ano de 2014, ainda graduando em Geografia na Universidade Federal do Pará – Campus de Altamira, estava presente em um bar e deparei-me com um pescador conhecido, cabisbaixo e possivelmente embriagado, chorando dizendo que a Presidenta Dilma³⁹

39 Reconhecemos os avanços que o Brasil presenciou nos governos Lula e Dilma na geração de renda, redução de desigualdade e pobreza, elevados investimentos em ciência, saúde e educação, mas não

não sabia o que estavam fazendo com o Rio Xingu, com os pescadores, com os ribeirinhos. Disse ainda que votou nela na eleição de 2014, e que gostaria de mandar-lhe um CD gravado por alguém, que cantasse sobre as maravilhas do Rio Xingu, para que todos os impactos sobre o rio, a pesca e seus modos de vida fossem paralisados. É na luta pelo direito à diferença, pelo direito à centralidade, que podemos colocar o urbano em outro nível. Na defesa de um projeto de desenvolvimento nacional, que não seja erguido às custas dos amazônidas em favorecimento das indústrias do centro-sul brasileiro. É na crítica ao nosso atual modelo energético que se autointitula “limpo e sustentável”, que precisamos olhar para um novo horizonte. Esses movimentos podem expressar a reconstrução de um novo processo social e uma outra sociedade, com um projeto político por parte do Estado, que respeite e valorize as diferenças se possível.

podemos deixar de fazer a crítica sobre a forma que os atingidos pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte, foram tratados pelo Estado brasileiro.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Glória da Anunciação. O papel do patrimônio nas políticas de revalorização do espaço urbano. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/226.htm>

_____. Processos de requalificação das áreas centrais das cidades de Belém, Marabá e São Paulo. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 20, n. 2, p. 364-375, mês. 2016. ISSN 2179-0892.

_____. **O uso do centro da cidade de São Paulo e sua a possibilidade de apropriação**. São Paulo: FFLCH, 2010.

_____. Transformações e Resistências nos centros urbanos. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org). **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

ARANHA, Iranilda da Costa. BARROS, Flávio Bezerra. **Aspectos socioambientais do Igarapé Altamira: uma reflexão a partir dos princípios da Educação Ambiental**. Nº 10. Programa de Pós-graduação em Agricultura Amazônica –MAFDS. Universidade Federal do Pará.

BECKER, Berta K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BORGES, Luciana Riça Mourão. **Políticas territoriais e o setor elétrico no brasil: análise dos efeitos da construção de hidrelétricas na amazônia pelo programa de aceleração do crescimento no período de 2007 a 2014**. Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

BORGES, Reinaldo Sebastião. SILVA, Vicente de Paulo da. **USINAS HIDRELÉTRICAS NO BRASIL: a relação de afetividades dos atingidos com os lugares inundados pelos reservatórios**. CAMINHOS DE GEOGRAFIA - revista on line. v. 12, n. 40 dez/2011 p. 222 – 231.

CARDOSO, A. C.D. **O espaço alternativo: vida e forma urbana nas baixadas de Belém**. Belém: EDUFPA, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Constexto, 2001. 21 p.

_____. **A cidade**. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2015.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1993.

_____. "A periodização da rede urbana na Amazônia". **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COSTA, Tatiane de Cássia da. **A relação cidade e rio na Amazônia: mudanças e permanências frente ao processo de urbanização recente, o exemplo de Santarém (PA)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

DIAS, E. A. **Faces ribeirinhas de Mocajuba: paisagem e imaginário geográfico amazônico**. In: TRINDADE JUNIOR., S. C.; TAVARES, M. G. C. (Org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008. p. 73-92.

ENERGIA, Norte. **Plano de requalificação urbana**. 2011.

FEARSIDE, Philip M. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras**. Manaus: Editora do INPA, 2015.

_____. Impactos das hidrelétricas na Amazônia e a tomada de decisão. **Novos Cadernos NAEA**. v. 22, n. 3, p. 69-96, set-dez 2019, ISSN 1516-6481 / 2179-7536.

FLEURY, L. C; ALMEIDA, Jalcione. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo v. XVI, n. 4 n p. 141-158, out.-dez. 2013.

FREITAS, T. M. de. FERREIRA, C. L. **A produção do espaço urbano: formação de território e governança urbana, o caso da quadra 50 da cidade Gama – DF**. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, IPEA, 2011.

FENZL, N. et al. A Evolução do Setor Energético e o Desenvolvimento Sócio-econômico nos Estados da Amazônia. In COELHO, M.C.N. et al. (org), **Estado e Políticas Públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais**. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 2000. pp. 245-286.

GARCIA, M. F; LIMONAD, Ester. **Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional Algumas considerações sobre o Projeto do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira**. IV Encontro Nacional da Anppas, 2008.

GAZETA DO POVO. **Enchente desabriga 20 mil pessoas no Pará**, 2009. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/enchente-desabriga-20-mil-pessoas-no-para-bj4vbkkj6yxsl4b1lzjh79fta/> Acesso em: 24 de out. de 2020.

HARVEY, D. 1993. **A condição pós-moderna - uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**, 3ª edição. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

ISA. **Atlas dos impactos da UHE Belo Monte sobre a pesca** / organização Ana De Francesco e Cristiane Carneiro. -- São Paulo: Instituto Socioambiental, 2015.

LEFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5ªed. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

_____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La Production de l'espace*. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão início – fev. 2006.

LE MOS, C. F. **Energia na Amazônia: caminho para o desenvolvimento ou aprofundamento da exclusão**. II Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS. Anais do Encontro, maio de 2004.

LIMA, M.M. **A Ribeira e a Orla.: espacialidades e territorialidades urbanas ribeirinhas em uma cidade amazônica em transformação**. 2013. 256 f. Dissertação (mestrado em geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

LOPES, Felipe Mário. Reabilitação Urbana em Lisboa. In: **Sociedade e Território, Afrontamentos**, n. 14-15, Porto, 1999, p.73-78.

LIBERATO, Rita de Cássia. Cidade e exclusão: **O lugar de moradia dos excluídos. O caso de BELO HORIZONTE**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2007.

LIMA, Michel Melo de. **A ribeira e a Orla: espacialidades e territorialidades urbanas ribeirinhas em uma cidade amazônica em transformação**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2013.

LIMA, M.M. **A produção do espaço e a apropriação de comuns urbanos amazônicos: mercadificação, conflitos e resistências na orla fluvial da cidade de Marabá-Pa**. In: XII Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2017, Porto Alegre. Anais do XII ENANPEGE. Dourados: Editora Da Universidade Federal de Grande Dourados, 2017. v. 01. p. 160-171.

MALHEIRO, B. C. P.; SILVA, M. A. P. **Faces ribeirinhas da orla fluvial de Belém: espaços de (sobre)vivência na diferença**. In: TRINDADE JUNIOR, S. C.; SILVA, M. A. P. Belém: a cidade e o rio na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2005.

MARICATO, E. **Para Entender a Crise Urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MIRANDA NETO, José Queiroz de. **Reassentamento da população urbana diretamente afetada pelo empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte em Altamira-PA.** Revista Nacional de Gerenciamentos de Cidades, v. 02, n. 13, 2014, pp. 43-57

_____. **Os nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana : o papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência** / José Queiroz de Miranda Neto. - Presidente Prudente: [s.n], 2016.

MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE. TRF1 ordena adequação das casas destinadas aos atingidos por usina de Belo Monte, em Altamira. Disponível em: <https://xinguvivo.org.br/2017/09/14/trf1-ordena-adequacao-das-casas-destinadas-aos-atingidos-por-usina-de-belo-monte-em-altamira-pa/>. Acesso em 22 de set. de 2020.

MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE. Casas para despejados de Belo Monte são feitas em um dia, 2015. Disponível em: < <https://xinguvivo.org.br/2014/01/20/casas-para-despejados-de-belo-monte-sao-feitas-em-um-dia/> > . Acesso em: 23 de set. de 2020.

MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE. Moradores de Altamira protestam e pedem indenizações por Belo Monte., 2015. Disponível em: < <https://xinguvivo.org.br/2015/01/06/moradores-de-altamira-protestam-e-pedem-indenizacoes-por-belo-monte/> > . Acesso em: 23 de set. de 2020.

ROCHA, G. M.; GOMES, C. B. **A construção da usina hidrelétrica e as transformações espaciais na região de Tucuruí. Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local.** Belém: Paka-Tatu, 2002.

ROSENDAHL, Zeny. História, Teoria e Método em Geografia da religião. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, n. 31, p.24-39, jan./jun. de 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 17ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2008.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

TECHNUM. 2010. **Relatório do Plano Diretor: Vol. II.** In Processo de revisão do Plano Diretor do município de Altamira. Altamira, Technum.

TRINDADE JUNIOR., S. C. Imagens e representações da cidade ribeirinha na Amazônia: uma leitura a partir de suas orlas fluviais. **Revista Humanitas**, Belém, v. 18, n. 2, p. 135-148, jun. 2002.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. C.; SILVA, M. A. P.; AMARAL, M. D. B. **Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas da Amazônia.** In: TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa (orgs). **Cidades Ribeirinhas da Amazônia: mudanças e permanências.** Belém: EDUFPA, 2008.

_____.Cidades na floresta: os grandes objetos como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista IEB**, mar/set, p.113-137, 2010.

_____. Cidades médias na Amazônia oriental: das novas centralidades à fragmentação do território.**Anais do XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR**, maio 2011, Rio de Janeiro – RJ.

_____.Patrimônios, vivências e representações do espaço em políticas de requalificação urbana na Amazônia. **Espaço & Geografia**, Vol.16, No 2 (2013), 483:513.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair. TRINDADE, Gisiane. **A ver navios, barcos e canoas...vivências urbanas e relação cidade-rio na Amazônia Ribeirinha**. Geografia Ensino e Pesquisa, v.16, n. 1, jan/abr.2012. 42 p.

UMBUZEIRO. A. U. B; UMBUZEIRO, U. M. U. **Altamira e sua história**. 4ed. Belém, Ponto Press, 2012.STEINEN, 1942.

VAINER, Carlos et al. Grandes intervenções nas metrópoles brasileiras: Um Contraponto entre os Projetos Ver-o-Peso e Estação das Docas em Belém do Pará. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL - ANPUR, 11., 2005, Salvador. **Anais...** . Rio de Janeiro: Anpur, 2005.

VASCONCELLOS, Lélia Mendes de; MELLO, Maria Cristina Fernandes de. **Terminologias em busca de uma identidade**. Revista Rua, Salvador, ano 4, v. 1, n. 8, p. 60-6, jul./dez. 2003.

VILLAÇA, Eduardo; GUERRA, Isabel, **Os actores sociais e a degradação do parque habitacional em Lisboa**. In Revista Sociologia-Problemas e Práticas, Publicação Europa-América, n.15, Portugal, 1994, p. 79-98.

ZHOURI, A; Oliveira, R. “Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas.” **Ambiente & Sociedade**. Campinas v. X, n. 2, jul.-dez. 2007.

7 ANEXOS

Foto: Voadeiras localizadas no Porto 06

Foto: Viagem a Lazer de Altamira à Localidade rural

Fonte: Norte Energia, 2011.

FORMULÁRIO ENTREVISTAS

Roteiro base das entrevistas realizadas em Altamira durante a pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da USP

PESQUISA DE MESTRADO – REQUALIFICAÇÃO URBANA EM ALTAMIRA-PA: MUDANÇAS EMPREENDIDAS NOS PORTOS E ORLA CENTRAL A PARTIR DA INCORPORAÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE

ROTEIRO – Morador, trabalhador no-do Porto

- 1) Identificação do entrevistado:
 - a) Qual o seu nome completo?
 - b) Qual a sua idade?
 - c) Qual a sua profissão?
 - d) Onde você mora atualmente?
 - e) Há quanto tempo você mora ou trabalha neste lugar?
- 2) Antes de morar aqui, quais os outros lugares onde você morou ou trabalhou?
- 3) O que significa morar ou trabalhar no Porto-Orla para você?
- 4) Como era a sua vida antes da Hidrelétrica de Belo Monte?
- 5) Como era esse Porto antes da Hidrelétrica de Belo Monte?
- 6) Mudou para pior o ou melhor? Fale um pouco sobre.
- 7) Afetou a sua renda, o local onde o senhor ou a senhora mora ou morava?
- 8) Quais são as maiores dificuldades para trabalhar ou morar no Porto hoje?

- 9) Quais são as maiores alegrias de trabalhar ou morar no Porto hoje?
- 10) O que você acha que deveria mudar aqui?
- 11) Qual a importância que os rios e os Portos tinham no passado para o seu trabalho e a sua vida?
- 12) Como é a sua vida hoje?
- 13) Qual a importância que os rios e os Portos possuem atualmente para o seu trabalho e a sua vida?
- 14) Existe algum problema de convivência ou algum tipo de conflito entre você e o poder público, empresas ou qualquer outro tipo de pessoas/grupos que estão no Porto? Quais? Por que acontecem?
- 15) As ações do poder público (prefeitura, governo do Estado, Norte Energia) tem valorizado a importância dos rios e dos Portos para a cidade? Por quê?
- 16) O que poderia ser feito pelo poder público para melhorar a vida aqui nos Portos-Orla?

Serviço Público Federal
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

LICENÇA PRÉVIA Nº 342 /2010

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, designado pela Portaria nº 383, publicada no Diário Oficial da União de 03 de junho de 2008, no uso das atribuições que lhe confere o art. 22 do Anexo I do Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no D.O.U de 27 de abril de 2007, e o art. 8º do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/MMA nº 230, de 14 de maio de 2002, republicada no D.O.U de 21 de junho de 2002; **RESOLVE:**

Expedir a presente Licença Prévia à:

EMPRESA: Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobrás
CNPJ: 00.001.180/0002-07
ENDEREÇO: Av. Presidente Vargas, 409, 13º andar, Centro
CEP: 20.071-003 **CIDADE:** Rio de Janeiro **UF:** RJ
TELEFONE: (21) 2514-6425 **FAX:** (21) 2514-5903
PROCESSO IBAMA/MMA: Nº 02001.001848/2006-75

Relativa ao empreendimento denominado Aproveitamento Hidroelétrico Belo Monte, usina hidrelétrica com capacidade instalada de 11.233,1 MW, com dois reservatórios que somam área total de 516 km², com seu eixo no rio Xingu, a cerca de 40 km a jusante da cidade de Altamira-PA, localizado na área denominada Volta Grande do Xingu, entre os paralelos 3°40'S e os meridianos 51°30' e 52°30'W, abrangendo os municípios de Vitória do Xingu, Altamira e Brasil Novo, no estado do Pará. Compreende um barramento principal no rio Xingu (denominado Sítio Pimental), de onde as vazões são derivadas por canais até a Casa de Força Principal (3°07'35"S, 51°46'30"W), no Sítio Belo Monte, formando um trecho de cerca de 100 km de extensão no rio Xingu a ser submetido a uma vazão residual, e Casa de Força Complementar (3°26'15"S, 51°56'50"W), localizada junto à barragem principal.

Esta Licença Prévia é válida pelo período de 2 (dois) anos e está condicionada ao cumprimento das condicionantes constantes no verso deste documento, que deverão ser atendidas dentro dos respectivos prazos estabelecidos, e dos demais anexos constantes do processo que, embora não transcritos, são partes integrantes deste documento

Brasília/DF 01 FEV 2010

ROBERTO MESSIAS FRANCO
Presidente do IBAMA

CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LICENÇA PRÉVIA Nº 342/2010

1 - CONDIÇÕES GERAIS:

1.1 A concessão desta Licença Prévia deverá ser publicada conforme o disposto no Art. 10, § 1º, da Lei nº 6.938/81 e na Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA nº 006/86, sendo que as cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao IBAMA.

1.2 Quaisquer alterações nas especificações do empreendimento deverão ser precedidas de anuência do IBAMA.

1.3 O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença, quando ocorrer:

- a) violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- b) omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;
- c) superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

1.4 A renovação desta licença deverá ser requerida no prazo de até 60 (sessenta) dias antes de expirada a sua vigência.

1.5 Esta licença não autoriza a instalação do empreendimento.

1.6 Perante o IBAMA a Eletrobrás é a única responsável pelo atendimento das condicionantes postuladas nesta licença.

2 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS:

2.1 O Hidrograma de Consenso deverá ser testado após a conclusão da instalação da plena capacidade de geração da casa de força principal. Os testes deverão ocorrer durante seis anos associados a um robusto plano de monitoramento, sendo que a identificação de importantes impactos na qualidade de água, ictiofauna, vegetação aluvial, quelônios, pesca, navegação e modos de vida da população da Volta Grande, poderão suscitar alterações nas vazões estabelecidas e consequente retificação na licença de operação. Entre o início da operação e a geração com plena capacidade deverá ser mantido no TVR, minimamente, o Hidrograma B proposto no EIA. Para o período de testes devem ser propostos programas de mitigação e compensação.

2.2 Apoiar o funcionamento de Grupo de Trabalho interministerial e interinstitucional, enviando esforços para sua criação, visando acompanhar o licenciamento e efetuar vistorias periódicas no empreendimento, adotando as medidas indicadas pelo Grupo e aprovadas pelo IBAMA, sem prejuízo das sanções e penalidades previstas na legislação ambiental, até que sejam sanadas as irregularidades, ressalvados os efeitos produzidos durante a vigência da licença.

2.3 Propor e implantar Programa de apoio às ações de comando e controle visando a proteção e recuperação de áreas ambientalmente degradadas na bacia dos rios Xingu – Iriri, adotando medidas de recuperação que venham a ser indicadas no Programa como necessárias para a garantia de qualidade e quantidade de água.

6

CONTINUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LICENÇA PRÉVIA Nº 342/2010

2.4 Contemplar, no âmbito do Projeto Básico Ambiental - PBA, as recomendações elencadas na Nota Técnica Ictiofauna AHE Belo Monte/2010-DILIC/IBAMA e no Parecer nº 17/CGFAP.

2.5 Garantir a manutenção da qualidade da água de acordo com os níveis preconizados na Resolução Conama nº 357/2005, para classe 1 e 2 de acordo com sua localização, o que garantirá o uso múltiplo dos recursos hídricos e a sobrevivência da fauna aquática, adotando para tanto, as medidas que forem necessárias, e ainda:

- Realizar estudo conforme Termo de Referência a ser elaborado pelo IBAMA contemplando modelo matemático tridimensional com acoplamento dinâmico entre variáveis hidrodinâmica e de qualidade de água para o Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água.
- Complementar os prognósticos obtidos com os relatórios de modelagem assim como, o relatório de modelagem de qualidade da água numa periodicidade maior, levando em consideração as observações feitas ao longo da Nota Técnica: Análise da Modelagem Matemática da Qualidade da Água apresentado em atendimento ao ofício nº 1251/2009 – DILIC/IBAMA, referente ao Estudo de Impacto ambiental - EIA do aproveitamento hidrelétrico (AHE) Belo Monte e análise do relatório de modelagem matemática ecológica (Apêndice 10.2 do EIA).
- Definir vários cenários para modelagem matemática de qualidade de água, em complementação aos existentes no EIA, dando destaque ao cenário no qual, conceitualmente, se espera as piores situações de qualidade de água.

2.6 Apresentar o PBA, contendo o detalhamento dos planos, programas e projetos socioambientais previstos no EIA e suas complementações, considerando as recomendações do IBAMA exaradas por meio dos Pareceres nº 105/2009, nº 106/2009, nº 114/2009 e nº 06/2010 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. O PBA deverá ser entregue em versões impressa e digital, apresentando instituições envolvidas, responsáveis técnicos e cronograma físico de implantação.

2.7 Os convênios referentes aos Planos de Requalificação Urbana, Articulação Institucional e Ações Antecipatórias, propostas no EIA e suas complementações, deverão ser assinados pelo empreendedor e entidades governamentais e apresentados no PBA, acompanhados de cronogramas visando propiciar o atendimento da demanda suplementar provocada pelo empreendimento, bem como suprir o déficit de infraestrutura, de forma a garantir que os resultados dos indicadores socioeconômicos, ao longo do desenvolvimento dos programas e projetos, sejam sempre melhores que os do marco zero.

2.8 Propor e efetivar convênios, para ações de fortalecimento, com as entidades responsáveis pela fiscalização de crimes ambientais, como o tráfico de animais silvestres e a exploração madeireira na região (IBAMA, OEMA do Pará, Polícia Ambiental, entre outros).

2.9 Incluir entre as ações antecipatórias previstas: i) o início da construção e reforma dos equipamentos (educação/saúde), onde se tenha a clareza de que serão necessários, casos dos sítios construtivos e das sedes municipais de Altamira e Vitória do Xingu; ii) o início das obras de saneamento básico em Vitória do Xingu e Altamira; iii) implantação do sistema de saneamento básico em Belo Monte e Belo Monte do Pontal, antes de se iniciarem as obras de construção dos alojamentos.

6

CONTINUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LICENÇA PRÉVIA Nº 342/2010

2.10 Apresentar em até 30 dias após a definição do concessionário de geração a estratégia para garantir que toda infraestrutura necessária que antecede as obras – Ações Antecipatórias – seja efetivamente implantada, sem o que não será concedida a Licença de Instalação.

2.11 Apresentar relatório das ações antecipatórias realizadas, comprovando sua suficiência para o início da implantação do empreendimento.

2.12 Estender aos municípios da Área de Influência Indireta - All as ações do Plano de Articulação Institucional relativas a: i) criar mecanismos de articulação e cooperação entre entidades e instituições federais e estaduais que possibilitem o estabelecimento de parcerias para a indução do desenvolvimento regional; ii) capacitar as equipes das administrações municipais; iii) fortalecer a prática do planejamento participativo; iv) ampliar a articulação entre as diferentes áreas da administração municipal e destas com outras esferas de governo, até que o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu cumpra essas funções.

2.13 Em relação à navegação considerar no PBA:

- Adoção de soluções que permitam a continuidade da navegação durante todo o tempo de construção e operação da usina, no trecho do rio Xingu submetido à vazão reduzida e no rio Bacajá. Admite-se como exceção as famílias residentes nos primeiros 10 km a jusante do barramento principal, na margem esquerda do rio Xingu (comunidade São Pedro e habitantes das ilhas), consideradas atingidas com perdas imobiliárias;
- Para os demais afluentes da Volta Grande do rio Xingu, as ações necessárias para que não haja o comprometimento das atividades produtivas, respeitando os modos de vida daquelas comunidades;
- A adoção de medidas necessárias para prevenir, minimizar, indenizar ou compensar os impactos na navegação previamente à sua ocorrência, inclusive os aumentos de custos e tempo de percurso;
- A necessidade de evitar a substituição do transporte fluvial por terrestre, notadamente para as populações indígenas; e
- O detalhamento do mecanismo de transposição de embarcações no barramento no sítio Pimental.

2.14 Apresentar no PBA proposta de constituição, garantia de representatividade, funcionamento e integração do Fórum de Acompanhamento e dos Fóruns de Discussão Permanente, incluindo sua interface com os conselhos e comissões específicas.

2.15 Apresentar no PBA convênios firmados com os órgãos competentes visando ações de regularização e fiscalização fundiária nas áreas a serem afetadas pelo empreendimento.

2.16 Apresentar no PBA a metodologia que será adotada na valoração e os critérios para cálculo de áreas remanescentes viáveis, considerando necessariamente o "isolamento social" pela saída de moradores atingidos da região.

CONTINUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LICENÇA PRÉVIA Nº 342/2010

2.17 Apresentar no PBA o Cadastro Socioeconômico - CSE dos grupos domésticos da Área Diretamente Afetada - ADA, incluindo os moradores e demais pessoas que utilizem o trecho da Volta Grande em suas atividades; os pescadores de peixes ornamentais e pescadores comerciais – tanto a montante como a jusante de Altamira; os trabalhadores ligados às atividades de praias, incluindo comerciantes, barqueiros e outras funções relacionadas a atividades exercidas nesses locais, com identificação de geração de trabalho e renda, bem como os oleiros e trabalhadores de atividades minerárias e extrativistas. Esses grupos domésticos deverão ser público-alvo do programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos.

2.18 Detalhar no PBA, a forma e metodologia de análise dos impactos que poderão ser mitigados pelo Projeto de Reparação (compensação social), de forma a deixar claro aos atingidos quais perdas poderão ser "compensadas socialmente" e as respectivas compensações.

2.19 Integrar aos Planos, Programas e Projetos apresentados no Volume 33 do EIA os programas mitigatórios e compensatórios propostos para os índios citadinos e moradores na Volta Grande do Xingu, considerando as especificidades da questão indígena, sem, no entanto gerar diferenciação de tratamento no âmbito da população da Área de Influência Direta – AID/ADA.

2.20 Apresentar no âmbito do Programa de Controle de Zoonoses ações de monitoramento e mitigação dos impactos causados pela transmissão de zoonoses de animais exóticos para a fauna silvestre.

2.21 Apresentar no Plano de Conservação de Ecossistemas Terrestres:

- Programa de Monitoramento das Florestas de Terra Firme;
- Programa de Afugentamento da Fauna Terrestre;
- Programa para mitigação de impactos pela Perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento;
- Programa de Reconexão Funcional de Fragmentos, visando espécies-alvo para conservação da fauna;
- Proposta de estudos de longo prazo e avaliações periódicas dos resultados para a elaboração de ações efetivas de mitigação de impactos, através do manejo de espécies, incluindo Análises de Viabilidade Populacional para espécies-alvo; e
- As formas de garantia de manutenção das populações da fauna silvestre existentes na área que ficará ilhada entre o reservatório dos Canais e o TVR, integrando os dados do levantamento etnoecológico com os demais dados existentes.

2.22 Apresentar no Plano de Conservação de Ecossistemas Aquáticos:

- Programa de Resgate e Salvamento da Ictiofauna;
- Proposta de estudos de longo prazo e avaliações periódicas dos resultados para a elaboração de ações efetivas de mitigação de impactos, através do manejo de espécies, incluindo Análises de Viabilidade Populacional para espécies-alvo;

6.

2.38 Elaborar e implantar Plano de estruturação de fiscalização conjunta permanente, capitaneado pelo IBAMA em parceria com os Órgãos estadual e municipais de meio ambiente de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio e com apoio policial (Federal e Estadual). O apoio deve acontecer durante toda a fase de construção e nos primeiros 02 (dois) anos de funcionamento da usina e, contemplar pelo menos 02 (duas) bases flutuantes móveis posicionadas no trecho entre Belo Monte e Senador José Porfírio (devidamente equipadas com sistemas de comunicação, energia solar, segurança, esgotamento sanitário, alojamento, cozinha, grupo gerador auxiliar, motorização própria, lanchas rápidas adequadas para fiscalização) além dos materiais necessários ao funcionamento (manutenção dos agentes, combustível e materiais para serviços de campo) dentre outros.

2.39 Elaborar e implantar programa de educação ambiental permanente voltado para conscientizar, envolver e capacitar os usuários dos quelônios (ribeirinhos e indígenas) nos programas de conservação e uso sustentável, desenvolvidos e em reestruturação pelo Projeto Quelônios/IBAMA na área, integrando os respectivos setores dos municípios afetados.

2.40 Elaborar estudo sobre Hidrossedimentologia conforme Termo de Referência a ser emitido pelo IBAMA.

2.35 Elaborar e implementar Programa de estudos bioecológicos e sobre a capacidade adaptativa dos quelônios na colonização de novas áreas, das áreas que sofrerão modificação em função do barramento e das áreas críticas de reprodução de quelônios de jusante. Os estudos deverão subsidiar os zoneamentos e os projetos de proteção e manejo sustentável.

2.36 Elaborar e implementar Programa de manejo quelônios, de longo prazo (mínimo 20 anos – 3 gerações) na área de jusante e montante para consolidar as pesquisas e o desenvolvimento de plano de ação para uso sustentável que englobe a efetividade da reprodução, a capacidade suporte das áreas, avaliações genéticas, capacitação de parcerias (IBAMA/Projeto Quelônios, SEMA, Secretarias Municipais, Comunidades e Ongs) e desenvolvimento de outras potencialidades não predatórias que possam se associar (ex: turismo ecológico) bem como a necessária e correlata educação ambiental.

2.37 Elaborar e implementar Programa de capacitação de comunidades para desenvolvimento de manejo de áreas de reprodução de quelônios no âmbito de suas aldeias com monitoria permanente do Projeto Quelônios da Amazônia/PQA/IBAMA.

CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 795/2011

1. Condicionantes Gerais:

- 1.1.A concessão desta Licença de Instalação deverá ser publicada conforme o disposto no Art. 10, § 1º, da Lei nº 6.938/81 e Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA nº 006/86, sendo que as cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao IBAMA.
- 1.2.Qualquer alteração nas especificações do empreendimento deverão ser precedidas de anuência do IBAMA. Inclui-se nesta condicionante qualquer alteração que possa implicar impactos socioambientais diferenciados àqueles previstos no PBA.
- 1.3.A implantação de estruturas não contempladas nesta licença deverá ser objeto de consulta e prévia anuência da Diretoria de Licenciamento Ambiental.
- 1.4.O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença, quando ocorrer:
 - a) violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
 - b) omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;
 - c) superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.
- 1.5.A prorrogação desta licença deverá ser requerida no prazo de até 60 (sessenta) dias antes de expirada a sua vigência.
- 1.6.Esta Licença de Instalação substitui a Licença de Instalação nº770/2011, a qual perde a sua validade.
- 1.7.Esta licença não autoriza a supressão de vegetação.
- 1.8.Ficam mantidas as Autorizações de Supressão de Vegetação - ASV nºs 501 e 506/2011.
- 1.9.Perante o IBAMA a Norte Energia S.A. é a única responsável pelo atendimento das condicionantes estabelecidas nesta licença.

2. Condicionantes Específicas:

- 2.1.Implementar os programas e projetos inseridos nos planos elencados abaixo, em acordo com o conteúdo e cronograma¹ aprovado por este Ibama:
 - a) Plano de Gestão Ambiental
 - b) Plano Ambiental de Construção
 - c) Plano de Atendimento à População Atingida
 - d) Plano de Requalificação Urbana
 - e) Plano de Articulação Institucional
 - f) Plano de Relacionamento com a População
 - g) Plano de Saúde Pública
 - h) Plano de Valorização do Patrimônio
 - i) Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais
 - j) Plano de Gestão de Recursos Hídricos
 - k) Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres
 - l) Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos
 - m) Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande
 - n) Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios
- 2.2.Apresentar relatórios relativos ao Planos, Programas e Projetos com periodicidade semestral, com exceção daqueles que exigem frequência distinta. Os relatórios devem conter os dados brutos e a análise elaborada por responsável técnico competente. Deverão ser entregues em versão impressa e digital, constando sumário, numeração das páginas, referências bibliográficas, instituições e agentes envolvidos, assinatura dos responsáveis técnicos pelo projeto e pela execução dos trabalhos, registro dos profissionais nos órgãos de classe, ART (quando pertinente) e número no Cadastro Técnico Federal do IBAMA.
- 2.3.Apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, documento intitulado: "Projeto Básico Ambiental – versão final" elaborado a partir do PBA – março de 2011 e incorporando as alterações efetuadas nos seguintes documentos:

¹ - O cronograma de implantação dos planos socioambientais está associado ao cronograma de implantação do empreendimento.

CONTINUAÇÃO DA CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LI Nº 795/2011

2.18. Em relação à implantação da Área de Preservação Permanente – APP no entorno dos reservatórios do Xingu e do Canal:

- a) Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias após a conclusão do Cadastro Socioeconômico, a proposta de delimitação final da APP com largura média de 500 (quinhentos) metros, para avaliação e aprovação do IBAMA; e
- b) Adquirir as áreas destinadas a compor a APP no entorno dos reservatórios do Xingu e do Canal.

2.19. Concluir, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a implantação dos módulos RAPELD para o monitoramento da biota.

2.20. Em relação aos órgãos envolvidos no licenciamento ambiental, observar as seguintes orientações:

- a) **FUNAI:** atender ao disposto no Ofício nº 126/PRES-Funai e apresentar manifestação quanto ao prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, no que tange ao componente indígena;
- b) **IPHAN:** atender ao disposto no Ofício nº 093/11–CNA/DEPAM/IPHAN e apresentar manifestação quanto ao prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, no que tange à conclusão das atividades referentes ao patrimônio histórico e arqueológico;
- c) **DNPM:** implementar o Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico, observando o disposto no Ofício nº 15/DIFIS-2011 – DNPM e apresentar manifestação quanto ao prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, no que tange à conclusão das atividades referentes ao citado programa;
- d) **ICMBio:** apoiar as ações referentes à implementação do Plano de Ação de Espécies Ameaçadas;
- e) **MS/SVS:** executar o Plano de Ação para o Controle da Malária – PACM, aprovado por meio do Parecer Técnico nº 28/2010/CGPNCM/DEVEP/SVS/MS;
- f) **INCRA:** apresentar manifestação quanto ao prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, no que tange à conclusão das tratativas referentes aos assentamentos agrários;
- g) **ITERPA:** apresentar manifestação quanto ao prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, no que tange à conclusão das tratativas referentes aos assentamentos agrários;

2.21. Dar continuidade às ações de apoio à fiscalização ambiental, a exemplo daquelas definidas nos Acordos de Cooperação Técnica com o IBAMA e com o Estado do Pará.

2.22. No que se refere ao Hidrograma de Consenso:

- a) Prever período de testes para o hidrograma, com duração mínima de 6 (seis) anos, a partir da instalação da plena capacidade de geração da casa de força principal;
- b) Apresentar, com um ano de antecedência ao enchimento do reservatório, proposta de plano de monitoramento da qualidade ambiental no TVR, contemplando impactos na qualidade da água, ictiofauna, vegetação aluvial, quelônios, pesca, navegação e modos de vida da população da Volta Grande;
- c) Propor, com um ano de antecedência ao enchimento do reservatório, possíveis programas de mitigação e compensação dos impactos potenciais, direcionados ao período de testes;
- d) Manter, no período compreendido entre o início da operação e a geração com plena capacidade, minimamente, o Hidrograma B proposto no EIA.

Parágrafo Único – No âmbito do presente processo de licenciamento ambiental, será devida a alteração do hidrograma de consenso motivada pela identificação de impactos não prognosticados nos estudos ambientais.

2.23. No âmbito do Programa de Compensação Ambiental, informa-se, com base na Lei nº 9.985/00 (SNUC) e no Decreto nº 6.848/2009, que o valor da compensação ambiental (CA) referente à UHE Belo Monte é de **R\$ 99.539.625,73** (noventa e nove milhões, quinhentos e trinta e nove mil, seiscentos e vinte e cinco reais e setenta e três centavos), de acordo com os valores atuais previstos para a implantação do empreendimento, segundo informado pela Norte Energia S.A. Para efetuar o cálculo, foram observados: (i) custo total do empreendimento R\$ 23.624.019.982,29; (ii) custos com planos, programas e projetos ambientais R\$ 3.716.094.836,66; (iii) Valor de Referência (VR) R\$ 19.907.925.145,63; e (iv) Grau de Impacto (GI): 0,5%.

[Assinatura]

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**

LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 1317/2015

A PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeada por Decreto de 5 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 6 de maio de 2015, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 22º, parágrafo único, inciso V do Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2007. **RESOLVE:**

Expedir a presente Licença de Operação à:

EMPREENDEDOR: NORTE ENERGIA S. A.
CNPJ/CPF: 12.300.288/0001-07 **CTF:** 5.074.556
ENDEREÇO: SCN QUADRA 4 BLOCO B - ASA NORTE
CEP: 70714-900 **CIDADE:** BRASILIA/DF **UF:** DF
TELEFONE: (61) 3429-6246 **FAX:** (61) 3429-6246

REGISTRO NO IBAMA: 02001.001848/2006-75

Relativa à Usina Hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu, nos municípios de Vitória do Xingu, Altamira e Brasil Novo, no Estado do Pará. A usina tem capacidade instalada total de 11.233,1 MW, por meio de duas casas de força: (i) a casa de força principal com 18 máquinas unidades geradoras do tipo Francis, totalizando 11.000,0 MW; e (ii) casa de força complementar com 6 (seis) unidades geradoras do tipo Bulbo, totalizando 233,1 MW. O eixo do barramento principal (Sítio Pimental) localiza-se no rio Xingu, cerca de 40 km a jusante da cidade de Altamira-PA, formando o reservatório do Xingu com área de 386 km². A partir do reservatório do Xingu, o fluxo é desviado pelo Canal de Derivação até a Casa de Força Principal (Sítio Belo Monte), formando reservatório intermediário com área de 130 km². Tal desvio forma Trecho de Vazão Reduzida (TVR) de cerca de 100 km de extensão. Os reservatórios possuem área de preservação permanente (APP) com largura variável, totalizando 26.342,92 hectares.

Esta licença de operação é válida pelo período de 06 (seis) anos. A validade desta LO está condicionada ao cumprimento das condicionantes constantes no verso deste documento, que deverão ser atendidas dentro dos respectivos prazos estabelecidos, e dos demais anexos constantes do processo que, embora não transcritos, são partes integrantes deste documento.

Brasília/DF,

24 NOV 2015

MARILENE RAMOS
Presidente do IBAMA

CONDICIONANTES DA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 1317/2015

2.3. Os Programas Ambientais que exijam ações programadas por tempo determinado, não coincidente com a vigência da licença de operação, devem ter seu Projeto Executivo revisto junto ao Ibama, sempre que necessário, explicitando a reprogramação das ações, adequação de metas e objetivos, devidamente acompanhadas de novo cronograma.

2.4. Realizar, sem prejuízo dos relatórios semestrais, seminário técnico com o órgão licenciador, com periodicidade anual, para discussão dos resultados dos programas ambientais, prevendo explanação por parte dos especialistas envolvidos.

2.5. Incorporar as recomendações contidas no Parecer 02001.004317/2015-25 COHID/IBAMA para realização das medidas de controle, monitoramento, mitigação e comunicação social previstas no Plano de Enchimento dos Reservatórios da UHE Belo Monte.

2.6. Em relação às atividades de reassentamento da população atingida:

- a) Executar revisão do tratamento ofertado aos ribeirinhos e moradores de ilhas e beiradões do rio Xingu, conforme diretrizes aprovadas pelo Ofício 02001.009719/2015-16 DILIC/IBAMA, garantindo o acesso à dupla moradia a todos os atingidos que tenham direito.
- b) Implantar o RUC Pedral até novembro de 2016 e cumprir todas as etapas dos projetos de reassentamento urbano previstas para as famílias destinadas àquele RUC: pré-transferência, transferência e pós-transferência.
- c) Garantir a participação do Grupo de Acompanhamento do Pedral para consolidação do RUC Pedral.
- d) Implementar, até outubro de 2016, as obras de urbanização e relocação ou indenização dos moradores do bairro Jardim Independente II atingidos pelo enchimento do reservatório, de acordo com projeto e cronograma propostos pela Norte Energia e aprovados pela Agência Nacional de Águas (ANA) e IBAMA.

2.7. Iniciar, no prazo de 10 (dez) dias, o pagamento de aluguel social e verba de manutenção às 40 famílias que optaram pelo Reassentamento em Área Remanescente – RAR, o qual deverá ser mantido até que as famílias retomem suas condições de vida nas áreas remanescentes.

2.8. Efetuar o pagamento de aluguel social e verba de manutenção às 40 famílias que optaram pelo Reassentamento em Área Remanescente – RAR, de forma retroativa, pelo período transcorrido desde a data de assinatura do termo de opção por modalidade de tratamento.

2.9. Manter, para todos os reassentados, assistência técnica, social e ambiental (ATES), com período mínimo de 3 (três) anos.

2.10. No âmbito do Plano de Requalificação Urbana, a Norte Energia deve:

- a) Concluir a retirada das pontes João Coelho, Goldim Lins e ponte de madeira na foz do igarapé Ambé, até a conclusão do enchimento do reservatório Xingu;
- b) Concluir, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as obras dos parques no entorno dos igarapés de Altamira; a reurbanização da orla de Altamira; e as obras de drenagem urbana associadas aos parques e à reurbanização da orla;
- c) Implantar, no prazo de 180 dias (cento e oitenta), solução definitiva para disposição final dos resíduos sólidos que atenda à sede municipal de Anapu e à localidade de Belo Monte do Pontal;
- d) Apoiar a implantação de consórcio intermunicipal de resíduos sólidos que contemple os municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Anapu, visando solução ambiental e economicamente sustentável para disposição final de resíduos sólidos urbanos;
- e) Prestar, pelo período de dois anos e de forma ininterrupta, assistência técnica aos municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Anapu, visando a adequada operação das estações de tratamento de esgoto e dos aterros sanitários implantados pela Norte Energia.

2.11. Concluir, até 30/09/2016, a realização das ligações domiciliares à rede de esgoto da área urbana de Altamira.

CONDICIONANTES DA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 1317/2015

2.12. Disponibilizar serviços de limpa-fossa e coleta de esgotos em tempo seco para saneamento ambiental de Altamira, até a conclusão das ligações domiciliares.

2.13. Disponibilizar suporte técnico e financeiro para a integral e adequada operação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Altamira, até que a Prefeitura daquela municipalidade apresente condições para operá-lo de forma sustentável técnica e economicamente.

2.14. Em relação à qualidade de água:

- a) Realizar monitoramento diário em perfil de profundidade nos pontos definidos no Plano de Enchimento dos Reservatórios, considerando os seguintes parâmetros: OD, DBO, Nitrogênio, Fósforo, *E.Coli*, PH, Turbidez, Condutividade Elétrica e Temperatura;
- b) Os resultados deste monitoramento devem ser remetidos para acompanhamento do Ibama;
- c) Realizar o manejo adaptativo dos compartimentos do reservatório, de modo a atender às demandas por usos múltiplos e a manutenção das condições de vida para biota aquática.

2.15. Continuar a execução do Projeto de Monitoramento Hidrossedimentológico na região dos bancos de areia (Tabuleiros do Embaubal), conforme as observações elencadas no Parecer 02001.003622/2015-08 COHID/IBAMA.

2.16. No que tange à Volta Grande do Xingu, a Norte Energia deverá:

- a) Realizar os testes previstos para a implementação do Hidrograma de Consenso, com duração mínima de 6 (seis) anos a partir da instalação da plena capacidade de geração na casa de força principal, associado aos resultados do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu;
- b) Controlar as vazões da Volta Grande do Xingu sempre com o objetivo de mitigar impactos na qualidade da água, ictiofauna, vegetação aluvial, quelônios, pesca, navegação e modos de vida da população da Volta Grande.

2.17. Em relação à navegação:

- a) Operar, de forma ininterrupta, o Sistema de Transposição de Embarcações;
- b) Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório técnico independente com a avaliação da adequação dos equipamentos às embarcações utilizadas pelos moradores da Volta Grande do Xingu.

2.18. Implantar e proteger a Área de Preservação Permanente (APP) aprovada pelo Ibama.

- a) Apresentar, em 120 (cento e vinte) dias, Programa de Revegetação das Áreas de Preservação Permanente dos reservatórios e do Canal.

2.19. No âmbito do resgate de fauna, durante o enchimento dos reservatórios Xingu e Intermediário:

- a) Encaminhar relatórios mensais, contendo as informações solicitadas pela Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 647/2015;
- b) Manter o resgate de fauna durante o período de rescaldo, até manifestação do Ibama autorizando a interrupção da atividade;
- c) Encaminhar para o CETAS da UHE Belo Monte todos os animais recebidos ou informados pelo Ibama na região do entorno do empreendimento.

2.20. No âmbito do Programa de Conservação da Fauna Terrestre:

- a) Manter as atividades de monitoramento executadas ao longo da instalação do empreendimento, por, no mínimo, dois anos após o enchimento dos reservatórios. A interrupção ou modificação na metodologia de qualquer atividade de monitoramento só poderá ser realizada após manifestação do Ibama;
- b) Apresentar a modelagem de ocorrência de espécies, conforme especificado no Parecer 02001.003622/2015-08 COHID/IBAMA;
- c) Apresentar, nos relatórios de acompanhamento, análises comparativas com os dados de fases anteriores, pré-enchimento e enchimento;
- d) Apresentar avaliação consolidada dos impactos do empreendimento à fauna, e proposta de mitigação e/ou compensação de acordo com os resultados dos monitoramentos biológicos.

CONDICIONANTES DA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 1317/2015

2.21. No âmbito do projeto de Mitigação de Impactos pela Perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento:

- a) Dar continuidade ao monitoramento da fauna atropelada, por meio de campanhas bimestrais, até a manifestação do Ibama autorizando a interrupção das atividades, a fim de avaliar a eficácia das medidas mitigadoras;
- b) Executar medidas de mitigação adicionais, caso identificado aumento da taxa de atropelamento de fauna silvestre.

2.22. No âmbito do Programa de Conservação da Fauna Aquática, a Norte Energia deve dar continuidade ao Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos, ao Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática e ao Projeto de Monitoramento de Crocodilianos, por, no mínimo, dois anos após o enchimento dos reservatórios, conforme especificado no Parecer 02001.003622/2015-08 COHID/IBAMA. As atividades de monitoramento somente poderão ser interrompidas após anuência do Ibama.

2.23. No âmbito do Programa de Conservação e Manejo de Quelônios, a Norte Energia deve dar continuidade às atividades do Projeto Pesquisa sobre Ecologia de Quelônios e do Projeto Manejo de Quelônios de Belo Monte, a fim de mensurar e mitigar o impacto sobre a fauna de quelônios. Também devem ser apresentadas análises comparativas com as fases anteriores, como pré-enchimento e enchimento.

2.24. No âmbito do Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável:

- a) Realizar seminário técnico aberto ao público da AID, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, com participação de especialistas em pesca, para discutir os resultados dos monitoramentos e debater os impactos decorrentes da fase construtiva e de operação da UHE Belo Monte;
- b) Iniciar, em até 60 (sessenta) dias, projeto de assistência técnica de pesca, por período mínimo de 3 (três) anos, no trecho que sofrer alterações pela formação do reservatório Xingu e do Trecho de Vazão Reduzida; e
- c) Desenvolver projeto de assistência técnica de pesca destinado aos pescadores e ribeirinhos moradores da Reservas Extrativistas Riozinho do Anfrísio e Iriri, na região da Terra do Meio.

2.25. No âmbito do Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna:

- a) Apresentar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Protocolo de Ação para as atividades de resgate e salvamento da ictiofauna para fase de operação do empreendimento, incluindo atividades a serem executadas em eventuais mortandades de peixes;
- b) Executar resgate de ictiofauna durante as atividades de comissionamento, nas paradas das Unidades Geradoras (programadas e emergenciais), e em outras atividades potencialmente impactantes à ictiofauna;
- c) Comunicar imediatamente aos órgãos competentes, incluindo a DILIC/IBAMA, quaisquer ocorrências de mortandade de peixes;
- d) Registrar, durante as atividades de resgate de ictiofauna, as medições dos seguintes parâmetros de qualidade de água: temperatura, oxigênio dissolvido e pH;
- e) No caso de resgate de espécies exóticas, os exemplares dessas espécies devem ser sacrificados, e não devolvidos ao corpo hídrico.

2.26. No âmbito do Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais:

- a) Prover assistência técnica pelo período mínimo de 3 (três) anos após o repasse dos pacotes tecnológicos;
- b) Apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, proposta alternativa de ações de mitigação para o público que não aderir ao projeto.

2.27. No âmbito do Projeto de Implantação e Monitoramento de Mecanismo de Transposição de Peixes:

- a) Iniciar a operação do Sistema de Transposição de Peixes – STP – antes do período de migração reprodutiva da ictiofauna 2015/2016;